



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 144

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 10 de setembro de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Bruno Belo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Marco Costa)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as. Deputados/as, deu-se início ao **Período de Tratamento de Assuntos Políticos** onde foram apresentados diversos votos e uma declaração política.

- [Voto de Congratulação a Cristóvam pelos prémios para "Canção do Ano" e "Música Pop" atribuídos pelos IPMA](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Maria Isabel Quinto, o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação a Flávio Cristovám vencedor dos prémios International Portuguese Music Awards](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado César Toste, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Saudação aos escritores e músicos subscritores das cartas abertas contra o racismo](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, usou da palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*) e o Sr. Deputado César Toste (*PSD*), tendo-se seguido a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pela inscrição das Danças, Bailinhos e Comédias de Carnaval da ilha Terceira no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado António Toste Parreira, à qual se seguiram as intervenções dos Srs. Deputados César Toste (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*), tendo-se seguido a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação ao Realizador Augusto Fraga premiado pela Netflix e pelo Instituto do Cinema e Audiovisual](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usou da palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira para fazer a apresentação do voto, seguindo-se uma intervenção da Sra. Deputada Eduarda Pimenta (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação a Isabel Silva Melo pela atribuição do Prémio Nacional de Artesanato 2019](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho, seguiu-se a aprovação do mesmo por unanimidade.

- [Voto de Congratulação a Isabel Silva Melo por vencer o Prémio Nacional de Artesanato, na categoria de Empreendedorismo Novos Talentos](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade após a apresentação da Sra. Deputada Maria João Carreiro.

- [Voto de Congratulação a Luís Godinho pela Câmara de Bronze na categoria de "Reportagem/Fotojornalismo" do concurso da Federação Europeia de Fotógrafos](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube à Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira, tendo posteriormente usado da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) e o Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação a Jaime Gama pela distinção com o Prémio Alumni Carreira 2020, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros e da intervenção do Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelo quinquagésimo aniversário da CGTP-IN](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto foi feita pela Sra. Deputada Graça Silva, à qual se seguiram as intervenções dos Deputados António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e Joaquim Machado (*PSD*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação Centros de ATL da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande pela distinção com o Prémio "la Caixa"](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Jaime Vieira, usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), tendo de seguida o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação a Ivete Rodrigues- campeã nacional de sub-18, em Golfe](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade após a apresentação da Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado e da intervenção do Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

- [Voto de Pesar pelo falecimento de José Tomás Ataíde da Cunha](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Domingos Cunha, usou da palavra o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), tendo o voto sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de José Tomás Ataíde da Cunha](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado César Toste, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Após a apresentação dos votos, foi preferida uma [declaração política](#) pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*), tendo para o efeito usado da palavra os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), Bruno Belo (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*). Usou também da palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com a aprovação por unanimidade do [Projeto de Resolução n.º 162/XI – “Requalificação do Polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tendo sido depois proferida uma declaração de voto pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*).

De seguida, foram apresentadas e debatidas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XI – “Desafetação do domínio público marítimo, por motivos de interesse público, de parcela de terreno situada na freguesia de Vila do Porto, ilha de Santa Maria”.**

Após a justificação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (*Berto Messias*), usou da palavra o Sr. Deputado José Contente (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XI – “Desafetação do domínio público marítimo, por motivos de interesse público, de parcela de terreno situada na freguesia de Vila do Porto, ilha de Santa Maria”](#).

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*), intervieram no debate os Srs. Deputados João Vasco Costa (*PS*), José Contente (*PS*), a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*), o Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XI – “Determina a cessação de vigência de Decretos Legislativos Regionais publicados entre 1997 e 2018”](#).

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 68/XI – “Estabelece as compensações a atribuir aos trabalhadores que exercem funções nos matadouros da Região Autónoma dos Açores”](#).

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*), usaram da palavra os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Bruno Belo (*PSD*), João Vasco Costa (*PS*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*), os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*) e o Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*).

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XI – “Interdita o uso no espaço público de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato”](#), apresentado pelo grupo Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado António Lima, participaram no debate os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), as Sras. Deputadas Marta Matos (*PS*), Graça Silveira (*Independente*), os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e João Paulo Corvelo (*PCP*). Participou também no debate o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado António Lima (*BE*).

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2006/A, de 2 de junho”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), João Vasco Costa (*PS*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*), o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 32 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Marta Cristina Moniz do Couto

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima de **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da** Costa Machado da **Costa**

Joaquim José Joaquim Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio de Sousa **Mendes**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Sr. Deputado José San-Bento, pediu a palavra para uma interpelação.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, bom dia.

Eu queria solicitar um intervalo regimental de 30 minutos, por favor.

Obrigada.

Presidente: É regimental. Regressamos às 10h50m.

Eram 10 horas e 17 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pelo que ocupem os vossos lugares.

Eram 10 horas e 56 minutos.

Vamos dar início à apresentação dos votos.

O primeiro é o voto de congratulação ao Cristóvam pelos prémios para canção do ano e música POP atribuídos pelos IPMA, apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Cristóvam pelos prémios para “Canção do Ano” e “Música Pop” atribuídos pelos IPMA

O autor, compositor e intérprete terceirense Cristóvam recebeu, em agosto, os prémios para “Canção do Ano” e “Música Pop” nos IPMA-Prémios Internacionais de Música Portuguesa, um evento que, anualmente, reconhece os melhores desempenhos de músicos dos países lusófonos e de origem portuguesa e que decorre na cidade de New Bedford, nos Estados Unidos da América.

O certame, que se realiza desde 2013, compreende várias categorias, do rock ao pop, da “dance music” ao rap e hip-hop, passando pela música popular, pela música tradicional, pelo fado, pela world music e pela música instrumental, incluindo, ainda, um prémio votado pelo público, um prémio para o melhor vídeo, outro para o melhor novo talento e, finalmente, o prémio para a “Canção do Ano” que, este ano, coube ao tema “Burning Memories”, que faz parte do álbum de estreia a solo de Cristóvam, “Hopes & Dreams”, lançado em 2018.

Flávio Flores Cristóvam nasceu a 16 de dezembro de 1988 em Angra do Heroísmo, no seio de uma família que sempre o encorajou a ouvir e a gostar de música.

Neto de Fausto Rodrigues Cristóvam, um dos fundadores do Rádio Club de Angra, o jovem Flávio começou cedo a ouvir os muitos LPs da coleção do pai, que iam de Supertramp a David Bowie, passando por Bob Dylan e Pink Floyd, e, aos 11 anos, aprendeu a tocar violão, iniciando-se também na composição de temas próprios.

Quando, mais tarde, comprou um pequeno piano e uma interface barata para registar as suas primeiras gravações, enquanto aprendia a tocar vários instrumentos por si próprio, estava dado o primeiro passo para uma carreira que

se tem vindo a consolidar e a ser devidamente notada local, nacional e internacionalmente.

Aos 20 anos, Flávio encontrava-se pronto para as suas primeiras músicas de estúdio e, para tal, juntou-se a três músicos locais, formando a banda Flávio Cristóvam & The Jamandizen Band, com João Mendes na bateria, Raul Cardoso na guitarra baixo e Timothy Lima na guitarra.

Em 2009, a banda obteve o primeiro lugar no Concurso AngraRock e foi premiada no Concurso Europeu MySpace/Vodafone “Ones to Watch”. Em 2010, ganharam o concurso LABJOVEM—Jovens Artistas dos Açores, na categoria de Música, tendo Flávio Cristóvam recebido o prémio LAB REVELAÇÃO para artistas até aos 20 anos de idade.

O cantautor terceirense oferece-nos temas entre o indie, o folk e o pop, interpretados por uma voz suavemente áspera e por um dedilhar seguro e harmonioso da guitarra acústica, enquanto nos brinda com poemas num inglês que, pela sua universalidade, nos mostra que a mensagem singelamente bela traduz emoções e experiências comuns a todos.

Foi precisamente a capacidade ímpar de Cristóvam de chegar, pela sua mensagem, ao coração de quem o ouve, que transformou o músico da ilha Terceira num fenómeno mundial, quando, em março deste ano, numa altura em que o mundo se começava a debater com a pandemia da COVID-19 e necessitava de algo que, de algum modo, o confortasse, Cristóvam compôs o tema “Andrà Tutto Bene”, lançando-o no YouTube e depressa alcançando milhões de visualizações e partilhas na plataforma digital.

O sucesso global e inesperado de “Andrà Tutto Bene”, entretanto, levou o cantautor terceirense a estabelecer uma parceria com a ADPP-GB (Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo – Guiné-Bissau), de modo a ter um papel mais ativo na luta contra a COVID-19 num país com um sistema de saúde deficitário e condições de vida mais difíceis.

Nesta parceria, levada a cabo em conjunto com o fotógrafo, enfermeiro e músico Timothy Lima, nascido nos EUA, filho de pais graciosenses e residente na ilha Terceira desde criança, uma parte significativa de todos os lucros obtidos com a canção “Andrà Tutto Bene”, bem como com a venda do álbum “Hopes & Dreams” reverte para a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo – Guiné-Bissau.

Parafraseando o título do álbum de Cristóvam, afinal, é de esperanças e sonhos que se fazem as carreiras que chegam realmente longe e, quando o compositor é excelente, o letrista é magnífico e o intérprete é perfeito, é caso, também, para dizer que vai ficar tudo bem. E ficam, sobretudo, a ilha Terceira e os Açores em geral agradecidos ao cantautor por levar tão longe o talento que, orgulhosamente, também consideramos nosso.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de setembro de 2020, a aprovação de um Voto de Congratulação a Cristóvam pelos prémios para “Canção do Ano” e “Música Pop” atribuídos pelos IPMA-Prémios Internacionais de Música Portuguesa.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento a Cristóvam e à organização dos IPMA-Prémios Internacionais de Música Portuguesa.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2020.

Os Deputados, Francisco César, Maria Isabel Quinto, José Ávila, Maria de Fátima Ferreira, António Toste Parreira.

Deputada Renata Correira Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputado que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação a Flávio Cristóvam, vencedor dos International Portuguese Music Awards. É apresentado pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Haja saúde a todos.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

FLÁVIO CRISTOVÁM VENCEDOR DOS PRÉMIOS INTERNATIONAL PORTUGUESE MUSIC AWARDS

*“As cidades estão vazias como nunca estiveram. Toda a gente tem medo do que anda no ar.
(...) Um dia vamos recordar os tempos difíceis... quando a distância era sinónimo de amor e
era o que nos mantinha vivos”.*

No passado dia 2 de agosto de 2020 decorreu os International Portuguese Music Awards.

Estes visam reconhecer o talento musical de todos os artistas de ascendência portuguesa. São prémios que, ao longo dos últimos anos, têm vindo a servir de inspiração a um vasto público espalhado pelos quatro cantos do mundo.

A edição deste ano dos Prémios Internacionais de Música Portuguesa recebeu candidaturas de oito países, nomeadamente da África do Sul, Brasil, Canadá, Estados Unidos, França, Malásia, Países Baixos e Portugal.

O jovem açoriano Flávio Cristóvam arrecadou dois prémios: “Canção do Ano” e “Melhor Atuação Pop”, com a canção “Burning Memories”, editada em 2019. Depois de em 2018 ter conquistado o primeiro no lugar no prestigiado International Songwriting Competition, este artista vê mais uma vez o seu trabalho reconhecido.

Flávio Cristóvam é um cantautor açoriano, natural da Ilha Terceira. Iniciou-se na guitarra aos 11 anos e pouco tempo depois sentiu a necessidade de escrever as suas primeiras canções.

Em 2012 lançou o disco "The Closing Doors" com a banda October Flight, com a qual pisou alguns palcos nacionais.

Em 2015 começou a trabalhar no seu primeiro disco a solo, do qual extraiu a canção "Burning Memories" que apresenta a concurso.

O seu primeiro disco, “Hopes & Dreams”, foi lançado em 2018 e contou com a participação de músicos dos projetos Orelha Negra, Amor Electro, Donna Maria, Toranja, entre muitos outros.

De salientar que a canção vencedora dos International Portuguese Music Awards - “Andrà Tutto Bene”, é um verdadeiro hino internacional de esperança face à situação de pandemia que se vive atualmente em todo o mundo. Uma canção que veio contrariar o velho dogma de que é muito difícil fazer música nos Açores para o mundo estando três meses e meio seguidos nas 30 canções mais ouvidas de Portugal.

Esta música viajou pelo mundo sem Flávio Cristóvam ter saído da ilha Terceira. Assim o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao jovem artista Flávio Cristóvam.

Que do presente voto se dê conhecimento ao próprio.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2020.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Bruno Belo, César Toste, João Bruto da Costa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é um voto de saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Joel Neto, Madalena Sanbento, Onésimo Teotónio Almeida, Paula Sousa Lima, Camané, João Gil, Jorge Palma, Mário Laginha, Rita Redshoes e Salvador Sobral são alguns dos músicos e escritores subscritores das cartas abertas contra o racismo.

Estas cartas abertas são um sinal de reconhecimento de que a nossa sociedade não está imune ao preconceito, discriminação e até violência com motivações étnicas.

Um reconhecimento de que todas as vidas importam em regimes democráticos e de Estado de Direito.

Os subscritores destas cartas abertas sabem da importância de contrariar a tendência crescente de normalização de discursos e lógicas preconceituosas e perigosamente discriminatórias com um potencial de violência considerável.

O discurso de ódio com motivação racial, orientação sexual ou de género não é mera opinião, ao abrigo da liberdade de expressão, pois atenta contra a liberdade não só individual como coletiva de grupos étnicos e contraria a sã convivência entre etnias nas sociedades multiculturais que têm na diversidade a sua principal riqueza.

Os subscritores destas cartas abertas estão cientes de que o racismo não se encontra delimitado a uma certa América profunda onde saudosistas das sociedades segregacionistas tentam voltar atrás no tempo através de desfiles que envergonham a democracia e o Estado de Direito.

Demonstrações de discriminação com recurso a excessiva violência física policial contra cidadãos negros só têm sido possível também devido à passividade e ao ressurgimento de políticos instigadores do preconceito e da discriminação com eco na Administração norte-americana com o expoente máximo na figura do seu presidente.

Podíamos pensar que a Europa da União estaria a salvo de pensamentos tão reacionários que nos fizessem recuar à perseguição e tentativa de extermínio dos judeus perpetrado pelo nazismo durante a II Guerra Mundial.

Uma União Europeia que, infelizmente, teima em encerrar-se sobre si próprio e que, porventura, só não defende a ideia aberrante da construção de um muro à sua volta, porque tem no Mar Mediterrâneo e um Acordo vergonhoso com a Turquia um subterfugio para parecer mais civilizada.

Quantos refugiados perecem no Mar Mediterrâneo? Se todas as vidas valem o mesmo, porque morrem às centenas refugiados no Mar Mediterrâneo? E os campos de refugiados às portas da civilização europeia? O que são senão antecâmaras de campos de concentração.

Não podemos dissociar o preconceito à discriminação porquanto o primeiro alimenta o segundo, e o outrora judeu enganador, velhaco e usurpador é atualmente o refugiado terrorista que vem para impor a sua cultura e religião, roubar os empregos dos europeus e até as mulheres.

O nosso país também não é um oásis à beira mar plantado, onde imperam os brandos costumes, a tolerância e o são convívio entre etnias.

Até parece que o nosso passado colonialista não influencia a nossa sociedade atual. Até parece que no nosso passado recente não impusemos, pela força, a nossa soberania sobre povos que procuraram e, felizmente, alcançaram a sua autodeterminação.

Até parece que não tivemos vítimas e estropiados de uma guerra colonial sem sentido, e que não sobraram quaisquer consequências sociais e culturais nos tempos que correm, entre as quais o racismo, quer na sua expressão flagrante e assumida quer na sua expressão subtil e subentendida.

Para os subscritores destas cartas abertas, o racismo e a intolerância não precisam de espaço para respirar, nem são simples idiosincrasias da sociedade. Compactuar, ativa ou passivamente, com manifestações de racismo e de discursos de ódio é atentar contra os Direitos Humanos e é sintomático do saudosismo de um passado opressor e segregador.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Saudação aos escritores e músicos subscritores das cartas abertas contra o racismo.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2020.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores, António Lima e Paulo Mendes.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se plena e convictamente a este voto. Acompanhamos o seu teor como acompanhamos desde a primeira hora o teor desta carta aberta dos escritores de língua portuguesa.

“Racismo”, “populismo”, “xenofobia”, “homofobia” são palavras que não podem caber no dicionário democrático. Os escritores para quem a palavra é o principal instrumento de trabalho têm de a usar agora veementemente para combater este fenómeno que assombra o mundo.

Recentemente em Portugal assistimos a ameaças da extrema-direita a deputadas e ativistas numa atitude que é de, como disse a Ministra Mariana Vieira da Silva, ameaça à própria democracia.

Ainda ontem assistimos ao fogo que no maior campo de refugiados da Europa, na ilha de Lesbos, levou milhares de refugiados a errar sem ajuda, a fugir mais uma vez da miséria e da morte numa crise humanitária de enorme gravidade.

Batamo-nos sem tréguas contra todo o preconceito, contra toda a discriminação e contra toda a desumanidade, e citando a carta, «que saibamos em Portugal dizer sempre “venham” e nunca dizer “vão”».

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga ao Costa para abrir as fronteiras, ele que receba! Hipocrisia não!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado César Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto apresentado pelo Bloco de Esquerda. O próprio escritor João Neto escreve numa das suas intervenções mediante esta carta contra o racismo que diz que ele próprio é racista.

Sempre me ensinaram que podemos ter muita instrução, mas a educação vem de casa, e o que nós precisamos da nossa sociedade, porque existe racismo na nossa sociedade, se calhar não é tanto aberto como aquilo que nós vemos na comunicação social, que aquilo que se passou recentemente com aquele jovem negro, o George Floyd, e que se passa em muitas situações do mundo. Mas nós realmente precisamos de cultivar desde as nossas escolas onde se pratica *bullying*, que são pequenos exemplos de racismo, nós precisamos de atuar desde as nossas famílias e precisamos de ter cidadãos que demonstrem esta liberdade, este sentido contra o racismo e precisamos de instituições, precisamos de governos que sejam plenos desta democracia, que não olhem a cores, que não olhem a raças, que não olhem a estratos sociais, que não olhem a partidos, que não olhem a ninguém, que sejam realmente iguais para todos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Só desta forma é que nós conseguimos erradicar o racismo da nossa sociedade.

E acreditem que não está nas grandes coisas, está nas pequenas coisas do dia-a-dia.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é do Partido Socialista, refere-se à inscrição das danças, bailinhos e comédias de carnaval da ilha Terceira no inventário nacional de património cultural imaterial.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Deputado António Toste Parreira (PS):

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Inscrição das Danças, Bailinhos e Comédias de Carnaval da ilha Terceira no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial

O Carnaval terá tido origem entre os antigos egípcios, passando pelos gregos e os romanos, ganhando força na Idade Média e acabando por ser cristianizado e incluído, em muitos países, no calendário cristão, como a festividade que ocorre antes da estação litúrgica da Quaresma.

Modernamente, são muitos os carnavais mundialmente famosos, como o do Rio de Janeiro, no Brasil, o de Veneza, em Itália e o de Nova Orleães, nos Estados Unidos da América.

As diversas manifestações carnavalescas têm em comum a boa disposição, a folia, as máscaras ou fantasias, girando, geralmente, à volta de desfiles ou arraiais, acabando, contudo, por ter sempre algo único e característico, específico de cada país ou região.

A inscrição das Danças, Bailinhos e Comédias de Carnaval da ilha Terceira no “Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial”, apresentada pela Direção Regional da Cultura, foi um esforço coletivo que culmina, assim, com o imprescindível reconhecimento de uma forma de arte há muito merecedora desta distinção.

As Danças, Bailinhos e Comédias da ilha Terceira envolvem centenas de atores, cantores e músicos amadores que durante quatro dias, entre o sábado e a terça-feira de Entrudo percorrem mais de trinta palcos na Ilha Terceira, atuando de forma gratuita, pela madrugada dentro. São espetáculos de teatro popular, em rima, intercalados com coreografias e música.

Esta manifestação cultural feita pelo povo e para o povo que se entrega de alma e coração a esta que é, indubitavelmente, a maior expressão de teatro popular dos Açores, do país e do mundo.

O reconhecimento nacional finalmente concedido a uma das maiores expressões da alma terceirense, com a inclusão das Danças, Bailinhos e Comédias de Carnaval da ilha Terceira no “Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial”, é um motivo de orgulho e honra para todos os que fazem do Carnaval terceirense uma verdadeira expressão de arte.

O orgulho e a honra são extensíveis aos atentos e críticos autores e compositores; aos inúmeros e talentosos atores, músicos, cantores e dançarinos amadores que percorrem os salões da Ilha Terceira; e aos engenhosos responsáveis pelo guarda-roupa, penteados e maquilhagem, que há muito envolvem os salões da ilha numa magia arrebatadora e inigualável.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período Legislativo de setembro de 2020, a aprovação de um Voto de Congratulação pela Inscrição das Danças, Bailinhos e Comédias de Carnaval da ilha Terceira no “Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial”.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento à Direção Regional de Cultura, aos Municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória e a todas as juntas de freguesia da ilha Terceira.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2020.

Os Deputados, Francisco César, António Toste Parreira, Maria de Fátima Ferreira, Mónica Rocha, Maria Isabel Quinto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado César Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente a este voto de congratulação, ainda para mais que em 2013 e pela mão da então Deputada Judite Parreira que apresentou nesta Assembleia um Projeto de Resolução recomendando exatamente ao Governo Regional que diligenciasse esta classificação das tradicionais danças e bailinhos de carnaval da ilha Terceira como património cultural imaterial de Portugal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Na altura foi aprovado por unanimidade a Direção Regional da Cultura e de dar valor ao então Diretor Regional Nuno Lopes que tive conhecimento juntamente com a sua equipa e com o museu de carnaval o grande trabalho que foi feito em toda a ilha para que se recolhesse ao máximo todos os aspetos que eram importantes para esta candidatura.

Um projeto que orgulha os terceirenses, é verdade, mas que não se fique por aqui, que seja um próximo passo para sermos património da humanidade, que seja um passo de responsabilidade para os intervenientes e responsáveis da nossa Região relativamente ao carnaval, olhando não só de uma forma de subsidiar, que é importante, mas não é o mais importante relativamente ao carnaval, mas de mantermos a nossa tradição. Está viva, mas é importante olhar para ela com carinho de forma a que não se esqueçam esses valores.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O carnaval da ilha Terceira não é apenas um carnaval. O carnaval da ilha Terceira não é um desfile de biquínis, não é um conjunto de bailes de salão; é muito mais do que isso. O carnaval da ilha Terceira é verdadeiramente cultura popular porque é a cultura do povo feita para o povo. Não é feita de vestidos caros nem de vestimentas caríssimas, até nos bailinhos onde se disfarçam têm até as roupas que trazem de casa, as roupas que já não usam. É um carnaval que exige ensaio, decorar texto, ou seja, é o verdadeiro teatro popular. O verdadeiro teatro popular que vai do humor ao drama. Do humor dos bailinhos, da sátira à sociedade civil, da sátira à política, mas também ao drama. Ao drama das danças de espada e também evocando a história, e as danças de espada, que essas sim se estão a perder, que é preciso olhar com carinho para o nosso carnaval da ilha Terceira porque, de facto, ele é único no mundo e é preciso que se mantenha essa tradição viva, essa tradição de verdadeiro teatro popular de elevadíssima qualidade onde se revelam alguns talentos e que é único nos Açores, em Portugal, no mundo.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação ao realizador Augusto Fraga premiado pela Netflix e pelo Instituto do Cinema e Audiovisual. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Realizador Augusto Fraga premiado pela Netflix e pelo Instituto do Cinema e Audiovisual

O realizador publicitário Augusto Fraga, filho da artista açoriana Maria Antónia Esteves, licenciou-se em Comunicação Social, na Universidade do Minho e é hoje um dos realizadores publicitários portugueses mais reconhecidos no panorama nacional e internacional

Augusto Fraga, que cresceu em Vila Franca do Campo, já tem um portefólio recheado pelas melhores marcas, como a Nike, Heineken, Vodafone, Playstation, Mercedes-Benz e Coca-Cola.

O realizador publicitário Augusto Fraga aproveitou os tempos de confinamento, devido à pandemia COVID-19, para se dedicar, na sua casa da freguesia de Achada, Nordeste, à escrita do guião “Rabo de Peixe”, o qual viria a ser um dos cinco galardoados pela Netflix e pelo Instituto do Cinema e Audiovisual.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao realizador publicitário Augusto Fraga, pela atribuição do galardão da Netflix e do Instituto do Cinema e Audiovisual, do qual deve ser dado conhecimento ao próprio.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2020.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Bruno Belo, João Bruto da Costa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Maria Eduarda Pimenta, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente a este voto salientando o dinamismo do realizador Augusto Fraga e pela sua capacidade criativa e o seu espírito inovador que fez com que fosse atribuído este galardão.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Isabel Silva Melo pela atribuição do Prémio Nacional de Artesanato 2019. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e o Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A ISABEL SILVA MELO, PELA ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO NACIONAL DE ARTESANATO 2019

Isabel Silva Melo, licenciada em Artes Plásticas pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, com Pós-Graduação em Design do Produto – Joalheria pela Escola Superior de Arte e Design, descobriu, num passado relativamente recente, a sua paixão pelo barro.

E é nesta sua nova vertente de artesã e artista que vê galardoado o seu trajeto, através da atribuição, conhecida há poucas semanas, do Prémio Nacional de Artesanato 2019, na categoria Empreendedorismo Novos Talentos. Um prémio que honra, naturalmente, a artista, mas honra de igual modo toda a Região.

O referido Prémio, bianual, da responsabilidade do Instituto do Emprego e Formação Profissional, visa promover as artes e ofícios, distinguindo artesãos que se afirmem pela excelência do seu percurso e dos resultados alcançados, seja na vertente das produções artesanais tradicionais, seja no chamado artesanato de matriz contemporânea.

Acrescente-se que, a par de Isabel Silva Melo, foram também finalistas do Prémio Nacional de Artesanato 2019 Maxim Pavlov, de nacionalidade russa e a residir em São Miguel, e o faialense Rui Pedro, ambos na categoria ‘Inovação’.

Depois de um percurso artístico admirável, que contemplou peças de joalheria e bijuteria lindíssimas, bem como surpreendentes abordagens contemporâneas de símbolos maiores da nossa cultura e do nosso artesanato (Escamas de Peixe, Presépios de Lapinha, Registos do Senhor Santo Cristo, etc.), Isabel Silva Melo dedicou-se então à cerâmica, em especial à cerâmica figurativa, debruçando-se sempre sobre temas relacionados com a representação dos costumes, da cultura e das tradições religiosas, mas também temas ligados à literatura, à poesia e a questões de ordem política e social.

Esculpidas meticulosamente no barro, com atenção aos detalhes mais ínfimos, as figuras em cerâmica de Isabel Silva Melo ganham uma expressão e uma vida fascinantes, amiúde desconcertantes para quem nelas se detém, que nos fazem

pensar na força primordial do barro e sentir toda a carga simbólica originária que nele se encerra. O resultado, sempre enorme, é um objeto artístico único, irrepetível e do mais fino recorte, que a artista faz acompanhar de uma ficha técnica e de textos enquadradores daquela peça e que, de algum modo, contam a sua história.

Guimarães Rosa, citado recentemente por José Tolentino Mendonça em entrevista a Onésimo Teotónio Almeida (Revista “Visão”, agosto de 2020), dizia que “a vida é travessia”. Uma frase tão breve, lapidar na sua simplicidade, mas que define todo o mistério deste nosso andar por aqui. Assim tem sido o caminho de Isabel Silva Melo: uma travessia com sendas várias, todas elas marcadas por uma enorme beleza, cujo reconhecimento público veiculado por este Prémio nos orgulha e nos engrandece.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação a Isabel Silva Melo pela atribuição do Prémio Nacional de Artesanato 2019, na categoria Empreendedorismo Novos talentos. Propõe igualmente que deste voto seja dado conhecimento à artista, ao Centro Regional de Apoio ao Artesanato e ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Horta, sala das sessões, 10 de setembro de 2020.

Os Deputados, Francisco César, Renata Correia Botelho, Graça Silva, Maria Isabel Quinto, José San-Bento.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação também referente a Isabel Silva Melo que venceu o Prémio Nacional de Artesanato na categoria de empreendedorismo e novos talentos, desta feita apresentado pelo PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Isabel Silva Melo vence o Prémio Nacional de Artesanato, na categoria de Empreendedorismo Novos Talentos

Isabel Silva Melo, licenciada em Artes Plásticas, pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, venceu o Prémio Nacional de Artesanato, na categoria de Empreendedorismo Novos Talentos.

Este prémio visa incentivar a produção artesanal, nas vertentes tradicional e contemporânea, distinguindo os artesãos portugueses, com destaque para as suas competências técnicas e profissionais.

A artesã micalense é detentora de uma pós-graduação em Design, do Produto Joalheria, pela Escola Superior de Arte e Design, e fez formação de Cerâmica no Museu Carlos Machado, orientada pelo ceramista Delfim Manuel.

A artesã e professora do Ensino Secundário aborda, na sua extensa obra, temas relacionados com a representação dos costumes, cultura e religiosidade dos açorianos.

Isabel Siva Melo tem desenvolvido, ainda, um diversificado trabalho sobre as representações de carácter religioso mais universal e algumas representações tridimensionais dedicadas a pintores que aprecia.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à artesã Isabel Silva Melo, pelo Prémio Nacional de Artesanato, na categoria de Empreendedorismo Novos Talentos, do qual deve ser dado conhecimento à própria.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2020.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, João Bruto da Costa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sendo assim, vamos passar então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Luís Godinho pela Câmara de Bronze na categoria de reportagem/fotójornalismo do concurso da Federação Europeia de Fotógrafos. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Luís Godinho pela Câmara de Bronze na categoria de
“Reportagem/Fotójornalismo” do concurso da Federação Europeia de
Fotógrafos**

O concurso da Federação Europeia de Fotógrafos atribuiu este ano a Câmara de Bronze, na categoria de “Reportagem/Fotojornalismo” a Luís Godinho, tendo as fotos que lhe valeram o prémio sido tiradas em São Tomé e Príncipe e na República Centro Africana, onde o fotógrafo esteve a acompanhar os militares portugueses na missão de Paz da ONU, em dezembro de ano passado.

Luís Godinho, que já havia sido distinguido em 2019, com a Câmara de Prata no mesmo concurso, nasceu em Angra do Heroísmo, em 1983, e licenciou-se em Engenharia do Ambiente pela Universidade dos Açores.

A Fotografia foi, desde cedo, a sua paixão, tendo-se tornado fotógrafo profissional em 2017 e obtido, desde então, o reconhecimento dos principais websites e revistas da especialidade, nos quais se incluem a “National Geographic”, a “Leica Fotografie International” e a “LensCulture”.

A comprovar o seu inegável talento na arte a que se dedica, Luís Godinho conta já no seu extenso currículo com diversos prémios e menções honrosas em vários concursos internacionais, o que é motivo de orgulho para a ilha Terceira e para os Açores em geral.

De salientar, por outro lado, que as dezenas de fotorreportagens internacionais que constam do currículo de Luís Godinho e que, para além dos países já referidos, o levaram também ao Senegal e a Moçambique, entre outros, despertaram no fotógrafo terceirense uma crescente vontade de se dedicar à nobre causa da defesa dos Direitos Humanos.

Assim, depois de vencer o Sony Awards, em 2017, com uma fotografia de uma menina no Senegal, Luís Godinho fundou a DAR-Dreams Are Real, uma associação que trabalha em parceria com a organização sem fins lucrativos HELPO, em Africa, e que ajuda crianças na área da educação, desporto e artes.

A arte fotográfica de Luís Godinho encontra-se, atualmente, exposta no Museu Nacional do Traje, em Lisboa, onde a exposição “Blood Red Luxury” relata a

exploração ilegal de homens, mulheres, adolescentes e crianças nas minas de granada em Moçambique.

Entretanto, o fotógrafo da Ilha Terceira, acaba de publicar o seu primeiro livro, intitulado “A Mudança”, que reúne uma compilação de fotografias realizadas no Senegal, na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe e textos escritos pelo próprio autor.

O livro, que é dividido em três capítulos, retrata a forma como as viagens impulsionaram a mudança profissional do fotógrafo e, com ele, Luís Godinho pretende inspirar as pessoas a seguirem os seus sonhos sem medos.

O fotojornalismo de Luís Godinho tem o poder especial de mostrar o que é a realidade e de inspirar as pessoas a serem melhores, algo extremamente necessário e de louvar na atual conjuntura mundial.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de setembro de 2020, a aprovação de um Voto de Congratulação a Luís Godinho pela Câmara de Bronze na categoria de “Reportagem/Fotojornalismo” do concurso da Federação Europeia de Fotógrafos.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento ao próprio.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2020.

Os Deputados, Francisco César, Maria de Fátima Ferreira, António Toste Parreira, Mónica Rocha, Domingos Cunha, Maria Isabel Quinto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muito gosto que o PSD naturalmente se associa a este voto lido e dirigido o fotógrafo terceirense Luís Godinho, reconhecendo obviamente todo o seu trabalho, toda a sua dedicação e o gosto pela fotografia.

É certamente um nome já bem conhecido dentro da fotografia e do panorama nacional, pelo que este reconhecimento é mais do que justo por aquilo que tem feito em prol da sua paixão e também em nome dos Açores.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Luís Godinho, de quem tenho o gosto e o privilégio de ser amigo e que foi meu colega da universidade e de muitas outras lides académicas, é um jovem extraordinário, é um homem de grande dinamismo e de enorme talento que tem conseguido com grande frequência levar o nome da cidade de Angra do Heroísmo, da ilha Terceira, da nossa Região e do nosso país aos mais altos patamares da fotografia e do fotojornalismo. É por isso um exemplo para muitos outros jovens talentosos que existe nos Açores para que prossigam os seus sonhos e para que invistam no seu talento.

Este é apenas mais um prémio a juntar ao extenso palmarés que o Luís Godinho detém e que nos deixa a todos muito orgulhosos e por isso mesmo o Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se com muito gosto a este voto de congratulação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Jaime Gama distinguido com o Prémio Alumni Carreira 2020 pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Jaime Gama distinguindo com Prémio Alumni Carreira 2020, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

O estadista açoriano Jaime José Matos da Gama vê, agora, o reconhecimento da sua Alma Mater, a Universidade de Lisboa, pela sua brilhante carreira profissional e política, atribuindo-lhe o Prémio Alumni 2020.

Jaime Gama nasceu em Ponta Delgada, frequentou o Liceu Antero de Quental, tendo-se licenciado em Filosofia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

O ex-presidente da Assembleia da República e Deputado à Assembleia Constituinte, eleito pelo círculo eleitoral de Ponta Delgada, foi professor do ensino secundário e do ensino superior, além de jornalista no jornal República.

Jaime Gama foi Ministro da Administração Interna, da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, em diversos governos da República.

Foi eleito deputado à Assembleia da República de 1975 a 2011, tendo exercido as funções de seu Presidente.

Doutor Honoris Causa pela Universidade dos Açores, Jaime Gama é atualmente Presidente do Conselho de Administração da Fundação Francisco Manuel dos

Santos, Presidente do Conselho de Administração do Novo Banco dos Açores e membro do Conselho Geral da Universidade de Lisboa.

Jaime Gama, um dos mais brilhantes fundadores da Autonomia Democrática Açoriana, possui diversas condecorações nacionais e estrangeiras, sendo Chanceler das Antigas Ordens Militares Portuguesas.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação a Jaime Gama, pelo Prémio Alumni Carreira 2020, atribuído pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, do qual deve ser dado conhecimento ao próprio e ao Reitor da Universidade de Lisboa.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2020.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Bruno Belo, João Bruto da Costa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista naturalmente associa-se a este voto, um voto que homenageia justamente um dos seus mais ilustres militantes, um fundador do Partido Socialista nos Açores e um dos pais da nossa autonomia.

Jaime Gama teve um papel fundamental na altura, ainda em 74 e 75, naquilo que foi o chamado “Grupo de Coordenação das Ilhas” que reunia em Lisboa já depois da fundação do Partido Socialista, como sabem foi antes do 25 de abril na Alemanha, e Jaime Gama teve um papel desde esta fase, uma fase inicial, da maior importância na fundação do Partido Socialista dos Açores.

Numa primeira fase na estruturação do partido em três federações dos antigos ex-distritos dos Açores e também teve um papel importante naquele que foi o caminho que o PS/Açores fez nesta fase difícil. Jaime Gama foi um destemido e corajoso lutador contra a FLA, esteve a sua integridade física e da sua família várias vezes em perigo combatendo esse extremismo, e nós devemos honrar e homenagear todos as pessoas que tiveram esse percurso e essa coragem. Foi também uma personalidade muito importante nesse caminho do Partido Socialista até à fase em que o Partido Socialista se assumiu nos Açores como um partido regional, uma federação regional, dando assim corpo também àquele novo espírito pós 25 de abril da Região Autónoma dos Açores.

Foi também deputado eleito pelos Açores à Assembleia da República durante várias legislaturas (duas - a constituinte), foi um deputado que teve um trabalho fundamental precisamente na questão da elaboração da nossa Constituição democrática onde foi consagrada a autonomia regional.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, Jaime Gama e o PS/Açores são também fundadores da nossa autonomia.

Queria também dizer que dizem os manuais de diplomacia e negociação, normalmente fazem uma diferenciação entre o político e o estadista, e consideram que o político é aquele que pensa nas próximas eleições e o estadista é aquele que pensa na próxima geração, e talvez tenha sido esse o segredo da proeminência e da perenidade da carreira política de Jaime Gama. Um homem que teve realmente um percurso político impressionante, e que tem, nós achamos que ele tem ainda vida e saúde para continuar a ter uma intervenção pública relevante, mas essa intervenção pública foi marcada realmente por uma opção muito clara pelo Partido Socialista, por uma enorme envergadura intelectual e por uma capacidade de trabalho e por uma entrega que realmente ajudaram a construir a autonomia e também a construir o nosso

país, a consolidação do regime democrático, as duas primeiras revisões constitucionais. É realmente um grande vulto da república portuguesa, da nossa autonomia e é com muito orgulho que o Partido Socialista se associa a este voto, ao voto de uma personalidade da maior importância na nossa história e no nosso património político.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo 50.º aniversário da CGTP-IN. É apresentado pelo Partido Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS):

VOTO CONGRATULAÇÃO

QUINQUAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA CGTP-IN

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional define-se como uma “organização sindical de classe, unitária, democrática, independente e de massas, que tem as suas raízes e assenta os seus princípios nas gloriosas tradições de organização e de luta da classe operária e dos trabalhadores portugueses”.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: A CGTP-IN foi fundada a 1 de outubro de 1970. Naquele ano as direções de sindicatos como o dos Empregados Bancários, o Nacional dos Caixeiros, o Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e o Nacional do Pessoal da Indústria dos Lanifícios reuniram-se, em Lisboa, para uma sessão de trabalho que teve como objetivo o estudo de alguns aspetos da vida sindical de então.

Entre as questões de maior importância que foram propostas para o estudo constaram o Decreto-Lei n.º 49 212 (Contratação Coletiva), o horário de trabalho, a censura e a liberdade de reunião, numa época em que vigorava o regime político do Estado Novo. Iniciava-se assim o movimento das reuniões intersindicais.

Em 1971, o movimento ali iniciado aprova o Programa Básico da Intersindical, documento em que reivindica a liberdade sindical, o direito de livre negociação e o direito à greve.

Após a revolução de abril de 1974, a CGTP-IN participou ativamente no processo de democratização dos sindicatos que levou à destituição do corporativismo no movimento sindical e à eleição, pelos trabalhadores, de novas direções sindicais.

Ainda em 1974 organiza as comemorações do 1.º de maio, que pela primeira vez no nosso país é comemorado em liberdade, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: ... constituindo a maior manifestação de massas alguma vez realizada em Portugal e expressão inequívoca do seu poder de mobilização e de adesão dos trabalhadores e do povo português ao 25 de Abril.

Naquele mesmo maio, a CGTP-IN obtém nova conquista, desta feita a instituição do Salário Mínimo Nacional, no valor de 3300\$00, que veio beneficiar mais de 50 por cento dos trabalhadores portugueses.

Em 1975 realiza o seu 1.º Congresso onde aprova os seus primeiros Estatutos

...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Democráticos!

A Oradora: ... e o seu Programa de Ação.

Ao longo da sua história, a CGTP-IN tem pautado o seu percurso pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores. Esteve na linha da frente da defesa de direitos como: o direito à greve; a férias com subsídio pago; ao Salário Mínimo Nacional; à anuidade dos salários; ao 13º mês, à livre negociação coletiva; às 40 horas de trabalho semanais, sem prejuízo das 35 horas em diversos setores; à Segurança Social pública, solidária e universal; ao Serviço Nacional de Saúde e à Escola Pública universal e de qualidade.

Nas suas conquistas mais recentes está uma legislação avançada nas áreas da igualdade entre mulheres e homens e da proteção da maternidade e paternidade. “Criação histórica dos trabalhadores portugueses” (e citando ao seus Estatutos), a CGTP-IN “constitui um contributo determinante para o progresso e a liberdade e é um património comum de quantos trabalham e lutam por um Portugal de prosperidade, justiça e liberdade.”

Deputadas Renata Correia Botelho e Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical, pelo seu quinquagésimo aniversário. Propõe igualmente que do presente voto seja dado conhecimento àquela Confederação e aos seus dirigentes na Região Autónoma dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 08 de setembro de 2020.

Os Deputados, Francisco César, Graça Silva, Renata Correia Botelho, Maria Isabel Quinto, José San-Bento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda associa-se com gosto a este voto pelo 50.º aniversário da CGTP reconhecendo e saudando este percurso da intersindical, o seu papel na defesa dos trabalhadores, na conquista de direitos nestes 50 anos; um papel que foi absolutamente determinante na nossa democracia, no reforço dos direitos dos trabalhadores, nas conquistas em que participou em que foi um ator ativo, interventivo na melhoria das condições de vida e para tornar Portugal e também os Açores um país mais justo, mais solidário e de que tem direitos que muitos deles têm sido e foram atacados muitas vezes e a CGTP sempre esteve do lado certo, do lado da defesa dos trabalhadores, do lado de muitos governos que fragilizaram a contratação coletiva, fragilizando assim os sindicatos e aquilo que é efetivamente necessário neste futuro.

Desejando à CGTP, como é óbvio, outros 50 anos (e mais ainda) de luta e de conquistas. É efetivamente o reforço do papel dos sindicatos no nosso país porque esse reforço do papel dos sindicatos é sinónimo de mais direitos, de melhores condições de vida para os trabalhadores do nosso país.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O PCP associa-se ao voto e felicita a CGTP-Intersindical, todos os trabalhadores e todos os seus dirigentes.

Associando-se a este voto, o PCP não deixa de lembrar, de estranhar e de aqui nesta câmara também salvaguardar que o Partido Socialista nesta Casa e nos Açores teve o combate contra os direitos dos trabalhadores no caso dos professores ainda este ano, contra os funcionários dos matadouros da Região Autónoma dos Açores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... ainda ontem nas carreiras dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: Ou seja, o Partido Socialista o que tem feito aqui nesta Casa é completamente contra os trabalhadores, contra os direitos desses trabalhadores. E mais! Ainda há bem pouco tempo a Comissão de Política Geral desta Casa reuniu com as Câmaras Municipais no grupo ocidental e a câmara mais ocidental da Europa neste momento tem 50 trabalhadores (50 trabalhadores!) em programas ocupacionais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais, Sr. Deputado!

O Orador: Mais de 50 trabalhadores! A Câmara Municipal socialista.

O que é certo é que o Partido Socialista nesta Região é exatamente igual ao PSD noutras ocasiões, por exemplo, na República. Em relação aos direitos laborais, o Partido Socialista na Região Autónoma dos Açores não respeita os direitos dos trabalhadores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado! Muito bem!

O Orador: ... não os quer remunerar e não está na luta com os trabalhadores. O PCP estará e os trabalhadores poderão continuar a contar com o PCP nas suas lutas.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado! O senhor é coerente! Viva à coerência!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Joaquim Machado, vamos tentar.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O PSD associa-se a este voto de congratulação pelo 50.º aniversário da CGTP-IN, com isso afirmando o seu respeito pelo sindicalismo livre enquanto expressão democrática vertida na defesa dos direitos dos trabalhadores na dignificação do trabalho e também enquanto instrumento desejável para a concertação social que promova efetivamente o desenvolvimento e o bem-estar dos povos. Como sabemos, o PSD e o Partido Socialista, as respetivas tendências sindicais, integram-se esmagadoramente numa outra central sindical que é a UGT.

Portanto, o PSD não perfilhando o modelo sindical da CGTP não deixa de reconhecer o contributo desta central para a defesa e consolidação dos trabalhadores de Portugal numa luta que não lhe foi exclusiva, muito pelo contrário, partilhada com outros movimentos de trabalhadores.

Sra. Deputada Renata Botelho, de facto, o PSD ainda bem que não está na sua tendência sindical filiado nesta organização de trabalhadores, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não faria sentido!

O Orador: ... como não está a esmagadora maioria da tendência sindical socialista que muitas vezes se opõe precisamente a esta central sindical, e não creio que a esmagadora maioria dos militantes ou trabalhadores sindicalizados que perfilham a ideologia socialista ...

Deputada Graça Silva (PS): Aí já não é bem assim!

O Orador: ... ao optarem por outro movimento sindical não o façam de forma errada, estando V. Exa. e tão só no caminho certo ao fazer a observação que aqui fez.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em tempos de dificuldades e com maiorias parlamentares absolutas inflexíveis, cresce, como todos nós sabemos, o atropelo aos direitos dos trabalhadores e isso convoca a ação mais intensa e firme das organizações sindicais sem unicidade, antes sim com liberdade sindical enfrentando os poderes instituídos com coragem e determinação, não cedendo às tentações de trocar o sindicalismo por lugares momentâneos à mesa do poder político ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e isso significa necessariamente a indispensabilidade das organizações de trabalhadores livres e democráticas.

Deputada Mónica Rocha (PS): É demasiado mau!

O Orador: Em suma, o PSD felicita a CGTP pela passagem do seu 50.º aniversário expressando deste modo o seu inabalável respeito pelo movimento sindical.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação aos Centros de ATL da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande que ganharam o Prémio “la Caixa”. É apresentado pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Membro do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Centros de ATL da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande ganham Prémio “la Caixa”

A Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, através das suas valências de Atividades de Tempos Livres – ATL foi contemplada com o Prémio “la Caixa”, no âmbito Infância 2020, numa iniciativa do Banco BPI e da Fundação “la Caixa”.

Com o projeto “Pequenos Cliques, Grandes Leitores”, apresentado pelos Centros de ATL da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande “pretende-se munir as crianças de instrumentos que possam colmatar as dificuldades e nível de leitura, desenvolvendo a imaginação, a criatividade, a atenção, o espírito crítico, a oralidade e a comunicação, combatendo, ao mesmo tempo, a infoexclusão”, refere aquela Instituição na apresentação do seu projeto/candidatura.

Com o prémio atribuído pelo Banco BPI e Fundação “la Caixa”, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande pretende criar uma minibiblioteca nas ATL “onde as crianças possam ter acesso a diferentes livros, aprendendo a manuseá-los e a explorá-los, através das imagens, cativando-as, desta forma, para a leitura”.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande pela conquista do Prémio “la Caixa”, no âmbito

Infância 2020, do qual deve ser dado conhecimento à Mesa desta Instituição e ao seus Centros de ATL.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2020.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Bruno Belo, João Bruto da Costa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com gosto ao presente voto de congratulação. Ainda na semana passada tivemos oportunidade de visitar a Santa Casa, de conversar com os seus órgãos sociais e de comprovar aquele que tem sido o trabalho meritório da Santa Casa e dos seus mais de 200 trabalhadores ao serviço da comunidade.

De facto, ao longo dos anos a Santa Casa da Ribeira Grande em particular tem sido um parceiro do Governo Regional em várias áreas, na área social, em projetos educativos e noutras vertentes prestando um valioso contributo à comunidade da Ribeira Grande e da Região Autónoma dos Açores.

Também é importante destacar e reconhecer o importante contributo da Fundação “la Caixa” que tem apoiado várias iniciativas na Região Autónoma dos Açores, na área da saúde, na área social, na área educativa e também na área cultural, reconhecendo o potencial que existe na Região e a importância de desenvolver projetos nestes domínios para desenvolver ainda mais a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Ivete Rodrigues, campeã nacional de sub-18 em golfe. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado.

Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ivete Rodrigues – campeã nacional de sub-18, em Golfe

A jovem açoriana Ivete Rodrigues sagrou-se campeã nacional, de sub-18, em Golfe, no passado dia 30 de agosto, ...

Se me permite, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os Srs. Deputados do seu grupo parlamentar costumam fazer isto quando eu estou aí em cima!

Presidente: Srs. Deputados ...

A Oradora: ... nas provas do Campeonato Nacional de Jovens, numa organização da Federação Portuguesa de Golfe.

A atleta do Verdegolf Country Club, de São Miguel, é um exemplo de dedicação, trabalho e disciplina tendo como objetivos a realização desportiva, e, essencialmente, pessoal.

O exemplo da atleta Ivete Rodrigues, na sua busca do triunfo e realização merece ser realçado e louvado, como testemunho para os jovens que buscam a realização pessoal através do desporto.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à atleta Ivete Rodrigues pela conquista do título de campeã nacional, de sub-18, em Golfe, do qual deve ser dado conhecimento à atleta e ao Verdegolf Country Club, de São Miguel.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2020.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Bruno Belo, João Bruto da Costa.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto salientando os excelentes resultados que os jovens açorianos têm obtido quando lhes é possível participar nas provas nacionais.

As condições que têm sido dadas para a prática do desporto nos Açores têm permitido de facto a obtenção destes bons resultados, especialmente nas camadas de formação e camadas mais jovens e os resultados atestam assim a necessidade que há de continuar a apostar no desporto, especialmente criando condições para que os mais jovens possam praticar essa modalidade de forma a obterem bons resultados, quer a nível regional, quer a nível nacional.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos votos de pesar.

O primeiro é referente ao falecimento de José Tomás Ataíde da Cunha. É apresentado pelo PS, tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

José Tomás Ataíde da Cunha

Faleceu, a 24 de agosto último, aos 78 anos de idade, na cidade da Praia da Vitória, ilha Terceira, José Tomás Ataíde da Cunha, antigo professor do Ensino Básico, empresário e homem sempre envolvido na comunidade a que pertencia e na qual deixa uma marca indelével.

Filho de Maria Tomásia da Cunha Ataíde e de Tomás da Cunha, José Tomás Ataíde da Cunha nasceu na Graciosa, nos Fenais, Praia da Graciosa, freguesia de São Mateus, a 12 de junho de 1942.

No início da primeira infância, José Tomás da Cunha, por doença, ficou com sequelas irreversíveis nos membros direitos, que o obrigou a afastar das lides da terra, ocupação habitual da família.

Saiu da Graciosa para frequentar o Liceu de Angra do Heroísmo e, posteriormente, o Magistério Primário. Concluídos os estudos, regressou à ilha natal, e de novo por doença, esteve impedido de lecionar durante um ano letivo. Mais tarde, de volta à Terceira, começou por lecionar na Escola do Porto Judeu e mais tarde na Escola de Santa Cruz, na Praia da Vitória.

Foi professor do Ensino Básico até se aposentar, por motivos de doença, em meados da década de 80 do século passado, tendo, também exercido, durante vários anos, o cargo de Delegado Escolar da Praia da Vitória.

José Tomás da Cunha, para além de também ter sido professor no antigo Seminário do Padre Damião, fundou um colégio particular que funcionou durante mais de 20 anos, primeiro preparando alunos para o exame do 5º ano dos Liceus e, posteriormente, como centro de explicações.

Com uma forte visão progressista e empreendedora, José Tomás da Cunha foi determinante no nascimento da empresa Susiarte, a 12 de dezembro de 1982, e no seu desenvolvimento até aos dias de hoje, exercendo sempre funções de Gerência e ajudando-a a transformar-se no atual Grupo empresarial de renome, que a alcandorou para lá da ilha Terceira.

O seu permanente e interventivo interesse pelos assuntos comunitários, levou José Tomás da Cunha à presidência da Direção do Sport Clube Praiense em épocas de fortes dificuldades financeiras, tendo as direções que liderou sido determinantes para a sobrevivência da coletividade.

Foi, também, membro dos Conselhos Fiscais do Lar D. Pedro V e da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória durante mais de três décadas, e até ao seu falecimento.

Se é verdade que a obra de um homem se mede, normalmente, pela forma como é recordado, nesta era digital e de redes sociais, foram inúmeras as reações emotivas ao falecimento de José Tomás da Cunha, lembrando, sobretudo, o competente professor e explicador multidisciplinar, senhor da capacidade única de transformar alunos em amigos e mantê-los para a vida.

Foram muitos os que recordaram a sua grandiosidade, o afeto, a compreensão, a dedicação, a alegria, a determinação, a liderança e o exemplo, inerentes a José Tomás da Cunha, que marcou determinante e decisivamente todas as gerações com quem partilhou os seus saberes e amizade.

O Padre José Júlio da Rocha, celebrante do funeral de José Tomás da Cunha, considerava-o profundamente sábio na sua humildade única, tendo-lhe dedicado um artigo na imprensa, onde deixou perfeitamente resumido o extraordinário professor e amigo, dizendo que “há uma espécie rara de homens, competentes e úteis, que constroem a sociedade, práticos, objetivos e inteligentes, mas que sabem aliar a tudo isso uma qualidade que é rara neste tipo de homens: a bondade. A mim bastava-me olhar para o olhar de José Tomás da Cunha para perceber da abundância do seu coração. Nada melhor do que os olhos – ou, melhor, o olhar – para dizer da bondade que se tem dentro.” (fim de citação)

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de setembro de 2020, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de José Tomás Ataíde da Cunha, um homem bom, um exímio chefe de família, um professor amigo e um competente empresário e membro ativo da sociedade.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua companheira Ana Esménia Mackay Pereira, aos seus filhos Luís Vasco, Susana e Alexandre, e à Gerência da empresa Susiarte.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2020.

Os Deputados, Francisco César, Domingos Cunha, Maria Isabel Quinto, Maria de Fátima Ferreira, José Ávila.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando parte um homem grande, como o Prof. José Tomás, deixa-nos a todos mais tristes e mais pobres. Conheci muito bem o Sr. Prof. José Tomás, conheço

bem os seus filhos e ao Prof. José Tomás eu julgo que a grande característica, além da sua imensa sabedoria, era a sua humildade. Era um homem grande na sua humildade, um homem grande na entrega aos outros. Mas fazia-lo sempre com uma simplicidade que nos deixava pequenos perante ele.

Deu um grande contributo a centenas de alunos que passaram pelas suas mãos, transmitindo-lhes valores e princípios; deu um grande contributo ao mundo empresarial da Terceira, dos Açores e até de Portugal; deu um grande contributo de cidadania, participando ativamente nas coletividades da sua terra.

Portanto, é com pesar que nos associamos a este voto apresentado pelo Partido Socialista porque vemos partir um homem grande.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade

Presidente: O último voto desta manhã é também um voto de pesar pelo falecimento de José Tomás Ataíde da Cunha, desta feita apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

FALECIMENTO DE JOSÉ TOMÁS ATAÍDE DA CUNHA

No passado dia 24 de agosto de 2020 faleceu o Professor José Tomás Ataíde da Cunha.

Nascido a 12 de junho de 1942 nasceu nos Fenais, Praia da Graciosa (São Mateus).

Filho de Maria Tomásia da Cunha Ataíde e de Tomás da Cunha, em bebé sofreu poliomielite, ficando com membros direitos fragilizados. Esta fraqueza afastou-o das lides das terras, como era hábito na família, mas não o demoveu de fazer um percurso de vida notável.

Foi para Angra do Heroísmo frequentar o Liceu e posteriormente o Magistério Primário. Concluídos os estudos regressou à Graciosa e contraiu tuberculose que o impediu de lecionar durante um ano letivo.

Posteriormente foi para a Terceira, primeiro para a Escola do Porto Judeu e posteriormente para Santa Cruz, da Praia da Vitória.

Foi professor primário até aposentar-se, por motivos de saúde, em meados da década de 80 do século passado.

Durante vários anos exerceu o cargo de Delegado Escolar da Praia da Vitória.

Foi professor no antigo Seminário do Padre Damião e fundou um colégio particular que funcionou durante mais de 20 anos, primeiro preparando alunos para fazerem o exame do 5^a ano dos Liceus e posteriormente como centro de explicações.

Foi determinante no nascimento da empresa Susiarte, a 12 de dezembro de 1982, e no seu desenvolvimento até aos dias de hoje, transformando-se no principal grupo empresarial da Praia da Vitória e uma das principais PME's dos Açores.

Exerceu sempre funções de Gerência com uma forte visão progressista e empreendedora.

Foi Presidente da Direcção do Sport Clube PRAIENSE em épocas de fortes dificuldades financeiras, sendo as direcções que liderou determinantes para a sobrevivência da coletividade.

Foi membro dos Conselhos Fiscais do Lar D. Pedro V e da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória durante mais de três décadas, e até à sua morte. Um marido, um pai, um professor, um membro ativo do associativismo e um homem que marcou a vida de inúmeras pessoas deixando um legado de cidadania, humildade e valores.

Deixa na saudade a sua companheira de 25 anos, Ana Esménia Mackay Pereira, os seus filhos Luís Vasco, Susana e Alexandre, os netos Carlota, Tomás e Lourenço, assim como as noras Madalena e Rita e o genro Rui.

Assim o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de José Tomás Ataíde da Cunha.

Que do presente voto se dê conhecimento à família.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2020.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, Bruno Belo, César Toste, António Vasco Viveiros, João Bruto da Costa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade

Presidente: Vamos fazer um breve intervalo antes de entrarmos nas declarações políticas.

Regressamos às 12h30m.

Eram 12 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 33 minutos.

Passamos agora para as declarações políticas, cabe ao PCP fazê-la. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estando esta legislatura a chegar ao seu término não podemos deixar de olhar para trás e refletir em jeito de balanço sobre as políticas que o Programa do XII Governo Regional dos Açores anunciava como as grandes medidas que iria prosseguir e aquilo que na realidade aconteceu nestes últimos quatro anos.

Seria trabalho impossível passar em revista todas as políticas enunciadas nesse Programa de Governo, razão pela qual nos vemos forçados a aflorar apenas as grandes questões que mais afetam a vida dos açorianos e de todas as ilhas. E quero sublinhar muito bem que falo em especial dos açorianos das chamadas (incorretamente, quanto a mim) “ilhas pequenas” e quando chamo aqui a atenção para a incorreção do termo “ilhas pequenas”, faço-o porque na verdade aquilo que são na realidade são ilhas menos populosas, facto que só é uma realidade em muitos casos, para não dizer na generalidade, porque ao longo dos anos têm sido votadas ao abandono e as políticas necessárias ao seu desenvolvimento e à fixação das populações não têm na maioria das vezes passado de boas e piedosas intenções sem a concretização adequada.

Hoje é indiscutível que o setor da saúde é uma preocupação para todos os açorianos. Em primeiro lugar, porque a pandemia da COVID-19 repentinamente e sem aviso entrou nas vidas de toda a gente fazendo com que mais do que nunca todos se apercebessem quão fundamental é o Serviço Regional de Saúde e víssemos o riquíssimo capital humano que o compõe. Do pessoal médico ao pessoal de enfermagem, do pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica a todo o pessoal de apoio e auxiliar, aos quais nunca será demais prestarmos o nosso tributo expressando todo o apreço que nos merecem.

Mas se o Serviço Regional de Saúde e as autoridades de saúde neste particular têm estado à altura daquilo que todos os açorianos esperavam e confiavam, já o mesmo não podemos dizer em relação à equidade da prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos.

Há quatro anos escrevia o Governo Regional dos Açores no seu programa o seguinte:

“Relativamente à deslocação de médicos especialistas, assente numa profunda reflexão sobre o sistema anteriormente vigente, foi implementada uma nova política que, com as necessárias adaptações e melhoramentos, permitirá continuar a garantir equidade e acessibilidade aos utentes.” (sic)

Quanto ao cumprimento de tal promessa inscrita no Programa de Governo terei de repetir aquilo que já anteriormente disse nesta Assembleia e que foi o seguinte:

“Tanto quanto sabemos e podemos afirmar as unidades de saúde das ilhas sem hospital continuam a solicitar a ida de especialistas às suas ilhas para acompanhar e efetuar o diagnóstico a utentes do Serviço Regional de Saúde no seu âmbito, mas da parte do Governo deparam-se com orelhas moucas e com a total ausência de resposta às suas solicitações.

Mas nada como passarmos a factos concretos para percebermos o quão grave é a política de saúde que o Governo Regional impõe aos açorianos das ilhas sem hospital.

Ainda recentemente fomos alertados por um doente das Flores que sendo suspeito de padecer de algum problema grave a nível intestinal se encontra há largos meses à espera de ser visto por um gastroenterologista e lhe ser, no mínimo, efetuado o diagnóstico do seu problema.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Isso!

O Orador: Questionados por este doente procurámo-nos inteirar daquilo que efetivamente se passava neste capítulo.

Pasme-se quando verificámos que há dez meses que só nesta especialidade não há uma deslocação às Flores de um gastroenterologista há dez meses.” (sic)

Se o combate à pandemia da COVID-19 serve para justificar muita coisa injustificável esta é sem dúvida uma delas, pois com apenas escassos meses de pandemia já o compromisso de Governo perante esta Assembleia não passava de letra morta!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Apoiado!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizia o Governo Regional no seu programa de início de legislatura que:

“Conseguimos uma redução muito significativa da taxa de desemprego, hoje, a taxa de desemprego é 31% mais baixa do que no início da legislatura e o número de açorianos desempregados é o mais baixo dos últimos cinco anos. Hoje, conforme os últimos dados divulgados pelo INE, temos mais 7.751 açorianos empregados do que no início da legislatura e menos 5.713 açorianos desempregados do que quando iniciámos o mandato que agora termina.” (sic)

E hoje quais são os números de que se orgulha o governo? Desafio a que os divulgue!

Deputado Carlos Silva (*PS*): Desafie!

O Orador: Mas no capítulo do emprego o Governo Regional ia mais longe e prometia o seguinte:

“Objetivo: Fortalecer as políticas ativas de emprego; Medidas: Implementar um Programa de apoio à conversão de contratos com termo em contratos sem termo” (sic)

É caso para perguntar:

Onde param estas apregoadas medidas do Programa de Governo, sabendo-se como se sabe as situações de trabalho precário de ocupação em programas ocupacionais apenas para nas estatísticas contar de desemprego e de penúria porque já passam muitas famílias açorianas que de repente se viram perante uma quebra abrupta e inusitada dos seus rendimentos?

Onde estão as prometidas políticas do Governo no seu programa de início de legislatura?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No tocante aos transportes, tema inevitável de ser debatido numa região insular como a nossa, e que por óbvias razões de falta de tempo terei de me ater apenas ao transporte aéreo, anunciava o XII Governo Regional no seu Programa:

“Durante o último mandato, o Governo dos Açores assegurou um novo regime de acessibilidades aéreas de e para a Região, sendo um marco impulsionador de uma nova dinâmica turística, como também de maior mobilidade dos açorianos. Do mesmo modo foi implementado um novo modelo de obrigações de serviço público inter-ilhas que, além de assegurar novos modelos de mobilidade, potenciou os ganhos do modelo de serviço público das ligações ao exterior, servindo melhor, por essa via, todas as ilhas, através de um instrumento estratégico para a Região, como é o Grupo SATA, e que se pretende manter na esfera pública regional.” (sic)

Quanto ao novo regime de acessibilidades anunciado bastou um pequeno abanão nos lucros para que as *low-cost*, então anunciadas como novas

acessibilidades, mostrassem de facto ao que vinham e mandassem as tão anunciadas novas acessibilidades às urtigas. Felizmente que apesar da deriva “privatizadora” que enformou desde sempre este Governo inscreveram não sabemos bem porque milagre que pretendiam manter o Grupo SATA na esfera pública regional.

Não é que não tenham feito tudo para não o fazer!

E o caso é que se o tivessem conseguido, onde estaríamos hoje a nível do transporte aéreo nesta nossa Região?

Ou será que ainda existem ou persistem dúvidas que não fosse a SATA uma empresa pública regional teria sido possível implementar, utilizando o transporte aéreo como arma, medidas efetivas e eficazes de combate à pandemia?

Será que alguém com o mínimo de senso comum não percebe que não fosse a SATA uma empresa pública regional e não teria resistido às consequências da pandemia e hoje já não teríamos uma empresa de transporte aéreo ao serviço dos Açores?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comparar as promessas do Programa de Governo com a realidade é sem dúvida um exercício que requer mais tempo do que aquele que temos disponível.

Da agricultura e pescas passando pelo comércio e indústria muito haveria que demonstrar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

(Neste momento o Deputado Bruno Belo foi substituído na Mesa pelo Deputado Marco Costa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que esgotou o seu tempo nesta apresentação.

Como inscrições, tenho já o Sr. Deputado Paulo Mendes do Bloco de Esquerda. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Veio a Representação Parlamentar do PCP, através do Sr. Deputado João Paulo Corvelo, apresentar-nos uma declaração política com um teor por demais abrangente, mas não será por isso que não será pertinente no seu conteúdo.

Claro que terei de centrar a minha intervenção a um máximo de dois temas e queria começar por um tema que nos tem sido caro nos últimos meses e principalmente ao longo deste plenário e que tem a ver com o funcionamento do Serviço Regional de Saúde. Acusaram-nos durante este debate de tentarmos fulanizar o debate sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde ou dar exemplos concretos sobre utentes que não estariam satisfeitos com o funcionamento desse serviço. Mas simultaneamente também recebemos a acusação de que o nosso discurso estava completamente desligado da realidade.

Deputado José San-Bento (PS): Como acabámos de ver!

O Orador: Bem, ninguém percebe realmente o sentido das críticas que nos são feitas porque ora fulanizamos e apresentamos exemplos concretos, ora fugimos à realidade. Era bom que o Partido Socialista decidisse qual a direção das suas críticas quanto àquela que tem sido a intervenção do Bloco de Esquerda. Aliás, é uma crítica dúbia e incompreensível que não é só de agora, já faz algum caminho em que o Bloco de Esquerda por vezes ao apresentar críticas mais no abstrato é porque não temos um sentido crítico correspondente à realidade. Quando apresentamos casos concretos é porque estamos a fulanizar.

Aproveitando aquele que foi o exemplo que por bastas vezes utilizámos ao longo deste plenário e que é só um exemplo entre muitos, vou referir novamente o Sr. Jacinto. Aproveito a oportunidade para transmitir à câmara que

afinal a mãe do Sr. Jacinto ainda não tem a sua consulta de dermatologia agendada, ...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Ainda não?!

O Orador: ... tal e qual como eu tinha anunciado na nossa intervenção durante o debate de urgência.

Infelizmente, nem num período de campanha eleitoral, porque não só por vezes como bastas vezes, já é tradição ao longo de períodos de campanha eleitoral o partido do Governo normalmente o que é que faz? Apressa a conclusão de obras, e não só. Também apressa por vezes e tenta aligeirar aquelas que são as listas de espera quer para consultas de especialidade (ou não) e cirurgias. Mas nem para isso a campanha eleitoral tem servido ultimamente. Nem para isso nem para que a mãe do Sr. Jacinto e outras mães de outros senhores e outros pais e outros utentes do Serviço Regional de Saúde pelo menos durante a campanha eleitoral tivessem algumas surpresas agradáveis. Nem isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Mas, tal e qual como o Sr. Deputado João Paulo Corvelo referiu (e bem) daquela tribuna, os problemas não se encontram única e exclusivamente nos utentes do Serviço Regional de Saúde das ilhas maiores porque se os utentes do Serviço Regional de Saúde das ilhas mais populosas, aquelas que têm hospital como o Faial, Terceira e São Miguel, têm problema de acesso ao Serviço Regional de Saúde, o que dizer dos utentes do Serviço Regional de Saúde que residem nas ilhas menos populosas com serviços de saúde ainda mais fragilizados? Esses utentes ainda mais problemas têm de acesso ao Serviço Regional de Saúde.

Não é com um hospital privado, não é com financiamento público ao hospital privado nem através da formalização de parcerias público-privadas completamente desastrosas como o caso da radioterapia que acabou por se transformar num negócio ruinoso para a Região e que, ao contrário do que seria

de esperar numa primeira fase em que foi anunciado como um negócio muito vantajoso para a Região que iria garantir os tratamentos mais baratos de radioterapia do país, afinal acabou por ser um negócio ruinoso que acaba por garantir não os tratamentos mais baratos de radioterapia do país mas os mais caros.

Não é com esses negócios que os utentes do Serviço Regional de Saúde, quer aqueles que residam em ilhas com hospital e muito menos aqueles que residem em ilhas sem hospital, que terão um melhor acesso ao Serviço Regional de Saúde.

Quero aqui terminar com um último tema que também foi abordado pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo e que tem a ver com os transportes aéreos. Ainda ontem falámos disso e ainda ontem nós (Bloco de Esquerda) lançámos mais um desafio ao Partido Socialista. O Partido Socialista tem de escolher se vai apoiar aquela que é a companhia de todos nós (a SATA) ou se vai apoiar uma companhia privada que é a Ryanair. Qual será a sua escolha? Parece-nos que essa escolha infelizmente já está feita e mais do que feita.

O próprio Partido Socialista congratula-se com essa escolha e prefere investir numa companhia privada como é a Ryanair ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que simultaneamente está a tentar enterrar a SATA ao fazer queixa da SATA por estar a aceitar subsídios de Estado quando é a própria Ryanair que acabar por também ser financiada por fundos públicos tanto a nível regional como a nível estatal.

Obrigada, Sra. Presidente.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): É verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração política feita pelo PCP em boa hora vem mais uma vez evidenciar as grandes fragilidades e a grande desigualdade naquilo que são as necessidades básicas de uma sociedade. Temos ilhas que caminham cada uma à sua velocidade em que aquele que era um desígnio normal de uma Região arquipelágica, a coesão regional do ponto de vista social e do ponto de vista económico como um desígnio principal é cada vez mais uma miragem. E se hoje estamos aqui e que poderemos fazer um balanço de um mandato, de uma legislatura, mas os erros e as fragilidades seguramente não são só erros e fragilidades do mandato. São erros e fragilidades de 24 anos de poder político socialista ...

Deputado António Toste Parreira (PS): E as coisas boas?

O Orador: ... e isto aumenta a responsabilidade de um partido que governa esta Região há 24 anos.

Sras. e Srs. Deputados, naturalmente as flores, e sobretudo as ilhas mais pequenas, mas a ilha da Flores assume uma particular importância porque se nós hoje olharmos para aquilo que é a realidade da ilha das Flores ao nível da saúde, por exemplo, por variadíssimas vezes já foi focado nesta Casa a falta da deslocação de especialistas, a falta do cumprimento do estatuto do doente do Serviço Regional de Saúde, a falta de permitir que as pessoas se desloquem aos hospitais ou que os especialistas se desloquem às ilhas. Aquilo que para nós é inconcebível que é obrigar um florentino a pagar a diferença da viagem entre a Horta e a Ponta Delgada quando pretende ir tratar-se com o seu médico a Ponta Delgada. Isto é inadmissível e isto acontece, aconteceu e pelos vistos continuará a acontecer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O CDS já denunciou isso! É verdade!

O Orador: Ora Sras. e Srs. Deputados, nós não podemos ter uma Região tão desequilibrada, não podemos ter ilhas onde existe uma dificuldade enorme de fixação de pessoas, ilhas onde os jovens dificilmente veem a possibilidade de fazer o seu futuro nessas ilhas, é o caso das Flores. Aquilo que deve ser o evoluir de uma sociedade, que é procurarmos que os filhos das nossas ilhas sejam formados, cresçam, evoluam. Acabados a sua formação vêm-se deparados com a impossibilidade de regressar às suas ilhas e este é um problema. Não é um problema apenas e só de quatro anos, mas é sobretudo um problema que ficará para as próximas gerações.

Sras. e Srs. Deputados, todos esses problemas são preocupantes hoje, eram preocupantes ontem e naturalmente não deixam de ser preocupantes amanhã, e tornam-se mais preocupantes quando, por exemplo, se nós hoje perguntássemos, infelizmente não está cá, ao candidato do Partido Socialista a Presidente do próximo Governo Regional dos Açores o que é que ele pensaria que seria a ilha das Flores, ou a ilha Graciosa, ou a ilha de São Jorge, ou Santa Maria nos próximos quatro ou oito anos? Isto sim, Sras. e Srs. Deputados, ainda é mais grave porque ele próprio não sabe, e ele não sabe porque não perspetivou aquilo que é o evoluir de uma sociedade, aquilo que é o evoluir de gerações.

Sras. e Srs. Deputados, estas desigualdades, estas discrepâncias ainda se tornam mais graves porque pior do que os resultados alcançados e não pode falta de dinheiro, mas por falta de capacidade e de visão para construir uma melhor sociedade, mais justa, com melhores oportunidades de igualdade e este é um grande problema.

Deputado Francisco César (PS): O senhor tem uma ilha em que todos os empresários foram apoiados no meio da calamidade e tem coragem de dizer isso?

O Orador: Eu sei, Sra. Presidente, que não posso responder a apartes, mas permita-me esse exagero da minha parte, mas a postura do Sr. Deputado

Francisco César acaba por ilustrar a mentalidade que o Governo Socialista governa a Região. Uma mentalidade de esmola, de atribuir esmola àqueles que trabalham todos os dias para construir esta Região! É isso que o senhor pensa, é isso que o Governo socialista pensa, Sr. Deputado!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): Nós temos assumido tudo!

Deputada Mónica Rocha (PS): Não é esmola! É apoio devido!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Não se estique, Sra. Deputada. Não se estique que isso não é bom para a sua saúde, Sra. Deputada.

Deputada Mónica Rocha (PS): Estico, estico! Quando é injusto, estico!

O Orador: Finalmente, Sr. Deputado Francisco César, esta tem sido a postura. Mais, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Não há caridades nenhuma! São direitos das ilhas!

O Orador: Há bocado o Sr. Deputado João Paulo Corvelo dizia que a câmara mais ocidental de Portugal tinha mais de 50 trabalhadores em programas ocupacionais. Não, Sr. Deputado. Tem 70 trabalhadores em programas ocupacionais. E isto ilustra bem a política que é feita para absorver empregos, para criar emprego, para dar oportunidades às pessoas. Essa é a política da esmola, da esmola que a ilustra a incapacidade do Partido Socialista ...

Deputado Francisco César (PS): Não é esmola!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é que é pensar pequenino!

O Orador: ... em criar condições dignas para que as pessoas se fixem nas ilhas pequenas e possam estar nas ilhas pequenas criando as suas famílias e contribuindo para o desenvolvimento económico e social dessas ilhas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o Partido Socialista afirma, e já o fizemos aqui várias vezes nesta bancada, que nós temos uma atitude de humildade democrática, uma atitude própria daqueles que sabem que nem tudo o que fazem é bem feito e atinge os objetivos que pretendíamos, naturalmente que quando temos esta postura e quando temos as responsabilidades que com orgulho e com muito trabalho temos procurado desenvolver, gera-se uma grande expectativa quando um partido político, uma representação como o PCP apresenta uma intervenção de balanço de legislatura aqui nesta Assembleia. E temos essas expectativas porque realmente o que nós pensávamos é que os senhores dessem um contributo válido, dessem pistas, críticas e sugestões que pudessem fazer melhorar a nossa ação governativa.

Era essa a nossa expectativa, mas infelizmente não foi isso que aconteceu, Sr. Deputado. Nós discordamos totalmente, e lamento dizer isto, do diagnóstico que o senhor aqui fez! Como é que é possível o Partido Comunista Português, um partido que tem uma particular sensibilidade para a justiça social, para a dimensão social da governação, vir aqui a esta Assembleia olhar para os últimos

quatro anos e fazer o balanço que fez? Deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado, que é uma profunda decepção e, como sabe, eu lamento dizer isso!

Sr. Deputado, nós temos tido uma política de coesão, o senhor enfatizou a política de coesão, uma política de coesão territorial que aposta em infraestruturas e a sua ilha particularmente tem sido uma prova clara dessa aposta em infraestruturas. Ainda agora anunciámos a reconstrução do porto das Lajes e vamos fazer um porto ainda muito melhor do que aquele porto que lá estava. Ao nível da coesão social o que é feito de equipamentos, o que é feito de serviços na área social numa ilha periférica com concelhos remotos como as Flores que nós sabemos, que nós conhecemos, que nós queremos que tenham ainda uma atenuação dessas desigualdades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 33% de pobreza!

O Orador: E também ao nível da coesão económica aquilo que são os apoios e as discriminações positivas como fator de igualdade ... **Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

O Orador: ... que as empresas das Flores têm para que os florentinos tenham uma qualidade e vida igual ou até melhor do que outras ilhas, Sr. Deputado.

E lembre-se de uma coisa. Sr. Deputado, uma coisa que o PCP não consegue perceber, quando o Partido Socialista fala em desigualdades nós não falamos só entre desigualdades de rendimentos entre pessoas e outras desigualdades de acessibilidades a direitos e a serviços, não é só desigualdade entre pessoas. Nós somos particularmente sensíveis à desigualdade entre territórios, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor está confortado com isso!

O Orador: ... só assim é que pode ser numa Região periférica, numa Região arquipelágica. O PS é sensível à desigualdade entre os territórios e por isso é que nós desenvolvemos uma política de coesão com três dimensões (a coesão territorial, a coesão social e a coesão económica) com essa preocupação, Sr. Deputado, discriminação positiva como fator de igualdade, baseando essa

convergência, essa coesão em promover oportunidades a todas as pessoas, particularmente aos mais jovens e é isso que tem sido a nossa política.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande fracasso!

O Orador: Como é que é possível o senhor chegar àquela bancada e falar nas questões do emprego, Sr. Deputado? Nós somos os campeões do emprego no país, Sr. Deputado! Aquilo que nós fizemos na sequência da pandemia ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esconderam os dados!

O Orador: ... ao nível da proteção do emprego, ao nível da preservação do rendimento, ao nível da defesa dos trabalhadores. E mesmo perante uma pandemia, mesmo perante inúmeras dificuldades, Sr. Deputado, nós até não nos esquecemos da questão dos precários que o senhor sempre falava, mas hoje curiosamente esqueceu-se de falar nisso porque nós ainda recentemente integrámos mais de 400 precários na Administração Regional!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Por isso é que o senhor se esqueceu!

E Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga que nós estamos particularmente sensíveis à situação que estamos a viver, mas aquilo que nós nunca faremos, nunca faremos isso e os açorianos sabem, é utilizar um furacão e é isso que tem sido feito. Nós nunca faremos como o senhor faz. Os senhores na oposição utilizam o furacão e utilizam uma pandemia para descaracterizar a realidade e para afetar o mérito da governação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha vergonha!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Isso é o que vocês fazem!

O Orador: Esta legislatura do PS é uma legislatura marcada por sucesso, por avanço e por progresso! Essa é que é a verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E se merecermos a confiança dos açorianos no futuro nós vamos preparar a retoma e a nossa prioridade é muito clara. Proteção da saúde, proteção do emprego e proteção da economia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já estão há 24 anos! Porque é que não disseram isso?

O Orador: É isso que nós continuaremos a fazer e é isso que o Partido Socialista se compromete. Só lamentamos que a oposição num balanço, e particularmente o PCP, olhando para os últimos quatro anos não tenha tido a capacidade de apontar um aspeto, uma medida, uma política que merecesse o reconhecimento do muito trabalho que foi feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem os senhores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo pediu a palavra para?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, primeiro para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Não estava à espera de que o Sr. Deputado José San-Bento, o qual estimo aqui nesta Assembleia, levantasse o problema que o PCP várias vezes levantou, visto que eu acho, mas a Sra. Presidente pode vir aqui explicar a esta Casa, se eu tenho tempo ou não tenho tempo para poder responder ao Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Tem cinco minutos no fim, Sr. Deputado. O senhor é que encerra o debate!

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Sra. Presidente, quero que informe a bancada parlamentar do PCP se tem tempo para este debate visto que fui interpelado pelo Sr. José San-Bento com a falta de ética política como é habitual e como foi aqui bem visível. Peço à Sra. Presidente que diga a esta câmara e me diga a mim quanto tempo me resta para este debate para poder responder concretamente ao Sr. Deputado José San-Bento e à bancada do Partido Socialista visto que foram levantadas várias situações.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP, como pude informar há pouco, não tem tempo para participar no debate, nem tão pouco para encerrar a declaração porque é por tempo global e, portanto, o tempo global foi esgotado por isso não pode voltar a intervir nem encerrar a declaração.

O tempo é global e, portanto, quer a apresentação da declaração política quer o encerramento tem de ser feito no tempo global e o Sr. Deputado João Paulo Corvelo ...

Srs. Deputados, por favor!

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo quer pedir a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Nova interpelação, Sra. Presidente, para perguntar se percebi mal ou a Sra. Presidente informou logo a seguir à minha intervenção na tribuna ...

Deputado Francisco César (PS): Ninguém ouviu, só o senhor!

O Orador: ... para toda a gente ouvir que o PCP já não tinha qualquer tempo para este debate.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Há pouco já tinha referido isso, Sr. Deputado.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Não percebi!

Presidente: Eu disse que na primeira resposta à sua interpelação já tinha referido essa mesma questão que me colocou de ter anunciado que o PCP não tinha tempo para o debate.

Vamos dar continuidade ao debate desta declaração política. Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado Artur Lima está inscrito, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP trouxe aqui uma declaração política, e bem, no seu entender de balanço de legislatura, na perspetiva que a quis dar democrática e legitimamente.

Queria em primeiro lugar, se me permite, ao Sr. Deputado Bruno Belo dizer que a questão de os florentinos pagarem o excesso da passagem da Horta para Ponta Delgada ou para a Terceira foi em primeiro lugar aqui denunciado pelo CDS, quer nesta tribuna, quer no plano e orçamento.

E, portanto, Sr. Deputado, devo-lhe dizer que eu estou escaldado até hoje de maiorias absolutas. Fiquei escaldado das maiorias absolutas do seu partido e estou escaldado das maiorias absolutas do Partido Socialista. A memória existe e por isso, Sr. Deputado, é que eu tenho esperança que tal e qual entre o Governo de 96 a 2000 o CDS fez a diferença nesta Casa, tenho esperança que venha a eleger um deputados pelas Flores para fazer a diferença na defesa das Flores e garanto-lhe que o Deputado do CDS eleito pelas Flores trará aqui os problemas das Flores como trouxe quando o CDS teve deputados pelas Flores. Foi isso que o CDS fez e notou-se a diferença quando o CDS deixou de ter deputado nas Flores. A diferença é notória.

Permitam-me que lhes diga o seguinte, Sras. e Srs. Deputados. Vem aqui o Sr. Deputado do Partido Comunista queixar-se, e legitimamente, da falta de deslocação de especialistas às ilhas sem hospital. Sr. Deputado, o CDS já

explicou o assunto aqui várias vezes, que é o grande problema deste Governo. Vou tentar sintetizar.

Não tem especialistas nas Flores, nem em São Jorge, nem na Graciosa porque eles não existem nos hospitais. O hospital de Ponta Delgada não tem dermatologista; o hospital de Angra tem um dermatologista; o hospital de Ponta Delgada está com um urologista neste momento. E, portanto, não há especialistas. Qual é o problema? É um problema a montante e não um problema a jusante. O Partido Socialista não foi capaz de fixar e de formar especialistas na Região Autónoma dos Açores.

Primeiro problema: especialistas hospitalares.

Segundo problema: médicos de medicina geral e familiar, médicos de família. Continuamos sem médicos de família após 24 anos para todos os açorianos do Partido Socialista. É uma grande falha no Serviço Regional de Saúde não conseguir formar especialistas, não conseguir médicos hospitalares nem médicos de família.

Mas pior do que isso foi o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista terem deixado escapar dezenas e dezenas de jovens médicos açorianos que estão no continente e na Madeira e não tiveram lugar para exercer na sua terra. Esse é o grande problema! Não lhes conseguiram criar condições de fixação! Nunca tanto como agora entraram jovens açorianos para a faculdade de medicina. Temos dezenas deles licenciados, temos dezenas a fazerem a especialidade, temos dezenas já especialistas e o Governo não foi capaz de os fixar na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Nem todos querem ficar!

O Orador: Por isso mesmo é que não temos especialistas hospitalares e especialistas de medicina geral e familiar, médicos de família.

A acrescentar a tudo isto, há o grande problema do Serviço Regional de Saúde que são as administrações das unidades de saúde incapazes, incompetentes e

que o Governo se serve delas para fazer uma dança de cadeiras. Não serve na Saúdaçor muda-se para um hospital, não serve de assessor do Governo muda-se para um centro de saúde, não serve numa instituição muda-se para ali. É o Hospital da Horta, é o hospital de Angra, é o hospital de Ponta Delgada e os diversos centros de saúde. É uma dança de cadeiras, é um emprego para *job for the boys* que ainda hoje existe, é vergonhoso! E dói, Srs. Deputados, dói! Dói muito! Dói à saúde dos açorianos e às vergonhosas listas de espera da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante este plenário muito já foi dito sobre as questões relacionadas com a saúde nos Açores, esgrimimos argumentos, uns acham mais justos, outros acham menos justos, mas a realidade fala sempre mais alto. Hoje é capa de todos os jornais o seguinte título: “Açores com a mais alta taxa de suicídio jovem do país”. Isto diz muito da nossa Região. É uma Região que não sabe tratar os que estão doentes com as chamadas doenças clássicas, mas temos muitos jovens com uma doença gravíssima de depressão, de não se sentirem bem na sua terra, de não se sentirem felizes, e esta Região não foi capaz de fazer a via açoriana do sucesso e da felicidade. A via açoriana do sucesso e da felicidade são os nossos jovens a não quererem sequer viver!

Deputada Mónica Rocha (PS): Que horror!

A Oradora: E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, olhem! Isto são dados e são dados reais! Não foi a oposição que criou estes dados, Sra. Deputada. Isto é uma Região que tem problemas graves que 24 anos de governação socialista

não foi capaz de resolver e em muitas situações estruturantes da nossa sociedade, esses 24 anos de governação ainda os agravaram mais!

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José San-Bento ... fique descansado que não lhe vou fazer nenhuma crítica.

Deputada Graça Silveira (Independente): Não me diga que é um elogio!

O Orador: O Sr. Deputado José San-Bento referenciou na sua intervenção que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo tinha aqui feito uma espécie de balanço da legislatura. Eu quero dizer-lhe qual é o balanço que eu faço das suas intervenções, qual é o balanço que eu faço do seu desempenho neste Parlamento e qual é o balanço do que o senhor acabou de dizer ali naquela tribuna.

Eu quero dizer que o Sr. Deputado, não sei o que vai acontecer no futuro, mas pode ficar muito orgulhoso do papel que desempenhou aqui neste Parlamento. Pode ficar muito orgulhoso porque o senhor defendeu sempre a sua ilha em qualquer circunstância. Eu não sei se o seu partido estava ou não estava de acordo com todas as suas intervenções, mas eu tenho a certeza absoluta que o senhor colocou sempre (sempre!) os interesses da ilha das Flores no âmbito das suas intervenções. Não tenho nenhuma dúvida. A sua lealdade foi absoluta e total com a população que jurou defender, e nesse sentido, Sr. Deputado, tenho muito orgulho em ter passado estes anos aqui a defender os interesses do grupo ocidental porque defender os interesses do grupo ocidental, das Flores e do Corvo, é defender os interesses dos Açores.

Uma ideia que nós tínhamos quando criámos a nossa autonomia, de um desenvolvimento equilibrado para todas as ilhas e não aquilo que está a suceder

com perdas demográficas tremendas, uma sangria tremenda por parte das ilhas com menos população que perdem progressivamente grandes contingentes populacionais. Assim não é possível desenvolver as ilhas, sem massa crítica, sem que nessas ilhas se consiga criar emprego qualificado, se consiga criar riqueza! Nesse sentido, é óbvio que quando se olha para as Flores e para o Corvo nós temos a consciência de que não estamos a conseguir fixar os nossos jovens, particularmente nas Flores em que não são criadas oportunidades para criar emprego especializado. Eu conheço tantos e tantos jovens florentinos que são brilhantes no âmbito da sua formação, da formação universitária que tiveram, da formação profissional que realizaram e que estão a desempenhar neste momento as suas funções fora das Flores porque não são criadas oportunidades de desenvolvimento nas Flores.

Mas V. Exa. ao longo de toda a legislatura insistiu nestes problemas, nos problemas relacionados com a agricultura, que é um setor vital na ilha das Flores, o Sr. Deputado fez esses discursos, fez esses alertas, trouxe aqui os problemas do quotidiano. Tenho muito orgulho, Sr. Deputado, em poder dizer-lhe que o senhor sai daqui com um desempenho extraordinário e tenho muito orgulho de ter partilhado muitas destas lutas com V. Exa.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente, dizendo que temos realmente um desafio para ganhar. Não vale a pena dizer-se que quando se perdem 400/500/600 habitantes, como é o caso da ilha das Flores, em apenas 10 anos que isso é uma prova de que a governação está a funcionar. Quando não são criados empregos qualificado que isso é uma prova de que a governação está a funcionar. Isso é a prova de que as coisas não estão a funcionar e que não se está a ter um programa para desenvolver as ilhas, as ilhas do grupo ocidental e o conjunto das ilhas mais pequenas e mais periféricas da nossa Região! São os números que provam!

Quando se tem tanta gente de rendimento social de inserção, e termino, Sra. Presidente ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Tanta gente no rendimento social de inserção na ilha das Flores não é nenhuma prova de desenvolvimento! Isso é exatamente uma referência, é uma prova concreta que o Governo falhou no âmbito da implementação de políticas para o desenvolvimento económico da ilha das Flores e do conjunto das ilhas periféricas da nossa Região. Esses são os números, são factos incontestáveis! A vossa governação falhou a toda a linha nesta matéria!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

Pronunciar-me sobre esta declaração política e nesta figura regimental em que tenho apenas cinco minutos é difícil pronunciar-me sobre todas as matérias que foram levantadas pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

De qualquer forma, tentarei pronunciar-me e responder a todas elas apesar do estilo, permita-me a expressão, de metralhadora rotativa, que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo aqui trouxe ...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): O tempo não deu para mais!

O Orador: ... referindo-se a várias questões.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma kalashnikov, não é uma metralhadora!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, sejamos absolutamente claros. Uma abordagem séria do ponto de vista económico e social demonstram claramente que a Região Autónoma dos Açores que nós tínhamos em março de 2020 era

claramente uma Região melhor do que aquela que nós tínhamos em novembro de 2016.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O desemprego jovem, a pobreza, o abandono escolar precoce! Muito menores! Os números do INE dizem a verdade, mas os senhores querem desmentir!

O Orador: E os indicadores sociais que nós tínhamos nessa altura são absolutamente claros e indesmentíveis sobre o percurso de crescimento, de consolidação, de aumento da qualidade de vida e de melhoria de todos os indicadores económicos e sociais na nossa Região. A Região Autónoma dos Açores que nós tínhamos em março de 2020 é claramente melhor do que aquela que nós tínhamos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora é março de 2020?

O Orador: ... em novembro de 2016.

Infelizmente, como todos sabem, a partir de março deste ano fomos assolados por uma pandemia global que infelizmente condicionou um conjunto de indicadores sem prejuízo ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha vergonha!

O Orador: ... de em muitas áreas de atividade pela sua génese e pela sua dimensão continuarmos a crescer e a melhorar os nossos indicadores.

Permitam-me fazer duas abordagens a duas questões e a dois setores importantes que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo aqui referiu. Desde logo, a questão do emprego e o trabalho que foi sendo desenvolvido pelo Governo Regional ...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Números! Percentagens!

O Orador: ... ao nível do combate à precariedade e da integração de pessoas nos quadros da Administração Pública Regional, como por exemplo nós integrámos só este ano mais 402 trabalhadores nos quadros da Administração Pública Regional, nós integrámos cerca de 250 trabalhadores não docentes nos últimos dois anos nos quadros das escolas da Região, integrámos muitos trabalhadores no âmbito dos programas ocupacionais, e os indicadores que temos também ao nível da criação de emprego por parte do nosso setor privado são também bem demonstrativos do trabalho e da parceria que foi sendo desenvolvida entre o Governo Regional e aqueles que têm o principal mérito destes indicadores, ou seja, os nossos empresários e aqueles que se dedicam à atividade privada.

Portanto, estes indicadores são absolutamente claros. A Região que nós tínhamos em março de 2020 era claramente melhor do que a Região que nós tínhamos em novembro de 2016 ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é verdade! Dizem o contrário do que o senhor está a dizer!

O Orador: ... e os indicadores definidos e tornados públicos por entidades idóneas e independentes são absolutamente claros sobre esta matéria.

Referir-me também a uma questão que foi referida pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo relativamente ao setor da saúde que, como se sabe, tem estado no centro das nossas atenções e teve um papel crucial no âmbito do combate à pandemia que infelizmente ainda não passou.

Sras. e Srs. Deputados, a sua afirmação e a sua abordagem, que é aliás em linha com as abordagens de muitos partidos aqui presentes, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais pobreza, mais abandono escolar, mais dívida, mais falência!

O Orador: ... são uma contradição em si mesma. Ou seja, os senhores passam o dia a elogiar o Serviço Regional de Saúde e os profissionais do Serviço

Regional de Saúde, mas ao mesmo tempo criticam o desinvestimento que alegadamente existe no Serviço Regional de Saúde. Esse desinvestimento não é verdade! Porque se fosse verdade o Serviço Regional de Saúde não teria respondido como respondeu no combate à pandemia que infelizmente assolou todas as açorianas e açorianos!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, essa abordagem da vossa parte é uma grande contradição em si mesmo e na nossa perspetiva não faz sentido.

E é importante em primeiro lugar relembrar aquilo que foi aprovado por este Parlamento no âmbito do financiamento ao Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: O Governo Regional reforçou em 95 milhões o financiamento ao Serviço Regional de Saúde para aumentar e dotar de forma mais positiva a capacidade do Serviço Regional de Saúde, e também é justo dizer que o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos anos na melhoria das infraestruturas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe, é melhor arranjam o ar condicionado!

O Orador: ... no aumento de equipamentos, no aumento de recursos humanos. E para terminar, tendo em conta que o meu tempo está a terminar e havia ainda muitas questões para dizer, uma referência específica às Flores que foi aqui abordada pelo Sr. Deputado Bruno Belo. O Sr. Deputado referiu-se à capacidade de perspetivar o futuro. Há uma coisa relativamente às Flores que nós não conseguiríamos perspetivar nem ninguém, que foi o furacão Lorenzo e a forma como ele assolou aquela ilha.

Mas nós tivemos a capacidade de perspetivar, planificar e trabalhar para garantir ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... que passado menos de um ano dessa fatalidade nós termos respondido de forma rápida e eficaz às intervenções e aos investimentos que foram necessários fazer ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Rápida! Qual rápida?!

O Orador: ... e ao apoio que foi necessário ser dado aos empresários daquela ilha. Pergunte aos empresários das Flores ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Já perguntei!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... como é que estavam depois da passagem do furacão Lorenzo e como é que estão hoje.

E Sr. Deputado Bruno Belo, o Governo não é dono da verdade, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Governo foge à verdade!

O Orador: ... o Governo não faz tudo bem, o Governo comete erros, naturalmente. O nosso balanço é claramente positivo, mas há matérias que têm de ser corrigidas, que têm de ser melhoradas e que tem de ser melhorada a capacidade de resposta aos nossos concidadãos.

Estamos convictos daquilo que fizemos e serenamente aguardaremos pelo julgamento do povo açoriano no próximo dia 25 de outubro.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Encerrámos esta declaração política.

Regressamos às 15h com a agenda.

Eram 13 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para começarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Nós interrompemos os nossos trabalhos ontem durante o debate do ponto 13 da nossa agenda, o **Projeto de Resolução n.º 162/XI – “Requalificação do Polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial”**, iniciativa esta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 162/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Ferreira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores, naturalmente, votou favoravelmente esta iniciativa.

A requalificação do Polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial, proposta na sequência de um trabalho conjunto da Junta de Freguesia e dos Deputados do PSD eleitos pelo Faial:

- É importante enquanto instrumento de dinamização da educação ambiental;
- Mas será também importante para valorizar o mundo rural, para criar um novo ponto de atração para os residentes e para quem nos visita;
- E por essa via será ainda um contributo para a economia da freguesia de Pedro Miguel e da ilha do Faial.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar, conforme ficou deliberado pela Conferência de Líderes, para dois pontos da nossa agenda que tinham sido adiados, respetivamente o ponto três e quatro que correspondem nomeadamente o três ao **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XI – “Desafetação do domínio público marítimo, por motivos de interesse público, de parcela de terreno situada na freguesia de Vila do Porto, ilha de Santa Maria”**.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Secretário Regional Berto Messias.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Agricultura e Florestas:

O Governo apresenta a este Parlamento com Pedido de Urgência esta Proposta de Decreto Legislativo Regional tendo em conta, digamos, a sua cronologia mais recente, ou seja, foi apresentado este pedido ao Governo Regional em abril deste ano, foi, depois do trabalho de recolha e de informação necessários, aprovada esta Proposta de Decreto Legislativo Regional no Conselho de Governo no final do mês de julho e entendemos por isso, para garantir a satisfação desta solicitação por parte do Clube Naval de Santa Maria, trazer

aqui a este plenário de setembro, o último da legislatura, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional para que, sendo aprovada, possa ter efeitos a curto prazo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Está justificada a urgência.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que o Partido Socialista naturalmente vai aprovar esta urgência porque no prosseguimento daquilo que virá na discussão a seguir ela tem todo o sentido, como se verá já daqui a pouco.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Julgo não haver.

Sendo assim, vamos então votar este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, dou novamente então a palavra ao Sr. Secretário Regional para apresentar a iniciativa.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

O Governo apresenta a este Parlamento uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa desafetar os terrenos onde está implantado o Clube Naval de Santa Maria, tendo em conta que esta questão e esta pretensão deste clube naval foi apresentada ao Governo Regional no passado dia 04 de abril de 2020 invocando um conjunto de problemas de ordem jurídica que estão perfeitamente detalhados e explanados no preâmbulo da Proposta de Decreto Legislativo Regional que aqui apresentamos.

Esta matéria tem que ver com o facto de o clube nos ter manifestado a sua preocupação tendo em conta que os terrenos onde está implantado atualmente o Clube Naval de Santa Maria fazem parte do domínio público marítimo, fruto de todo o processo que decorreu não só da cedência inicial de outros terrenos a esta instituição que resultaram mais tarde numa permuta para terrenos que eram da então Junta Autónoma dos Portos e que, tal como já referi, estão implantados em domínio público marítimo e cuja cronologia de todo o processo está devidamente explicada no preâmbulo desta Proposta de Decreto Legislativo Regional inclusivamente com as referências específicas às resoluções dos vários Conselhos do Governo que formalizaram estas cedências.

Segundo a direção deste clube, o facto de estar implantado em domínio público marítimo levantou (e levanta) um conjunto de problemas por falta de, na perspetiva deles, obviamente reconhecida e validada também pelo trabalho de levantamento que o Governo Regional fez, a falta de enquadramento jurídico para que o clube possa desenvolver a sua atividade tendo em conta que referem as várias necessidades de manutenção, de melhoria e de investimento naquela sede tendo em conta a grande atividade que este clube naval desenvolve.

Ora, o facto de não serem, digamos assim, donos de pleno direito daqueles terrenos tendo em conta o facto de estarem classificados como terrenos em domínio público marítimo, impedia, por exemplo, que esta instituição se pudesse candidatar ou concorrer a fundos externos para fazer face à

possibilidade de fazer investimentos bem como, por exemplo, à impossibilidade de serem apresentadas garantias bancárias no âmbito da sua quota-parte de responsabilidade financeira para potenciais investimentos naquela instituição.

Assim, reconhecendo o trabalho público e a grande dinâmica daquela instituição e respondendo assim positivamente ao seu apelo e à formalização desta questão junto do Governo Regional, o Governo apresenta esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que esteve também em consulta pública no âmbito da plataforma de consulta pública que o Governo tem designada por “LEGISGRA”, e apresenta aqui esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que decorre também daquilo que foi também uma decisão desta Assembleia por proposta do Governo Regional, refiro-me à entrada em vigor do regime jurídico do processo de delimitação e desafetação do domínio público hídrico na Região. E havendo esta Proposta de Decreto Legislativo Regional já aprovada, está então consubstanciado o devido enquadramento legal para esta medida que obriga a que qualquer tipo de desafetação de um terreno que esteja no domínio público marítimo seja feito por Decreto Legislativo Regional e, portanto, é isso que estamos aqui a fazer e é isso que propomos a esta Assembleia.

Dizer também, como aliás está também referido na Proposta de Decreto Legislativo Regional, sendo aprovado este Decreto Legislativo Regional que formaliza, digamos assim, essa desafetação, e tendo a assinatura do Sr. Representante da República e a respetiva publicação, depois desta aprovação terá que ser feito então um contrato de cedência a título definitivo com a instituição com o objetivo de esta então poder desenvolver a sua atividade, bem como planificar, definir, candidatar-se aos fundos que muito bem entender para o investimento necessário para as melhorias que entenderem ser necessárias na sua sede estando definida e formalizada esta desafetação através de Decreto Legislativo Regional, que é aquilo que aqui apresentamos.

As plantas daquilo que está em causa estão também anexas a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, quem conhece a zona também saberá àquilo que me estou a referir. Referimo-nos obviamente à zona em que está implantada a sede do Clube Naval de Santa Maria e desta forma julgamos ser um importante contributo para que esta instituição possa continuar a desenvolver a sua atividade, sendo, permitam-me a expressão, dona de pleno direito dos terrenos onde está implantada a sua sede.

E terminei, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma breve declaração que tem a ver com o facto de que eu não irei participar neste debate nem consequentemente na votação deste diploma uma vez que faço parte dos corpos sociais do clube naval de Vila do Porto embora não sendo executivo.

De qualquer das formas, era para deixar registado em ata das sessões exatamente esse facto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

Deputado José Contente (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai aprovar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional porque ela regulariza uma situação que é de todo justa em relação à associação do Clube Naval de Santa Maria que teve um primeiro terreno, como se diz no preâmbulo, na Resolução de 89,

depois houve uma permuta que impediu a posse total do terreno uma vez que os terrenos permutados estavam numa zona que estava afeta à Junta Autónoma dos Portos dentro do domínio público marítimo. E o que se trata neste diploma é de regularizar a situação para que a associação do clube naval possa realizar investimentos, tenha capacidade de concorrer a fundos comunitário depois desta desafetação que vai ser feita aqui, e deve ser realçado isso porque nós temos um Estatuto Político-Administrativo da Região que nos permite essa desafetação do domínio público marítimo em algumas situações. A partir daí haverá um contrato de concessão a título definitivo para que a associação do clube naval possa ter plenos direitos perante um terreno onde já está implantada e a funcionar.

Por isso, este é um bom contributo não só da nossa autonomia utilizando o nosso Estatuto, como também é um contributo justo para que a associação do clube naval possa exercer todas as suas funções e tudo aquilo que é importante na atividade desta associação, para o futuro e para os investimentos que ela pretende realizar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Elisa Sousa, tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Clube Naval de Santa Maria é uma instituição com mais de 30 anos de existência e que tem desempenhado um papel muito importante na ilha, sobretudo no que diz respeito às atividades náuticas. São várias as atividades desempenhadas desde o mergulho, a vela, a própria parte formativa deste clube também que permite dar formação na área do mergulho e da navegação marítima. Enfim, um conjunto de atividades que permitem, no fundo, ligar a terra ao mar.

A Proposta de DLR aqui apresentada que visa a desafetação do domínio público marítimo desta parcela de terreno onde está implantada a sede do clube para que posteriormente se possa celebrar um contrato entre a Região e o clube para a posse real deste terreno no fundo vem permitir que o clube desenvolva e faça os investimentos que considera necessários para um melhor desempenho das suas atividades.

Nesse sentido, o PSD obviamente que considera esta uma proposta positiva e votará favoravelmente.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores vê com bons olhos e saúda esta proposta apresentada pelo Governo Regional através deste diploma como forma de resolver um problema que se arrasta há já largos anos e que tem provocado imensos constrangimentos ao Clube Naval de Santa Maria no que se refere ao desenvolvimento da sua atividade.

O que nos surpreende é que tenham sido necessários tantos anos para resolver este problema e para que se encontrasse uma solução para este problema uma vez que a permuta dos terrenos que aconteceu, e tal como diz o preâmbulo da iniciativa e bem, entre a Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada e o clube naval remonta a 1995. Portanto, é estranho que só agora é que se consiga encontrar uma solução para resolver um problema tão antigo, e de facto a solução que é apresentada é relativamente simples e passa apenas por uma desafetação daquelas parcelas de terreno do domínio público marítimo integrando-as no domínio privado e de acordo com o previsto no regime

jurídico do processo de delimitação e desafetação do domínio público hídrico da Região recentemente aprovado nesta Casa e com isto permitir então a celebração de um contrato de cedência a título definitivo e gratuito com o clube naval.

Na verdade, este diploma recentemente aprovado, que nós reconhecemos a sua importância e destacámos na altura da sua discussão, mas também nem é uma peça legislativa de última geração nem é revestida de nenhum carácter extraordinário, portanto, a questão que se levanta na nossa opinião é porque é que demorámos tantos anos a resolver um problema cuja solução aparentemente era simples.

Apesar disso, o que realmente importa é que o problema se resolva e que se possam eliminar os constrangimentos que têm sido apresentados ao Clube Naval de Santa Maria ao longo destes anos todos e para que se possa também, enfim, ter posse plena dos terrenos da sua sede e desenvolver a sua atividade em igualdade de circunstâncias com as restantes associações da Região e nós esperamos que esta solução finalmente encontrada possa também ser o pontapé de saída para a resolução de outros problemas de natureza idêntica que existe na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como diz o povo: só tarde o que nunca chega. Portanto, a questão que eu gostaria de colocar ao Sr. Secretário Adjunto da Presidência é se efetivamente não havia a possibilidade antes de termos aprovado o DLR 8/20202/A que efetivamente facilita imenso os procedimentos da desafetação do domínio

público marítimo na Região, se antes de termos aprovado este DLR não era possível fazer a desafetação do domínio público marítimo porque a cedência a título gratuito e definitivo é possível no quadro jurídico da Região desde 2008 e efetivamente para haver a cedência tem que haver a desafetação previamente.

Portanto, a questão que lhe coloco, uma vez que em vésperas de eleição vem este pedido de urgência para a desafetação desta parcela de terreno, é se só foi possível a partir do DLR 8/2020 fazer a desafetação ou se efetivamente era possível ter feito essa desafetação antes, porque se era possível o Governo Regional teve 12 anos para regularizar esta situação e ceder de forma gratuita e definitiva esta parcela de terreno ao Clube Naval de Santa Maria.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

De facto, Sra. Deputada Graça Silveira, não era tendo em conta que só depois da aprovação do regime jurídico do processo de delimitação e desafetação do domínio público hídrico na Região é que é possível que sejam os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores a tratar deste tipo de matérias porque da sua pergunta percebi que está a confundir dois conceitos ao nível daquilo que é a cedência de espaços em instituições. Uma coisa é a cedência a título definitivo gratuito ou a título definitivo através de Resolução do Conselho de Governo de espaços, de terrenos que sejam já património da Região; outra coisa é falar daquilo que eram terrenos implantados em domínio público marítimo. Até à aprovação deste Decreto Legislativo Regional quem tinha essa possibilidade de fazer era o Governo da República. Agora, com a aprovação

deste Decreto Legislativo Regional que define que as desafetações devem ser feitas pelos órgãos de governo próprio e em primeira instância pelo Parlamento através da aprovação de Decreto Legislativo Regional é isso que estamos aqui a fazer em nome, permita-me também, daquela que é a nossa autonomia e a competência dos órgãos de governo próprio, no caso em concreto do Parlamento dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste diploma. Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de DLR n.º 67/XI foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Considerando que a Mesa não recebeu nenhuma proposta de alteração e também que este diploma tem apenas na sua composição cinco artigos vou colocá-los à votação em conjunto se não houver oposição.

Não havendo, estão à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Votação final global: a Proposta de DLR n.º 67/XI foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

O ponto oito da nossa agenda, conforme foi distribuído por todos, foi retirado pelo proponente.

Sendo assim, passamos para o ponto nove: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XI – “Determina a cessação de vigência de Decretos Legislativos Regionais publicados entre 1997 e 2018”.**

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

A proposta que o Governo aqui traz resulta do trabalho que foi desenvolvido pela Estrutura de Missão para a Reforma da Administração Pública também em parceria com os vários gabinetes dos vários membros do Governo Regional e tem como objetivo, sendo aprovado, determinar a cessação de vigência de Decretos Legislativos Regionais publicados entre 1997 e 2018, e referimo-nos a Decretos Legislativos Regionais que já estejam revogados devido à sua datação temporal, desajustados da realidade regional, e desta forma permite-se, digamos assim, uma clarificação jurídica daquele que é o quadro legal regional.

Aquilo que propomos e está definido neste Decreto Legislativo Regional são os decretos legislativos regionais que são revogados estando aqui no seu art.º 2.º a lista desses Decretos Legislativos Regionais que estão revogados em razão da sua caducidade, bem como também os Decretos Legislativos Regionais que estão revogados por esgotamento do objeto ou revogação tácita.

Como as Sras. e os Srs. Deputados bem sabem, isso tem de ser feito e ganha, permitam-me a expressão, letra de lei através de Decreto Legislativo Regional, considerando assim aqueles que estão nesta lista revogados relativamente a várias matérias determinando obviamente que não vigoram em razão da sua caducidade, revogação tácita anterior ou revogação efetuada pelo mesmo.

Desta forma, julgamos tratar-se de um bom contributo para aquilo que por vezes pode ser definido como um labirinto jurídico ou enquadramentos legais que pela sua densidade possam ser considerados como algo que dificulta a vida aos cidadãos ou dificulta a vida a quem tem de trabalhar nestas matérias.

Portanto, aquilo que aqui apresentamos é uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que tem como objetivo fazer essa clarificação, determinando assim a cessação de vigência dos Decretos Legislativos Regionais entre 97 e 2018 que constam nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

E terminei, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de DLR n.º 59/XI foi aprovada por unanimidade na generalidade.

Presidente: O diploma tem quatro artigos, irei colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Votação final global: a Proposta de DLR n.º 59/XI foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito bem, vamos então avançar com a nossa agenda.

Entramos agora no ponto 10: **Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 68/XI – “Estabelece as compensações a atribuir aos trabalhadores que exercem funções nos matadouros da Região Autónoma dos Açores”.**

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

O setor pecuário nos Açores é cheio de potencialidades, designadamente a produção de carne de bovino que é decisiva para a fixação das populações, para o desenvolvimento das nossas comunidades rurais e para a manutenção do emprego. Para além disso, ainda contribui fortemente para impulsionar o desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores.

Apesar dos desafios com que nos fomos deparando na presente legislatura, foi possível construir um caminho de progresso e de desenvolvimento que contribuem para a firmação do setor em termos internos e externos, dando-lhe confiança e solidez no seu trajeto.

- Evoluímos na qualidade da carne produzida, na melhoria da genética e do bem-estar animal;
- Crescemos na produção de carne bovina e nos abates, quer para satisfazer o autoabastecimento, quer para exportação;
- Melhorámos as infraestruturas físicas com a construção dos novos matadouros do Faial e da Graciosa;

- Requalificámos os matadouros das ilhas Terceira e São Miguel, capacitando-os para responder às exigências de mercado em termos de segurança alimentar e das condições de trabalho;
- Certificámos em seguida toda a rede regional de abate pela norma ISO22000 que traduzirá numa imagem de organização e qualidade positivas para o setor;
- Criámos o centro de estratégia regional para a carne dos Açores;
- Em colaboração com as organizações de produtores foi implementada a estratégia de valorização da carne dos Açores.

Todo este percurso só foi possível construir com os resultados alcançados fruto das medidas implementadas, mas também com o envolvimento de todos os agentes do setor. Só a dedicação e o empenho de muitos operadores económicos e de mais de 5500 produtores de carne de bovino tornaram possível a obtenção de indicadores de crescimento e de desenvolvimento seguro.

É mensurável o nosso trajeto. A evolução do setor agroalimentar tem referenciais comprovados.

- Em sete anos o abate anual de bovinos passou de 55 mil para 72 mil, ou seja, mais de 30%, o que equivale a mais 17 mil bovinos;
- Em dois anos o abate anual de suínos de 69 mil para 77 mil, ou seja, mais 11%, o que equivale a oito mil suínos;
- Em três anos o abate anual de aves passou de 3,4 para 3,8 milhões, ou seja, cerca de mais 400 mil aves traduzindo-se em mais de 12%.

Mas o trabalho que temos vindo a desenvolver na fileira de carne de bovino não se esgota naturalmente nas diferentes componentes atrás referidas. Existe outra componente, a mais importante, aquela que é insubstituível e decisiva, que são os recursos humanos que asseguram o funcionamento da rede regional de abate. Na verdade, o desenvolvimento do setor agroalimentar com um crescimento sem paralelo de abates com os requisitos impostos pela logística da exportação e com as exigências da certificação da rede regional traduziu-se num acréscimo

muito significativo do volume de trabalho nos matadouros dos Açores que só foi e é possível corresponder graças ao empenho e à árdua dedicação de todos os seus trabalhadores. É por isso mesmo justo aqui uma palavra de agradecimento e de reconhecimento a todos estes profissionais pelo contributo diário que dão para o desenvolvimento deste setor económico e dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional visa proceder à revisão do quadro normativo existente na Região sobre o subsídio de risco dos trabalhadores que exercem funções nos matadouros públicos da Região. As funções exercidas por esses trabalhadores foram consideradas de alto risco e penosidade de trabalho através do Decreto Regulamentar n.º 7/2001 conferindo a estes o direito à atribuição de um suplemento remuneratório.

Além da elevada capacidade, agilidade e robustez física que estes trabalhadores devem possuir, estão igualmente sujeitos a várias horas de trabalho de pé num ambiente de temperaturas com grandes oscilações térmicas, humidade e ruído que ao longo dos anos vão criando limitações na capacidade física desses profissionais, agravando-se com o decurso do tempo. Por inerência das funções a que estão sujeitos, existe também a probabilidade de ocorrência de lesões dado que o trabalho desenvolvido envolve a condução e manipulação de animais, carcaças de grande porte, operação com equipamentos e máquinas com potencial de risco térmico ou cortante.

Assim, e considerando o regime excecional em que os trabalhadores dos matadouros da Região exercem a sua atividade e que o risco a que estão sujeitos aumenta com a antiguidade em funções, justifica-se a aplicação ao suplemento de um carácter progressivo em função da antiguidade dos trabalhadores e estando assim justificada a alteração do conteúdo do suplemento em causa nos termos propostos.

A presente alteração teve por base uma antiga reivindicação dos trabalhadores dos matadouros na Região através do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas através de um processo negocial que culminou num acordo escrito e que será integralmente cumprido pelo Governo dos Açores.

Aquando da celebração daquele acordo no início deste ano foi entendimento do Governo dos Açores que a revisão da atribuição do subsídio de risco deveria consistir numa alteração do Decreto Regulamentar Regional de 2001 atrás referido, uma vez que este direito já tinha sido criado por ato legislativo e os seus destinatários se mantinham. Contudo, foi entendimento de sua Exa. o Representante da República que no caso em concreto estávamos perante uma notificação do regime de atribuição de um suplemento de risco pelo que o mesmo carecia de assumir a forma de Decreto Legislativo Regional.

Estamos convictos de que com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que hoje será aprovada estamos a criar condições mais dignas e mais justas de trabalho, estamos a promover o bom desempenho profissional em condições de exigência diária, estamos a dizer sim à estabilidade laboral e estamos a afirmar a estes trabalhadores que ao seu lado está um Governo que não esquece e reconhece um trabalho fundamental para os Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que nós agora analisamos tem por objeto e por âmbito estabelecer as compensações a atribuir aos trabalhadores que exercem funções nos matadouros da Região em condições de risco e de penosidade e, por isso, como é óbvio merece a concordância do Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores.

Mas gostaria de lembrar que o objeto e o âmbito desta proposta correspondem também a uma matéria que já tinha sido definida no acordo que foi estabelecido entre a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, o IAMA e o sindicato relativo à atualização do subsídio de risco destes mesmos trabalhadores e que ainda em julho deste ano foi colocado em causa pelo Governo Regional que assumiu que teria dificuldades em cumprir com esse compromisso. Como tal, o objeto e o âmbito desta proposta correspondem também a uma matéria que levou a um anúncio de greve e a uma matéria que levou a que o Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores apresentasse um voto de protesto nesta Casa pelo incumprimento ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... do compromisso que tinha sido assumido e que vergonhosamente o Partido Socialista, completamente só, chumbou neste Parlamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

Deputado António Toste Parreira (PS): Chumbou e bem!

O Orador: Correspondem, portanto, no nosso entender a uma matéria que devia envergonhar o Partido Socialista em toda a linha, devia envergonhar o Governo Regional socialista porque é absolutamente inadmissível que dê o dito por não dito e numa atitude de profundo desrespeito por estes trabalhadores assuma que não iria honrar o compromisso que estabeleceu com os trabalhadores e com o sindicato.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Devia também envergonhar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista porque perante uma postura do Governo Regional que é completamente inaceitável e descredibilizava o Governo Regional e também a nossa própria autonomia democrática, o Grupo Parlamentar do PS/Açores não teve a coragem de votar a favor do voto de protesto do CDS-PP.

Deputado António Toste Parreira (PS): Sim. O processo não estava fechado!

(Diálogo entre os Deputados Francisco César, Graça Silveira e Artur Lima)

O Orador: Íamos por um bom caminho, íamos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, quem ouvisse a intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas daquele púlpito agora mesmo não diria que ainda há cerca de um mês e meio atrás o compromisso esteve em causa, não diria que tinha estado uma agendada uma greve ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nunca esteve em causa!

O Orador: ... e ninguém diria que tinha sido apresentado um voto de protesto à atuação do Governo Regional nesta matéria.

Mas em boa hora o CDS apresentou este voto de protesto porque apresentámos um voto de protesto no dia 09 de julho e no dia 10 de julho o Governo Regional meteu marcha atrás e assumiu publicamente que iria honrar o seu compromisso. De todo este processo fica, no nosso entender, a inconsistência do Partido Socialista em toda esta história e fica também clara a atuação determinante do Grupo Parlamentar do CDS-PP em protesto contra a postura assumida pelo Governo Regional ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Ah sim! Porque se não fosse o voto de protesto do CDS, isto nunca seria feito!

O Orador: ... cujo compromisso nunca deveria ter sido colocado em causa.

Perante tudo isto, sem esquecer este trajeto, no nosso entender tortuoso, naturalmente o CDS-PP irá votar favoravelmente esta proposta de forma a possibilitar que os trabalhadores dos matadouros dos Açores possam finalmente usufruir desta compensação que já deveria ter sido atribuída em março passado caso a palavra dada tivesse sido palavra honrada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Bem, Sr. Secretário Regional, devo começar por assumir que o nosso Grupo Parlamentar irá votar favoravelmente esta iniciativa, até porque podemos concluir que tudo está bem quando acaba bem.

Tal como eu tive oportunidade ainda ontem de aconselhar a Sra. Secretária Regional da Saúde a recolher algumas lições junto do Sr. Secretário Regional da Agricultura, o Sr. Secretário João Ponte, penso que também o Sr. Secretário ao longo de todo este processo também aprendeu algumas coisas, e aprendeu a negociar. Não só a negociar, mas também todo o procedimento legal que está subjacente a essa negociação. Eu sei que teve um percalço porque em vez de um Decreto Regulamentar era obrigado, tal como acabou por confirmar junto do Representante da República, a proposta final deveria passar por um Decreto Legislativo Regional e vir a esta Casa para aprovação. Penso que isso ficou bem esclarecido por parte do Sr. Secretário.

Podemos concluir então que às vezes até o Governo Regional negocia. E não negocia no faz de conta, julgo que este foi um bom exemplo, apesar dos percalços, até porque, e o Sr. Deputado Alonso Miguel fez questão de nos esclarecer, esta negociação não foi propriamente uma negociação que tivesse corrido bem do princípio ao fim. Sabemos que se em fevereiro deste ano chegaram a um acordo ambas partes, também é verdade que em julho deste ano o Sr. Secretário Regional deu o dito por não dito junto aos trabalhadores e afinal já não era possível honrar esse compromisso. Pelo que foi transmitido na comunicação social, essa impossibilidade dava-se, de acordo com o Sr. Secretário, devido aos efeitos económicos da pandemia e que por isso mesmo não era possível honrar o compromisso assumido em fevereiro.

No entanto, os trabalhadores ameaçaram de greve e houve aqui um certo recuo por parte da sua Secretaria e lá chegaram novamente a um compromisso. A dúvida que eu tinha na altura mas que ficou esclarecida porque pelo menos os sindicatos assumiram que este compromisso agora firmado corresponde integralmente àquele que foi firmado em fevereiro, que eu procurava esclarecer, mas que parece-me que está esclarecido, é se este compromisso seria ou não o mesmo que tinha sido assumido em fevereiro. Tudo parece indicar que sim, que é o mesmo compromisso.

Agora, também convém recordar que estes trabalhadores, contudo, ainda não é desta que recuperam a sua carreira específica regional perdida em 2008. Essa seria, quem sabe, uma negociação que um futuro Governo Regional, independentemente da cor que venha a ter, poderia muito bem encetar junto destes trabalhadores.

Portanto, parece-nos que estamos perante um processo que correspondeu a uma negociação que foi feita com os sindicatos, que veio a esta Assembleia, e muito bem, para ser aprovado, e tendo em conta todo este trajeto e todo este cenário, a pergunta que eu coloco, não só ao Sr. Secretário, mas a todos os Secretários

Regionais, é porque é que isto não ocorre sempre, porque é que não há sempre uma negociação com as entidades representativas dos trabalhadores, porque é que o resultado dessa negociação não vem aqui a esta Assembleia para ser debatido e votado e dessa forma cumprir-se aquilo que está no nosso estatuto, e não só – aquilo que também está consagrado na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, há muito que os funcionários dos matadouros ansiavam por isto, e em primeiro lugar queria-lhe fazer um pedido. Diga ao Sr. Vice-Presidente, o seu colega do Governo, que é possível fazer negociação. Diga, porque ele sistematicamente recusa fazer negociação.

Sr. Secretário, aquilo que há quatro ou cinco meses atrás era impossível acontecer, ...

Deputado António Toste Parreira (PS): Mas o que é que isso tem a ver com o debate?

Deputada Graça Silveira (Independente): Aos anos que o senhor está aqui nesta Casa já devia ter aprendido alguma coisa!

O Orador: ... felizmente aconteceu. Felizmente está aqui hoje nesta Casa para ser debatido, para ser aprovado.

O facto de o Governo trazer esta proposta a esta Casa não nos faz esquecer os ziguezagues que teve até chegar a este ponto. Ou seja, a falta de vontade em querer avançar efetivamente com essa valorização, e há uma coisa, Sr. Secretário. A valorização que está aqui a ser feita é justa, é merecida por todos os funcionários dos matadouros, mas a valorização também é feita pelo respeito

que o Governo deve ter perante estes funcionários e não andar a fazer esses avanços e recuos e só agora, em véspera de eleições, apresentar aqui essa proposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Em tempo de eleições não se pode fazer nada!

O Orador: Sr. Secretário, o PSD naturalmente irá votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional. Não seria justo ter outra apreciação em relação a esta iniciativa ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Se está feito é porque está feito, se não está feito é porque não está feito!

O Orador: ..., mas o PSD não aceita essa postura de fazer esperar, essa postura de obrigar a que as pessoas se resignem àquilo que é a vontade do Governo e depois então num período pré-eleitoral, o Governo aparecer como aquela entidade soberana boazinha de que afinal está aqui um reconhecimento pelo vosso trabalho.

Deputado João Vasco Costa (PS): Ó Sr. Deputado, tenha dignidade!

O Orador: Sr. Secretário, a prova disto é que o Sr. Secretário para fundamentar a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentou números de há seis e sete anos atrás. Portanto, há seis e sete anos atrás que estes funcionários merecem este suplemento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na substância deste documento, ou aquilo que aqui nos traz, parece-nos existir acordo unânime de que se trata de um bom documento, que é justo e que será votado favoravelmente também pela bancada do Partido Socialista.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Alonso Miguel, com coragem vou dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista envergonha-se de uma atitude em período eleitoral em que o senhor insiste (ou persiste) na ideia de que aquilo que o senhor apresenta por achar que é bom, e não está em causa o senhor achar que é bom ou deixar de ser bom, as outras forças partidárias têm todo o direito de concordar ou discordar de si.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Em democracia é assim. Portanto, se o Partido Socialista votou contra um voto de protesto que o senhor apresentou estava no direito de o fazer por não concordar com ele. Ponto n.º 1.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Com certeza!

O Orador: Ponto n.º 2. Quem vos ouve falar, parece que os senhores são absolutamente experts em negociações. E quem é expert em negociações não sabe que uma negociação se faz exatamente com avanços e recuos? Com compromissos e com cedências? Obviamente que sim. Já ontem, e é importante ter noção disto, o Sr. Deputado Paulo Mendes disse (e bem) que estavam a ser encetadas negociações com o sindicato no que concerne aos Técnicos Superiores de Diagnóstico. Muito bem, essas negociações existem ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, peço imensa desculpa. O seu aparte é falacioso e é mentiroso! Essa negociação existe, foi feita uma proposta do Governo, o sindicato respondeu, o Governo está a apreciar e eles vão chegar a uma decisão!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mentira! É mentira!

O Orador: Nas negociações é assim mesmo. A decisão vai ser tomada e cada coisa a seu tempo. Como dizia a malograda Zuraída Soares: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

Portanto, nas negociações pode haver boa solução se chegarem a bom termo. Nem todas as negociações levam a bom termo porque há posições que são irreduzíveis e naturalmente umas vezes chega a acordo, outras não chega a acordo.

No nosso entendimento este é um bom diploma, no vosso entendimento, da oposição em geral, é também um bom diploma porque é justo e, portanto, nós iremos votar favoravelmente este diploma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Vasco Costa, não há cá negociações nenhuma. Eu não falei em negociações. Quem falou em negociações foi o Bloco de Esquerda. O que estava aqui era um compromisso assumido, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... assinado pelo Sr. Secretário! Assinado pelo representante do IAMA! Não há cá avanços e recuos!

Deputado Artur Lima e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Estava escrito e assinado! E de um momento para o outro o Governo assume que pode não estar em condições de cumprir com o seu compromisso! É isso que está em causa!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Está cumprindo!

O Orador: E é por isso que é agendada uma greve! E é por isso que o CDS apresenta um voto de protesto nesta Casa! E é por isso que eu achava que o Partido Socialista deveria votar a favor do voto de protesto porque a atitude do Governo não foi digna!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não é assim! O Governo é uma pessoa de bem, assume um compromisso deve cumpri-lo, deve honrá-lo! Vinha o Sr. Secretário, passava aqui uma esponja, ia ali ao púlpito, fazia uns elogios aos trabalhadores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e de repente estava tudo resolvido! Não!

Nós queremos que isto seja aprovado, é verdade! Mas queremos que não se apague o passado e o histórico deste processo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... porque este processo foi tortuoso, foi ziguezagueante! Andaram aqui, aí sim, frente e verso! Não há cá negociações! Isto era um compromisso! Estes logótipos são do IAMA e são do Governo Regional! Devia ter sido cumprido! Não foi! Ainda bem que agora foi!

Agora, desmerecer o voto de protesto e a atuação do CDS, não vale a pena, Sr. Deputado. Não vale a pena! O CDS apresentou um voto de protesto nesta Casa devido à atuação do Governo Regional. O Grupo Parlamentar do PS quis votar contra, está no seu direito, em democracia é assim. Mas não me venha dizer que eu não posso criticar esse facto! Posso sim senhor! Não era assim que devia ter acontecido!

E por aqui me fico.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado! É assim mesmo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho pouco tempo e, portanto, vou-me cingir a questões que têm a ver com o autoelogio ao setor da carne feito pelo Sr. Secretário Regional. Gostava de lhe colocar uma questão simples. Os aumentos de abate que registou daquela tribuna devem-se a abates para consumo interno ou abates para exportação? Todos nós sabemos que com o aumento do turismo a restauração teve um acréscimo de procura por parte tanto de carne de suíno, de bovino, etc., etc. Portanto, os valores que apresentou foram um aumento no número de abates para consumo interno ou efetivamente a Região já se afirmou como uma exportadora de carne de bovino que pode contar para o crescimento da economia de uma forma reiterada e o setor tem a confiança de que pode continuar a criar, que depois pode tirar os animais do pastos para abater na altura que está a precisar em vez de ter de ficar com os animais no pasto e terem que pagar animais velhos que não podem ser abatidos?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Aprenda!

A Oradora: Esta é a primeira questão.

Em relação ao diploma eu devo-lhe dizer que tenho dúvidas. No art.º 2.º, no ponto dois, tem sete escalões para o subsídio de risco. Apercebi-me que na altura que houve a greve houve um acordo em que era necessário fazer a definição das funções dos trabalhadores dos matadouros dos Açores e que queriam sete escalões de subsídio de risco.

Eu percebo que haja sete valores diferentes de subsídio de risco em função do desempenho. Ou seja, quem está a manipular a faca vampiro, ou seja, que está a degolar, tem um nível de risco, quem está a fazer a esfolar tem outro, etc., etc. Não é o que está dito aqui no ponto dois porque no ponto dois diz que são calculadas estas percentagens sob a primeira posição remuneratória do ingresso na categoria de trabalhador consoante a antiguidade da carreira! Aquilo que está

aqui dito é que o subsídio de risco é em função da idade do trabalhador, e não em função do seu desempenho! Ou seja, se dentro da linha de abate está numa posição de maior ou menor risco. Portanto, gostaria que o Sr. Secretário me explicasse o que é que isto quer dizer.

E já agora, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas diz claramente que os suplementos remuneratórios devem ser fixados em montantes pecuniários e não em percentagens da remuneração base. Portanto, não sei porque é que neste DLR estão todos os subsídios de risco em função da remuneração base e em percentagem. Já agora, se nos podia dizer a que é que corresponde este valor em termos de montante pecuniário porque neste momento se está indexado ao valor base da carreira, deve saber qual é que é o valor base da carreira. É só calcular a percentagem.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista consegue dar uma no cravo e uma na ferradura, consegue de manhã dizer que sim, mas à tarde dizer que não. E passo a explicar em relação a este documento aqui apresentado.

Consegue de manhã trazer aqui a este plenário um voto de saudação à CGTP-IN, à tarde consegue dizer que os trabalhadores, e dou o exemplo concreto do matadouro da ilha das Flores que existem trabalhadores na nave de abate que estão a recibos, que são contratados à peça, que são contratados ao dia.

Deputado Carlos Silva (PS): E à hora, não?

O Orador: É impossível o Sr. Secretário vir aqui dizer que as coisas estão bem, mas existirem trabalhadores precários no matadouro da Região da maneira que existe e é incapaz de abrir vagas para que esses trabalhadores possam ficar

realmente a trabalhar quando muitas vezes, o Sr. Secretário sabe perfeitamente que é verdade o que eu estou a dizer, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: ... pega em trabalhadores do Faial, da Terceira ou de São Miguel e põe-nos a trabalhar nas ilhas mais pequena para não colocar no quadro ninguém que existe falta, precariamente!

Em relação ao documento em apreço, quero dar os parabéns aos trabalhadores e valorizar a luta dos trabalhadores dos matadouros que nesta negociação foram fundamentais. Quero valorizar também o sindicato que negociou, que trabalhou, que ajudou os trabalhadores para que fosse possível hoje estarmos a discutir este diploma nesta Casa.

Aliás, quero dizer, Sr. Secretário, fiquei feliz a ouvir daquela tribuna que o Sr. Secretário foi o único aqui dentro desde há muito tempo que não disse, e eu estava à espera que o senhor dissesse, “nós recuamos na luta dos trabalhadores por causa da pandemia” e o Sr. Secretário não o disse. Portanto, desta vez a pandemia não foi culpada do seu recuo nem do recuo do Governo Regional em relação aos trabalhadores dos matadouros. Sr. Secretário, valha-nos isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Eu termino por agora a minha intervenção deixando bem salvaguardado e dizendo de viva voz aqui desta bancada: viva a luta dos trabalhadores! Viva a CGTP-IN Açores! Viva!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, vou intervir não no diploma, mas num esclarecimento. Eu podia ter pedido a palavra para um protesto, mas como eu gosto do debate vivo e intenso não me ofendo assim com qualquer coisa.

Portanto, Sr. Deputado João Vasco, meu caro, presumo que V. Exa. estava na Comissão quando ouvimos o Dr. Fernando Zorro e ouviu o que ele disse, que o Governo não estava a ser sério na negociação. Tal e qual. Estou a citar o Dr. Fernando Zorro. E o seu colega José San-Bento ouviu ontem ali em baixo dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica que o Governo não estava a negociar, estava a impor porque apresentou duas vezes a mesma proposta.

Portanto, o meu aparte não é uma mentira. O senhor é que foi mentiroso aqui dentro e essa é que é a diferença, Sr. Deputado João Vasco Costa. É que eu me fundamentei na verdade dita pelo presidente do sindicato e pelos técnicos do sindicato. Por isso quando o senhor disse que o Governo estava a negociar, é mentira. Não fui eu que o disse, foram os senhores do sindicato.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Aguenta-te, João Vasco!

O Orador: Para terminar, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, eu não percebo porque é que o senhor se vai embora, porque é que o senhor não quer ser candidato.

Deputada Graça Silveira (Independente): Agora é que está no ponto!

O Orador: O senhor agora é que estava no ponto e agora vai-se embora, vamos deixar? Ó Sr. Deputado, não se faz isso!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A minha intenção era fazer uma única intervenção, mas como o Sr. Deputado João Vasco Costa fez questão de supostamente retirar ilações daquilo que foi dito ontem por mim, e até mesmo hoje, eu devo-lhes esclarecer, e se calhar não fui suficientemente claro, Sr. Deputado João Vasco Costa que de facto uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. E porquê?

Uma coisa é fazer conta que se negocia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: ... que foi o que aconteceu no caso da Sra. Secretária Regional da Saúde e dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica. Foi o que aconteceu.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso é a sua opinião!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Isto é a opinião deles!

O Orador: Vou ser muito concreto utilizando um exemplo à laia de caricatura, quase. É como se eu quisesse ir negociar com alguém e quisesse levar laranjas e vou negociar com outra pessoa. Quero laranjas, mas além de laranjas eu também quero bananas, laranjas e bananas. E a outra pessoa com quem eu vou negociar o que me diz é “não, não. Tu levas laranjas, ponto final”. E mais nada. E eu tento negociar “olhe, mas se calhar em vez das bananas eu queria maçãs”. “Não, não, tu levas só laranjas”. E não passa disto.

Ou seja, não há cedências de parte a parte sequer. Há uma parte que é inflexível e quando assim é está-se a fazer de conta que se está a negociar, que foi o que aconteceu e está a acontecer entre a Secretária Regional da Saúde e os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica. É o que está a acontecer, inflexibilidade total por parte da Secretaria Regional da Saúde e o que se pretendia era que houvesse ao menos alguma flexibilidade. É porque no caso dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica nem se falou na possibilidade de em vez de levar 1,5 pontos, levar 1,25 pontos, nem isso! É um ponto porque é um ponto e mais do que isso foi um ponto desde o início das negociações, até porque eu ainda ontem tive ocasião de fazer distribuir pelos Srs. e Sras. Deputadas, creio eu, uma circular da Secretaria Regional da Saúde a todas as Unidades de Saúde de Ilha da Região em que é dito preto no branco, está lá bem explicado, bem explícito, é um ponto e é um ponto!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Estamos a discutir os matadouros, Sra. Presidente!

O Orador: Portanto, quando se começa uma negociação dessa maneira estamos perante um mau início. E como o início não foi o melhor, é claro que o fim também não poderia ser.

Outra coisa é aquilo que aconteceu neste caso em que houve uma negociação, em fevereiro chegaram a acordo e de repente em julho o Sr. Secretário deu o dito por não dito. “Afinal se calhar aquele compromisso que foi firmado em fevereiro nós não vamos conseguir cumprir. Devido aos efeitos económicos da pandemia não vai ser possível, mas olhe, eu vou arranjar uma proposta alternativa e vou-vos apresentar”. Mas houve uma negociação, parece-me que sim. Até houve indício de “bem, vou contrapor, vou arranjar uma proposta aqui que não é propriamente aquilo que nós acordámos”, mesmo assim estamos aqui perante palavra dada, palavra não cumprida.

Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*): Exatamente!

O Orador: Foi firmado um acordo em fevereiro.

Ainda bem, por isso é que comecei a minha intervenção inicial por diz “tudo está bem quando acaba bem” porque afinal o que foi honrado, e pelas alegações em Comissão do sindicato, aquilo que foi acordado foi exatamente aquilo que foi acordado em fevereiro e por isso mesmo é que apesar de todas as vicissitudes, neste caso tudo acabou bem, mas como ele disse: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Uma coisa é negociar, e negociar como deve ser; outra coisa é fazer de conta que se negocea.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa** (*PS*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu não vou eternizar esta discussão principalmente porque na substância do documento nós estamos todos de acordo. Eu entendi as palavras do Sr. Deputado Artur Lima como, vá lá, uma forma até simpática de manifestar a discordância entre aquilo que ambos dizíamos. Eu não considero ofensivo o epíteto de mentiroso porque sei que não era isso que o senhor queria dizer, e não era isso que o senhor queria dizer porque ninguém pode chegar à conclusão do que quer que seja se não tiver uma negociação, ou quanto muito abandona essa negociação. Eu percebo as suas palavras, não as interpreto mal, não as interpreto num sentido ofensivo porque entendo que não foi essa a sua intenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi não senhor!

O Orador: Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Mendes, tenho muita pena, mas tenho de lhe dizer isso. Respeito imenso a sua conclusão de como é que as coisas foram conduzidas, como é que os resultados chegaram ao que chegaram e num dos casos, ainda que não haja resultado, o senhor já está a concluir que não vai haver resultado.

E, portanto, é a sua opinião, é igualmente respeitável, mas o que é facto é que neste caso temos um diploma que resultou de uma negociação que felizmente chegou a bom porto e está aqui para ser aprovado. Sem qualquer mas nem menos mas, sem qualquer reserva, aprovaremos este diploma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu coloquei uma questão muito clara, muito direta que é fundamental para se perceber o que é que visa este diploma e não obtive resposta.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem de se dizer aqui o sobrenome que é para o Sr. Deputado Francisco César já não lhe dar um chilique, gostaria que usasse a sua expertise na área do direito e vir dizer aquilo que eu perguntei. Se os subsídios podem ser apresentados em percentagem da remuneração base ou tem de ser em valor pecuniário. E já agora, as percentagens que estão lá na negociação era em função das funções desempenhadas na linha de abate logo do risco que estavam sujeitos os diferentes trabalhadores e da forma como está escrito diz que a percentagem é em função da antiguidade. Portanto, parece que o risco que correm é em função de serem mais novos ou mais velhos na carreira.

E, portanto, gostaria deste esclarecimento.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Aqui não há chiliques!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega:

Tentando responder às questões que me foram colocadas. Sra. Deputada Graça Silveira, a lei refere que excepcionalmente os suplementos podem ser afixados por percentagem ...

Deputada Graça Silveira (Independente): E qual é a excepcionalidade em apreço?

O Orador: ... e nós estamos a utilizar essa exceção porque se trata de funções únicas e específicas na Região, que são os funcionários que trabalham nos matadouros.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não percebi a excecionalidade! Os funcionários dos matadouros fazem funções que mais nenhum funcionário da Região faz?

O Orador: Se a Sra. Deputada quiser que explique, muito bem. Se não quiser, eu sento-me e falamos depois, mas não me parece que seja útil.

Sra. Deputada, como sabe há muitos trabalhadores que são polivalentes em termos das suas funções no matadouro e trocam na posição na linha e naturalmente o risco associado poderá ser diferente e não faria sentido se a percentagem tivesse indexada, no fundo, ao risco. No fundo, a percentagem foi calculada com base nos anos de serviço dos funcionários pelas razões que foram aqui invocadas por mim aquando da apresentação do diploma.

Referir também que o n.º 2 do art.º 2.º corresponde àquele que foi o acordo estabelecido com o sindicato e como o Governo honra aquilo que foi acordado, aquilo que está transposto em termos da Proposta de Decreto Legislativo Regional foi o que foi estabelecido com o sindicato.

Referir também que em termos de exportações a Região em 2019 abateu cerca de 72 mil animais, 60% desses animais vão para a exportação, que é um valor que se tem mantido mais ou menos constante. Agora, como o número de abates tem crescido, naturalmente a exportação tem crescido e o consumo local também tem crescido. Portanto, todo o setor tem crescido, mas tem crescido mais em termos de exportação do que propriamente o consumo local apesar do desenvolvimento que tivemos na Região nos últimos anos alavancados pelo turismo.

Em relação a um conjunto de considerações que foram colocadas pelos diferentes intervenientes, gostaria de dar duas ou três notas que me parecem importantes. Nunca estive em causa o estabelecido no acordo que foi firmado pelo Governo com o sindicato e com o IAMA. Na verdade, houve um atraso na concretização do acordo por um lado devido à situação da pandemia ...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Ó Sr. Secretário!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já cá faltava!

O Orador: Se os Srs. Deputados querem que eu seja sincero e fale a verdade, deixem-me falar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Queremos sim senhor! Queremos que o senhor seja sincero e fale a verdade!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vá, diga a verdade!

O Orador: Então permitam-me! Estou a dizer a verdade. Os senhores querem acreditar ou não querem, isso agora fica ao vosso cuidado.

Não teve a ver com o acordo em si, teve a ver com a parte processual, se assim se pode dizer, de implementar na prática aquilo que foi o acordo estabelecido com os sindicatos.

Na verdade, no início de julho nós contactámos o sindicato numa perspetiva de não colocar o acordo em si, digamos, os objetivos que foram conseguidos, mas na forma. Isso é verdade, não há qualquer problema em assumir isso aqui. A verdade é que houve negociação numa primeira fase, houve negociação numa segunda fase, houve cedências de parte a parte e o que importa é que chegámos a um acordo que é um acordo importante para os trabalhadores dos matadouros, é um reconhecimento da sua atividade como uma atividade muito dura, é uma atividade importante, uma atividade imprescindível e julgo que é justa e merecida.

Acho que todos devemos ficar satisfeitos por isso. Agora, se o caminho foi mais em ziguezague ou se foi um caminho em reta contínua, o que importa é que chegámos ao fim e acho que todos temos de ficar satisfeitos por isso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fiz algumas considerações em relação aos funcionários que são colocados, por exemplo, no matadouro das Flores em que existe carência de pessoal para abate porque vão de São Miguel/Terceira através do IAMA porque muitas vezes são contratados por lá. E pode afirmar “não são contratados pelo IAMA, são contratados pela associação”. Mas são contratados para fazer abate num matadouro da Região.

A gente podia discutir se é legal ou não é legal, se existe competência ou não existe competência para esses trabalhadores poderem ... sim, isto a gente depois podia entrar por este campo, mas não quero entrar por este campo.

O que quero entrar e quero perguntar a si diretamente é se tenciona (ou não) e quando é que tenciona colocar esses trabalhadores que estão em falta no matadouro, neste caso, por exemplo, no matadouro da ilha das Flores. Sei que não é uma pergunta em relação ao diploma, mas como o Sr. Secretário foi à tribuna e nos explicou o abate desde o vitelo nascer até à mesa do consumidor para depois ir buscar quem é que o esfolia para ir para cima da mesa, eu achei que a minha pergunta estava dentro do contexto também porque é tão lato como o discurso do Sr. Secretário.

De qualquer maneira, Sr. Secretário, há bocado disse-lhe, e fui sincero, que o senhor não tinha usado a pandemia. Eu já tinha ouvido tudo, Sr. Secretário, mas ouvir o Secretário dizer que não cumpriu com a palavra dada por causa da pandemia, ...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... ó Sr. Secretário, foi a primeira vez que eu ouvi. O que o Sr. Secretário veio dizer aqui foi “o Governo Regional não cumpriu com os

trabalhadores do matadouro com aquilo que tinha acordado por causa da pandemia”. Isto é o cúmulo, Sr. Secretário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega:

Não foi isso que eu disse, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi pior!

O Orador: O que eu disse foi que o processo se atrasou por causa disso, ...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Por causa da pandemia!

O Orador: ... que é uma coisa completamente diferente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Completamente!

O Orador: Completamente, do dia para a noite.

Em relação à situação do matadouro da ilha das Flores. É preciso dizer que nos últimos anos, e aliás, os números que referi ali na minha intervenção inicial foi, no fundo, para fazer um enquadramento. Ou seja, atualmente há muito mais trabalho, há muitos mais abates nos matadouros do que acontecia há cinco e há 10 anos. Isso é um pouco para justificar também, no fundo, o esforço que foi feito pelos trabalhadores ao longo destes anos num crescimento muito significativo em termos de trabalho e de responsabilidades em toda a rede ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Também temos telemóvel e internet!

O Orador: ... regional de abate e em situações muito difíceis, como todos nós sabemos ou pelo menos aqueles que já tiveram a oportunidade de entrar numa linha de abate, que julgo que é o caso do Sr. Deputado. Por via disso e também das novas exigências dos novos matadouros, a verdade é que a Região ao longo destes anos aumentou o número de funcionários nos matadouros. Em 2017 tínhamos 468, em 2020 nesta data temos 563. Naturalmente, todos os anos

temos feito o reforço dos quadros, tanto mais que esses trabalhadores também estão sujeitos a acidentes de trabalhos e a baixas, infelizmente por via das suas funções. No caso da situação do Corvo nós temos essa consciência de que é necessário reforçar o quadro de pessoal, mas a deslocação de funcionários de outros matadouros para as Flores acontece quando é necessário fazer dois abates para a exportação. Isso já aconteceu num passado recente e vai acontecer agora também no próximo embarque de animais porque não é possível assegurar esse abate com os funcionários locais e fazemos deslocar aqui da ilha do Faial ou de outra ilha qualquer. Não vejo mal nenhum nisso, importa é que se façam os abates e que os operadores fiquem satisfeitos e os agricultores também.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, não me foi respondido absolutamente nada daquilo que eu perguntei. Eu fui completamente claro e vou tornar a ser claro, Sr. Secretário. Quando é que o senhor prevê colocar os trabalhadores que faltam no matadouro da ilha das Flores?

Ou seja, se o senhor tem abates de 15 em 15 dias e manda para lá trabalhadores quase de 15 em 15 dias, todos os meses, logicamente há falta de trabalhadores no matadouro das Flores!

Se cada vez que há abates existem pessoas lá contratadas à tarefa, logicamente existe falta de trabalhadores! Se o Sr. Secretário disser que daqui a 20 anos vai precisar de mais trabalhadores porque existem mais abates, tudo bem, Sr. Secretário! Mas não é isso que eu estou a perguntar. Estou a perguntar é: para as dificuldades que existem nos matadouros, neste caso o matadouro da ilha das

Flores, caso concreto, quando é que o senhor pretende, e se pretende ou não, colocar alguém nos quadros para que trabalhe no matadouro da ilha das Flores, para que faça o seu trabalho?

Aliás, o senhor sabe tão bem como eu que os trabalhadores quando o senhor esteve lá perguntaram e disseram que estava dois trabalhadores (dois trabalhadores!) ao abate! Mais ninguém! Dois trabalhadores! E disseram “a gente não tem tempo para ir almoçar porque não há gente para abater os animais que são para abater”! E o senhor esteve lá, o senhor viu! Não é exagero nenhum!

O que eu pergunto, bem claro é: prevê ou não prevê que vão trabalhadores trabalhar para o matadouro da ilha das Flores e que não sejam deslocados da Horta?

Deputada Graça Silveira (*Independente*): E à tarefa!

O Orador: Eu consigo perceber o caso pontual. Houve um problema este mês e foram trabalhadores da Horta, de São Miguel ou da Terceira suprir essas dificuldades. Agora, muitas vezes, Sr. Secretário, muitas! Durante estes quatro anos o senhor quer saber quantas vezes foram lá? Quer? Quer que eu lhe dê os dados? O senhor devia-se envergonhar com esses dados!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, ponto um. Não existe excecionalidade nenhuma na carreira dos matadouros da Região, é igual a todas as outras. Os subsídios de risco são previstos para situações específicas e concretas. Aliás, foi com esse argumento que a iniciativa do Deputado João Paulo Corvelo em relação aos profissionais de saúde foi chumbada no COVID porque havia os que estavam na linha da

frente e os que estavam na secretária e o risco era completamente diferente. Mas eu pergunto-lhe: quem é que vai receber 33% e quem é que vai receber 50? Só para saber. Explique-me.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silva (PS): O Sr. Secretário agora vai explicar isso?

Deputada Renata Correia Botelho (PS): O Sr. Secretário agora é professor!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A gente depois manda uma listinha com os nomes!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem 15 segundos.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, da maneira como está escrito aqui sabe como é que isto vai acontecer? As pessoas que estão em fim de carreira vão receber 50% e os que acabaram de entrar no matadouro vão receber 33. Nada relacionado com o risco a que estão sujeitos na linha de abate.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Eu estou à espera do Sr. Secretário se inscrever!

Presidente: Neste momento não tem inscrições. Não havendo, vamos votar.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu estou à espera de que o senhor pelo menos me responda.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): E eu estou à espera que o senhor perceba a resposta! Isso é que vai ser difícil!

O Orador: Aliás, os senhores têm os dados de que nestes últimos quatro anos os trabalhadores foram para lá porque os senhores lhes pagam para eles irem para lá! Ou seja, a Administração Pública Regional tem todos os trabalhadores que foram para lá com toda a certeza.

Mais! Para trabalharem nos matadouros da Região mesmo que seja a recibos verdes por outra entidade, a Região tem obrigação de ter estes dados todos, todos, todos.

Ó Sr. Secretário, eu fiz-lhe perguntas concretas. Só preciso que me diga o seguinte ...

(Aparte inaudível do Deputado João Vasco Costa)

Sra. Presidente, posso continuar? Ou tem alguém da bancada do Partido Socialista para se inscrever?

Deputada Graça Silveira (Independente): Ó João Paulo, eu vou-te dizer uma coisa! Tens que ficar!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É triste continuar a discutir os trabalhadores e neste caso a remuneração dos trabalhadores dos matadouros. É triste não haver por parte da tutela uma resposta concreta. Eu não preciso de saber o dia, a hora, o mês. Eu só preciso que o Sr. Secretário se levante da sua cadeira e que diga “é para colocar

trabalhadores ...”, não precisa ser o número, “... que estão a fazer falta no matadouro da ilha das Flores”. Eu já não preciso de saber o mês, já não preciso de saber quantos são, já não preciso de saber nada disso! Só preciso do compromisso de honra do Sr. Secretário aqui nesta casa...

Deputada Graça Silveira (Independente): Ó Sr. Deputado, mas isso não há ali!

O Orador: ... a dizer “bom, é para abrir lugares para que estas pessoas possam trabalhar no matadouro e que possam suprir esta dificuldades que existem neste matadouro”. Aliás, todas as pessoas que trabalham no matadouro da ilha das Flores, todos os agricultores que nos estão a ouvir nesta hora sabem que isto é verdade o que eu estou a dizer! Que o Sr. Secretário está ali sentado na cadeira e que não é capaz de dizer “sim senhor, é para contratar, é para meter nos quadros, é para arranjar gente da ilha das Flores para ficar a trabalhar no matadouro da ilha das Flores”.

Eu sento-me novamente, Sra. Presidente, e espero que o Sr. Secretário tome a palavra, que se inscreva e que diga “sim senhor, é para contratar, é para meter gente no matadouro da ilha da Flores”.

Torno-me a sentar. Se o Sr. Secretário não o fizer, eu torno a pedir a palavra, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O que o Sr. Secretário vai dizer eu também não sei. Mas que já está inscrito, já está inscrito.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Já é um bom começo. Já não é por causa da pandemia!

Presidente: Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Paulo, é assim. Posso não ter sido suficientemente claro na minha intervenção ...

Deputada Graça Silva (PS): Foi, foi!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Foi sim senhor!

O Orador: ..., mas já que o Sr. Deputado insiste, vou-lhe explicar mais uma vez.

Quando há necessidade de fazer dois abates de dois contentores só nessas situações é que é deslocado pessoal do Faial ou de São Miguel para ...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Quantas vezes este ano?

O Orador: Deixe-me falar, Sr. Deputado, deixa-me falar.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Estamos claros em relação a isso.

Como sabe, as funções dos trabalhadores dos matadouros são muito exigentes. Acontecem acidentes por vezes e muitas vezes temos de recorrer à contratação à avença para reforçar o pessoal nos matadouros, isso é uma prática. Nós na ilha do Corvo já abrimos vários procedimentos para contrato de avença e não tem sido fácil proceder à contratação desses funcionários. Espero que muito em breve seja aprovado um número de vagas suficiente para responder às necessidades não só do matadouro da ilha das Flores, mas de todos os matadouros da Região. Agora, se é amanhã, Sr. Deputado, se é para a semana, se é daqui a um mês isso não lhe posso dizer. Mas está em curso um processo com vista à autorização da abertura de vagas para reforçar os quadros de pessoal nos matadouros.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem cerca de um minuto.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu percebi e tinha percebido da primeira vez que o senhor explicou. Agora, não explicou foi nada! O senhor tentou explicar, mas não explicou, dizendo, mas não dizendo. O que o Sr. Secretário veio dizer é que, e que fique bem claro e as pessoas das Flores têm de perceber isso, o Sr. Secretário não vai meter ninguém no matadouro para suprir as dificuldades que existem. O senhor vai andar aqui a fazer aquilo que tem feito que é remendar. É pedir a uma pessoa daqui do Faial que vá para as Flores fazer isso, pedir da Terceira e de São Miguel para fazer isso. Já percebi, Sr. Secretário, está percebido!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor já está em monólogo!

O Orador: O senhor podia ser era bem claro e explicar isto desta maneira. O que o Sr. Secretário veio dizer aqui a esta câmara e que veio dizer em relação às Flores foi “não é para meter ninguém, é para continuar tudo na mesma. Quando houver muitas vacas para abater vai-se arranjar um funcionário que vai daqui para acolá para ir fazer esse serviço”. Bom, está percebido!

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Não gaste o tempo todo que já me vou inscrever!

O Orador: Sra. Presidente, peço que retire o tempo que eu não consigo fazer a minha intervenção.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Quando nós dizemos a verdade nesta câmara e dói, mas isso eu tenho visto, Sra. Presidente, a bancada do Partido Socialista sente-se e é ruidosa para que nós não possamos continuar com a nossa declaração.

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): E quando é a bancada do PCP?

O Orador: No entanto, é com muita ...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

Sra. Presidente, peço que seja retirado o tempo que o Sr. Deputado Francisco César não me está a deixar intervir.

Presidente: Não se preocupe com o trabalho da Mesa, Sr. Deputado. Esteja à vontade.

Pode continuar, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Peço que seja retirado o tempo que o Sr. Deputado Francisco César não me está a deixar intervir.

Presidente: Sr. Deputado, já lhe disse que não se preocupe.

O Orador: O Sr. Deputado Francisco César não me está a deixar intervir, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa está aqui, não se preocupe. Nós avaliaremos qual é o limite que temos de lhe dar de tempo para compensar aquele tempo que não falou por causa dos apartes.

Mas pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente. É porque é realmente incómodo quando nós estamos a falar e aqui a bancada do Partido Socialista pela boca do Sr. Deputado Francisco César e pela boca aqui do Sr. Deputado José San-Bento, nós não conseguimos intervir. É muito, muito incómodo, Sra. Presidente. Espero que perceba aquilo que eu estou a dizer.

Deputado José San-Bento (PS): É só um aparte!

O Orador: Sra. Presidente, termino a minha intervenção dizendo mais uma vez: é triste, é lamentável que o maior responsável pela agricultura nos Açores pura e simplesmente venha a esta casa fazer discursos pomposos, mas quando se passa à ação nós percebemos perfeitamente que estes discursos são palavras vãs ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e que realmente não se quer resolver absolutamente nada daquilo que há dificuldades na Região.

Viva novamente à luta dos trabalhadores, viva à CGTP, viva àqueles que querem trabalhar na nossa Região ...

Deputado José San-Bento (PS): Viva à festa do Avante!

O Orador: ... e que continuem na luta porque com uma maioria destas e com um Partido Socialista e um Governo desta maneira é quase impossível trabalhar nesta Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP esgotou o seu tempo para o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, apenas e só porque esgotou o tempo, ao contrário daquilo que eu lhe pedi encarecidamente. Como já não tem tempo, eu não vou dizer-lhe aquilo que me apetecia dizer-lhe. Mas sinceramente, há uma coisa que eu não posso deixar de dizer e que não lhe fica bem só.

Aquilo que o Sr. Secretário disse parece-me que foi inteligível a toda a gente e o senhor só não percebeu porque não quis. O que o Sr. Secretário disse foi que estava aberto um processo no sentido de verificar a possibilidade de se abrirem vagas para o matadouro das Flores e dos Açores todos, nem falou só no caso específico das Flores.

Portanto, palavras vãs não é isso. A resposta foi-lhe dada. Se calhar não foi aquilo que o senhor queria, se calhar afinal queria mesmo que fosse no dia certo, que era para depois de amanhã às 10 horas e três segundos.

Sr. Deputado, relativamente ao resto e aos considerandos sobre a sua hilariante intervenção eu não vou fazer mais nada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Paulo, eu percebi perfeitamente aquilo que o senhor disse e percebi porque é que o senhor insistiu porque não teve uma resposta objetiva por parte do Governo Regional em relação a essa matéria. A sua pergunta foi perceptível, a sua insistência justifica-se plenamente! A resposta do Sr. Secretário é que é uma resposta evasiva, é que é uma resposta que não resolve o problema, é que é uma resposta que não assume um compromisso objetivo em relação à pergunta que V. Exa. colocou ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Qual foi?

O Orador: ... e essa é que é a questão!

E V. Exa. causa com certeza um grande incómodo na bancada do Partido Socialista quando solicita que lhe deem respostas objetivas e não lhas dão! Essa agitação toda é um nervosismo que invade a bancada do Governo e do Partido Socialista porque sabem que o povo já não vai em promessas vãs, que o povo quer uma resposta objetiva, ...

Deputado Pedro Moura (PS): Vai dar no dia 25!

O Orador: ... quer compromissos firmes! Não é “se calhar, pode ser que sim, pode ser que não”. Não! O povo não se deixa enganar, Sr. Deputado, e V. Exa. tem toda a razão em relação às questões que aqui colocou!

Deputado Pedro Moura (PS): Espere pelo dia 25!

O Orador: E devo dizer também que a bancada do CDS-PP teve a oportunidade de colocar esta questão de forma objetiva! Um incumprimento de V. Exa. em relação a esta matéria era flagrante! Flagrante! Os senhores até

foram objeto de um voto de protesto aqui nesta câmara exatamente porque não estavam a cumprir os vossos compromissos.

Agora, no desespero do último momento, os senhores surgem com esta proposta, e que é uma proposta do ponto de vista legislativo que pretende assumir aquilo que não foi feito ao longo da legislatura toda e quando se lhe pergunta “bom, como é que vamos objetivar isto? Como é que vamos executar isto?”, aí V. Exas. não têm nenhuma resposta, aí V. Exas. não têm uma resposta objetiva! Não têm um compromisso objetivo para assumir. Essa é que é a questão!

Sr. Deputado, tem toda a razão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E qual é o seu compromisso?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O meu compromisso é mudar o regime!
Trazer democracia aos Açores!

Deputado João Paulo Ávila (PS): O seu objetivo não é mudar os Açores, é tirar-nos daqui!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, como não esteve presente no debate só uma pergunta que lhe queria fazer: qual é que é a sua posição relativamente a este diploma? Vai votar favoravelmente ou contra?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho nenhuma obrigação de responder ...

Deputado António Toste Parreira (PS): O senhor não tem, os outros é que têm!

O Orador: ..., mas respondo! Não tenho obrigação de responder, mas respondo em relação a essa questão!

A minha posição em relação a esta matéria é a mesma de sempre! Não mudei! É a mesma que eu tive e vou seguir o mesmo sentido de voto que tive quando votei a favor o voto de protesto ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que aqui foi apresentado pelo CDS-PP em relação a esta matéria! Qual foi a sua posição nesta matéria quando o senhor teve e oportunidade de votar em relação ao voto de protesto que foi aqui apresentado pelo CDS-PP? V. Exa. é que teve uma posição diferente da que vai ter hoje! Mas o PPM vai ter exatamente a mesma posição que teve quando votou favoravelmente o voto de protesto e agora em relação a esta iniciativa. A mesma! O senhor é que não teve a mesma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Apoiado, Sr. Deputado!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diz o que não deve, ouve o que não quer!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Um deputado que compara um voto de protesto a um decreto legislativo, está tudo dito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de DLR n.º 68/XI foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Entramos no debate e votação na especialidade.

Não há inscrições e como também não há propostas de alteração, julgo que posso colocar à votação conjunta os quatro artigos deste diploma.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, gostaria de votar separadamente o ponto dois do art.º 2.º.

Presidente: Vamos então votar o art.º 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o n.º 1 do art.º 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O número anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o n.º 2 do art.º 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra, faça o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O número anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 do PSD, três do CDS-PP, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP, um do PPM, e a abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Votamos agora o n.º 3, 4 e 5 do art.º 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os números anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: E por fim votamos os art.º 3.º e 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de DLR n.º 68/XI foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Encerrámos este nosso ponto da agenda.

Declarações de voto?

Penso que o Sr. Deputado António Lima ia fazer uma interpelação. Então permitimos que façam as declarações de voto todas.

Portanto, Sra. Deputada Graça Silveira, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para deixar claro que obviamente aprovei esta iniciativa porque esta remuneração complementar vai acabar por beneficiar os trabalhadores do matadouro. A verdade é que aquilo que acabámos de aprovar hoje aqui, e se lerem com atenção aquilo que acabámos de aprovar, não é um subsídio de risco, não é um subsídio dado a funcionários que têm funções de perigosidade na linha de abate e que em função do perigo a que estão sujeitos recebem uma remuneração adicional.

Aquilo que nós acabámos hoje de aqui aprovar na redação do atual diploma é um subsídio à antiguidade da carreira. Quem entra para a carreira recebe 33%, no último escalão de antiguidade recebe 50% em relação à remuneração base. Isto eu acho que é vergonhoso. Chumbou-se já iniciativas nesta Casa nomeadamente em relação aos técnicos de saúde e ao pessoal que esteve a combater o COVID exatamente porque não estavam todos sujeitos ao mesmo nível de perigosidade, foi esse o argumento utilizado pelo Governo para não dar um subsídio de perigosidade e agora acaba de aprovar este diploma que supostamente é para compensar funções desgastantes. Aquilo que tem aqui na redação é cinco níveis, cinco escalões, sete escalões consoante a antiguidade de carreira. Está dito aqui claramente. Eu não percebo como é que as pessoas continuam a dizer que estão a aprovar um subsídio de risco à carreira dos trabalhadores dos matadouros da Região. Portanto, tive de me abster no ponto dois do respetivo diploma.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, o PCP votou favoravelmente ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: ... a este diploma com a convicção que só foi possível hoje votarmos nesta Casa este diploma com a luta dos trabalhadores. Neste caso, afirmo que só com a luta foi possível chegar a este diploma, só com a luta foi possível chegar a esta votação. A luta foi possível e a luta deu expressão àquilo que os trabalhadores ansiavam.

Viva os trabalhadores da nossa Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Não havendo, Sr. Deputado António Lima tinha pedido a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17h20.

Eram 16 horas e 47 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares para recomeçarmos os trabalhos.

Eram 17 horas e 27 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 11 da agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XI – “Interdita o uso no espaço público de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE. Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

O controlo de ervas espontâneas nos espaços públicos é atualmente feito essencialmente à base da utilização de herbicidas à base de glifosato.

O glifosato é um ingrediente ativo em mais de 150 herbicidas diferentes, herbicidas de largo espectro, com aplicações ao nível da agricultura, silvicultura, usos urbanos e domésticos. A sua ampla utilização tem suscitado

intenso debate científico associado a sérias preocupações e dúvidas quanto aos seus impactos no ambiente e na saúde.

Os efeitos da exposição ao glifosato continuam a ser estudados e embora não haja certezas absolutas sobre estes, a Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro da Organização Mundial de Saúde declarou o glifosato como carcinogénico provável para o ser humano. Esta agência da OMS identificou a relação entre a exposição ao herbicida e formas de cancro, nomeadamente o linfoma de não Hodgkin. Outros estudos científicos indicam ainda risco neurotóxicos, hepáticos, renais, entre outros.

Por este e por outros motivos foi enorme a polémica em torno da renovação da autorização de venda do glifosato na União Europeia, decisão que foi favorável à sua renovação após vários adiamentos da respetiva votação e de uma mudança de posição decisiva da Alemanha.

Nos Açores esta substância é amplamente utilizada no espaço público, e segundo o representante da ANAFRE nos Açores, ouvido na Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, cerca de 98% das juntas de freguesia a utilizam. O preço reduzido, a falta de recursos humanos e financeiros por parte das autarquias para a adoção de outro tipo de técnica podem justificar tão grande adoção pelo glifosato.

No entanto, algumas autarquias da Região abandonaram total ou parcialmente a utilização do glifosato, demonstrando assim que é efetivamente possível o combate às ervas espontâneas de outras formas utilizando métodos mecânicos, térmicos e com base de soluções salinas.

O próprio Governo Regional já assumiu que está a reduzir significativamente a sua utilização. No entanto, são muitos os municípios da Região e também serviços do Governo que optam pela utilização do glifosato como forma de controlo de ervas espontâneas nos espaços públicos. Esse facto gera

preocupação à população que tem conhecimento dos prováveis efeitos nefastos do composto químico.

Apesar de existir legislação nacional, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 35/2007 de 24 de março que limita a utilização de produtos fitofarmacêuticos nos espaços públicos, esta legislação contém exceções que na prática têm permitido uma contínua utilização do glifosato como principal meio de controlo das ervas espontâneas.

No orçamento da Região para 2020, o seu art.º 82.º prevê que o Governo desenvolva todas as iniciativas de âmbito legal, administrativo ou outros para garantir a proibição do uso de herbicidas baseados em glifosato em todos os serviços da Administração Regional a partir de 01 de janeiro de 2021. Para além de se desconhecem as iniciativas já desenvolvidas, nomeadamente as de âmbito legal, esta norma aparentemente dirige-se apenas à Administração Regional Autónoma, deixando de fora as autarquias locais.

São inúmeros os exemplos de utilização de glifosato nas vias públicas da Região (jardins, parques) em que os trabalhadores que o aplicam se encontram normalmente equipados e protegidos, quando em simultâneo e no mesmo local os transeuntes, tantas vezes crianças, passam desprotegidos pelo mesmo local. Estas situações geram, naturalmente, preocupação e muitas vezes justa indignação.

Perante as suspeitas existentes quanto aos efeitos negativos do glifosato na saúde e no ambiente, manda o princípio da precaução que se optem por métodos alternativos mesmo que isso possa implicar temporariamente um aumento do custo.

Alternativas existem e são viáveis. Podem exigir mais recursos, é certo; podem exigir mais mão-de-obra, é certo; mas a saúde, e acrescentamos o ambiente, estão em primeiro do que as preocupações orçamentais.

Assim, propomos a proibição da utilização do glifosato nos espaços públicos da Região Autónoma dos Açores de forma a proteger a saúde pública e o ambiente. Não somos indiferentes à necessidade de adaptação por parte de todas as entidades, por isso propomos, e já apresentámos também uma proposta de alteração nesse sentido, para tornar um pouco mais longo o período de adaptação, um período transitório para que toda esta proposta entre em vigor (se aprovada) a 01 de janeiro de 2021.

Apresentamos esta proposta de alteração no seguimento também da audição da Associação de Municípios em Comissão que alertou para a necessidade de um período de transição para que fosse possível às autarquias locais se melhor adaptarem a esta mudança. Este período parece-nos assim suficiente para que todas as entidades se adaptem a esta nova realidade.

Esperamos, pois, que face aos argumentos que apresentámos, a proposta que interdita o uso no espaço público de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato tenha aprovação hoje nesta Casa.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Esta é provavelmente a terceira vez (se não me engano) que o Bloco de Esquerda traz esta iniciativa a plenário desde que eu fui eleito deputado, portanto, não só nesta legislatura contando também com a legislatura anterior.

E, portanto, é um tema que já foi debatido e discutido nesta Casa sem que, entretanto, tenha acontecido nada de novo, que tenha havido algum tipo de alteração à situação atual, e julgo que não se justificava que não houvesse essa pressa. Isto porquê?

Primeiro porque é só no ano de 2022, que já não está assim tão longe, é já a seguir, que as instâncias europeias ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... vão rever a sua posição de acordo com a fundamentação científica atualizada relativa a estes produtos. E o que é facto é que nós estaremos obviamente vinculados às decisões que as autoridades europeias acerca a esta matéria irão tomar. E, portanto, a tão pouco tempo dessa decisão definitiva julgo que é extemporâneo e desnecessário que nos estejamos a antecipar numa decisão que, por aquilo que são os dados científicos que até agora são conhecidos e não as posições de agências não-governamentais que também têm a sua agenda política e também têm a sua agenda económica, há trabalhos melhores e trabalhos piores em todo o lado, também em agências não-governamentais. E, portanto, julgamos que a pressa não será amiga das boas decisões também neste caso, sobretudo e tendo em conta os pareceres que a Assembleia pôde obter relativamente a esta matéria que, de facto, as alternativas eficazes e economicamente viáveis não existem e podemos estar confrontados com a proibição da utilização de uma ferramenta que muitas vezes é imprescindível em determinados contextos, nomeadamente na erradicação de algumas espécies invasoras cujo o combate é muito difícil, senão mesmo impossível, de fazer por outros meios.

Mais ainda. Sabendo o que podemos saber pelas audições feitas em Comissão que o bom senso já impera, que as autarquias locais e as entidades competentes também por pressão popular, é justo referir, já restringem a utilização de fitofármacos ao mínimo, porque as pessoas, de facto, evitam a proximidade e o contacto com químicos, não gostam por natureza da exposição a qualquer tipo de químico, seja ele qual for.

Portanto, são as juntas freguesias, são as câmaras municipais, são as entidades públicas que elas próprias já utilizam estes produtos como último recurso e em situações onde, de facto, não conseguem ter alternativa economicamente viável ou por falta de meios humanos ou por ineficácia de outras técnicas. O Sr. Deputado aqui referiu, por exemplo, o recurso a água salgada quando todos nós sabemos que a nossa flora regional está mais do que adaptada à ressalga ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem adaptada!

O Orador: ... e, portanto, é difícil com recurso à água salgada matar o que quer que seja de forma a eliminar as espécies que são daninhas na nossa Região. Complementando tudo isto, a Região dispõe de legislação, que é recente, e que nos parece adequada àquilo que está em causa. Já não é qualquer pessoa que pode comprar estes fitofármacos, a detenção e venda destes produtos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... bem como a sua utilização, estão bem regulamentadas e, portanto, até um aplicador certificado, sim, porque qualquer pessoa ou entidade para aplicar estes produtos tem de frequentar um curso e tem de ter uma licença própria para o poder fazer, também para os deter em casa tem de os deter em condições que estão devidamente regulamentadas.

Portanto, a fúria legislativa tem-se revelado, sobretudo na ótica das proibições, inimiga das boas-práticas. Convém é saber, isto é uma pergunta direta para o Governo e para o Sr. Secretário Regional, é se a atividade inspetiva tem sido eficiente e tem cumprido o seu papel na fiscalização e na certificação de que a

legislação de que a Região dispõe é efetivamente cumprida, e se quem compra detém e aplica estes produtos o faz de acordo com a legalidade e saber diretamente quantas ações inspetivas é que foram realizadas, quantas infrações detetadas, quantos autos e qual o valor das coimas aplicadas e qual o seu efeito na prática. Não serve de nada fazer legislação mais restritiva se, de facto, a Região não conseguir ter meios adequados ou vontade de fazer cumprir a legislação de que já dispõe.

Portanto, tendo em conta todas estas circunstâncias que aqui apresentei, não parece à bancada do PSD que se justifique de modo algum a aprovação com entrada em vigor de um ano de antecedência em relação à pronúncia das entidades europeias e à avaliação dos estudos científicos oficiais de que as mesmas se vão valer numa data destas.

Gostava também de sublinhar outra coisa. No texto do Projeto de Decreto Legislativo Regional do Bloco de Esquerda continua a cruzada ideológica contra as empresas multinacionais ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que produzem estas substâncias, e acho que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não deve, apesar de aquilo que votamos não serem os considerandos, serem o articulado do diploma, acho que nós não devemos mover a nossa ação política com base em cruzadas ideológicas contra a iniciativa privada, contra as grandes empresas, contras as multinacionais porque, de facto, elas existem, elas não são necessariamente más por serem grandes ou por terem produtos de grande venda, sobretudo porque há produtos de grande venda que são úteis, que são adequados e que são por vezes imprescindíveis.

Agora, o bom-senso também se exige e todos temos de saber que estamos a lidar com herbicidas e não com soro fisiológico. Portanto, como é um herbicida, como é um veneno para aplicar em plantas para combater infestantes, para

combater ervas daninhas, e eu gosto muito de combater ervas daninhas (às vezes sem sucesso, devo confessar), temos de ter algum cuidado na forma extemporânea com que nos debruçamos sobre alguns assuntos. Olhe, por exemplo, ao Sr. Secretário Regional Berto Messias não há herbicida que lhe pegue, a mim também não. Também se pode brincar um bocadinho com o tema. Voltando ao articulado, eu julgo que os pareceres de que a Assembleia Regional se fez munir no âmbito do trabalho em Comissão são bastantes claros, são objetivos, são equilibrados e são perfeitamente despolitizados na sua abordagem ao assunto. E como tal, julgo que esta Casa deve tê-los em boa conta e deve decidir de acordo com aquilo que os técnicos, que o bom senso, que a razão tem revelado nos trabalhos que temos efetuado. A não ser que o Governo e o Partido Socialista estejam a preparar-se para aprovar esta medida de forma a compensar a sua incapacidade de criação de mil empregos no setor florestal, e aí proíbe-se a utilização do herbicida e vamos arranjar mil pessoas para andarem de sacho e machadinha a arrancar infestantes pelos caminhos porque se proibiu o herbicida. Não nos parece que tal seja possível nem tampouco eficaz.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A matéria que nós estamos agora a analisar referente à possibilidade de interdição do glifosato não é nova para este Parlamento. Ainda muito recentemente, no final da anterior legislatura, mais concretamente em julho de 2015, o PCP trouxe a esta Casa um Projeto de Decreto Legislativo Regional que pretendia estabelecer a proibição na Região da comercialização, armazenamento, utilização e libertação no meio ambiente de todos os compostos contendo glifosato. A diferença entre a proposta que nós analisamos agora em relação àquela que o PCP apresentou está na abrangência do seu objeto, ou seja, o PCP queria pura e simplesmente que não se usasse de forma alguma compostos formulados com base em glifosato. O Grupo Parlamentar do CDS-PP naturalmente não concorda com essa visão e por isso mesmo na altura nós votámos contra o Projeto de Decreto Legislativo Regional do PCP desde logo por uma questão de inexistência de alternativas eficientes. É que o glifosato está na base da maioria dos herbicidas de largo espectro que existem e é por isso a substância, digamos, mais utilizada no mundo para esta finalidade. Depois, tendo em conta que nós não somos autossuficientes do ponto de vista do abastecimento alimentar, de nada serve nós estarmos a interditar a utilização de uma substância quando depois nós vamos importar produtos alimentares provenientes de países que utilizam o glifosato, portanto, isso não faz completamente sentido nenhum e é uma decisão desta natureza ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que no nosso entender deveria ser uma decisão, no mínimo, comunitária.

A verdade é que para além dos aspetos já referidos, continua por haver evidência científica de que o glifosato representa, de facto, um perigo cancerígeno para os humanos. Aliás, segundo a Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar isso é até muito improvável, razão pela qual, quer a nível

nacional, quer a nível comunitário, as formulações com glifosato continuam a ser autorizadas.

No caso da proposta do Bloco de Esquerda que nós estamos a analisar, o objeto é muito mais restrito e o que se propõe é uma interdição do uso de herbicidas com base em glifosato em espaços públicos. Neste caso, a única diferença é que existem outras alternativas ao glifosato e que são eficientes, como por exemplo o hipoclorito de sódio.

Entendemos que enquanto não houver fortes indicadores de que o glifosato pode ser um agente cancerígeno, ou que haja então a decisão comunitária nesse sentido, a sua utilização não deve ser proibida. Todavia, e neste caso concreto de utilização em espaços públicos, havendo alternativas para utilização pode evitar-se, de facto, a aplicação de compostos de glifosato, como aliás muito municípios já fazem de livre e espontânea vontade, mas no nosso entender continua a não ser justificável que se possa interditar o uso dessa substância.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ainda não sei se há, mas enquanto não há mais nenhuma inscrição, aproveito para também responder nomeadamente ao Grupo Parlamentar do PSD relativamente a algumas dúvidas e também fazer, se me permitem, algumas correções.

O Sr. Deputado Luís Rendeiro afirmou que é a terceira vez que o Bloco de Esquerda traz a esta Casa este assunto. É a primeira, não é a terceira e julgo que

é uma correção que se deve fazer porque a iniciativa que existiu na anterior legislatura foi ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Primeiro foi a do PCP! Longe de mim querer confundir a Grupo Parlamentar do BE com a Representação Parlamentar do PCP!

O Orador: ... da Representação Parlamentar do PCP.

Começar por referir e falar da questão relativamente ao prazo. De facto, a renovação da utilização do glifosato na União Europeia ocorreu recentemente, em 2017, após sucessivos adiamentos e após um impasse quase que se gerou. O que é certo é que apesar de na altura já existirem grande parte dos dados que existem hoje e que levantam todas as dúvidas quanto à sua utilização, essa renovação foi concedida.

Nada garante que em 2022 quando a União Europeia tiver de se debruçar, e certamente num processo que não será pacífico novamente, que levará certamente a um processo de decisão longo e com todo os lobbies que isto envolve, e julgo que não estou aqui a inventar nada, da indústria farmacêutica, indústria química que agem de forma muito ativa nesta matéria. Será um processo novamente longo e que nada garante que os países europeus, e Portugal nesse aspeto também não esteve bem porque absteve-se nessa votação, não voltem a renovar a autorização da utilização do glifosato. Essa autorização da utilização do glifosato é muitas vezes, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode permitir! A Europa é que manda!

O Orador: ... na nossa opinião, mais económica do que científica.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É uma opinião, Sr. Deputado!

O Orador: A questão de se colocar o princípio da precaução quando há no mínimo, e eu concedo que as certezas sobre esta matéria não são absolutas, imensas dúvidas e quando há dúvidas de que um produto pode causar cancro, pode ter um aumento de 41% na prevalência do linfoma não Hodgkin é uma

percentagem bastante elevada. Em estudos recentes, e são estudos científicos,
...

Deputado Francisco César (PS): Os senhores são amigos do glifosato!

O Orador: ... muitos dos estudos que são contrários são pagos, também já agora, pela própria indústria que os produz por isso a sua fiabilidade também poderá deixar muito a desejar. Quando há dados desses, manda o princípio da precaução que se optem por alternativas, e aquilo que nós estamos a fazer é obviamente criar nos Açores uma legislação que coloca em primeiro lugar a saúde pública e coloca em primeiro lugar o ambiente.

Decidimos ir por partes e não apresentamos uma proposta que proibisse *tout court* a utilização do glifosato. É uma utilização numa área onde já se utilizam de forma bastante generalizada alternativas, e dou alguns exemplos. Aliás, nas audições em Comissão tanto a Associação de Municípios como a ANAFRE tiveram uma posição de concordância com a proposta. Pediram e nós fomos sensíveis a isso ... solicitaram e propuseram, vá. Não pediram, propuseram, sugeriram que o prazo de adaptação fosse um prazo maior do que aquele que propúnhamos, que era um prazo mais curto, porque efetivamente têm de se adaptar a essa nova realidade. E até a contratação de serviços para determinadas áreas urbanas para esta matéria também é algo que é novo e é preciso adaptar os próprios municípios a outro tipo de combate às infestantes.

Por isso, é justificável obviamente um período de transição. Agora, não podemos ficar eternamente à espera que a União Europeia decida. Nós temos autonomia, não precisamos de esperar nem pelo Governo da República nem precisamos de esperar pela União Europeia. Se temos autonomia temos capacidade de decisão. Julgo eu que este Parlamento consegue olhar para aquela que é a investigação científica sobre esta matéria, consegue olhar para as opiniões dos técnicos, consegue olhar para as opiniões de quem aplica no terreno esse herbicida e decidir. E quando aqueles que são os principais

utilizadores, que são a Associação de Municípios e a Associação de Freguesias, que afirmam que concordam, não vejo qual é o problema em se avançar com um período de transição, é certo, mas se avançar para essa proibição indo efetivamente para as alternativas.

Dando apenas alguns exemplos. Julgo eu que me surpreende a posição do PSD. A Câmara Municipal de Ponta Delgada já utiliza, e bem, uma alternativa que é uma monda térmica ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E uma incineradora!

O Orador: ... no centro histórico de Ponta Delgada. A junta de freguesia da Matriz da Ribeira Grande, uma junta de freguesia do PSD, também já abandonou o glifosato, utiliza métodos alternativos, e é dada como um bom exemplo pela “Quercus” como uma freguesia que tem boas práticas ambientais. E aqui julgo eu que o Grupo Parlamentar do PSD poderia se calhar também adotar aquele que é o pensamento dessa freguesia da Matriz da Ribeira Grande. Por aqui fico. Poderia dar obviamente outros exemplos porque há outros municípios nos Açores que já enveredaram pela utilização de métodos alternativos: Praia da Vitória, Ponta Delgada (já referi), Lajes das Flores também já iniciou. Ou seja, há uma vontade de alguns municípios, um reconhecimento dessa necessidade, e o Parlamento tem de dar aqui o contributo para que se dê o passo seguinte para que se coloque em primeiro lugar a questão da saúde pública com as dúvidas todas que existem, com a preocupação da população que tantas vezes vê trabalhadores equipados quase que parecem os trabalhadores dos serviços de saúde agora neste momento a fazer recolhas de amostras para teste COVID. Estão equipados e depois ao lado estão transeuntes a andar na rua, a apanhar com a pulverização do glifosato a poucos metros da sua utilização, algo que é absolutamente lamentável, inaceitável e o único aviso que há é um anúncio no jornal e uma placa na entrada da rua. Isso não está correto, não se pode pôr em risco assim a saúde das pessoas.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor já viu alguém a pulverizar pessoas, já?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, era para uma interpelação à Mesa que eu não resisto a fazer. Era para saber se nesta figura regimental o Governo pode participar no debate.

Muito obrigado.

Presidente: Pode, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Marta Matos, tem agora a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Secretário da Agricultura esteve aqui e foi-se embora para ir fazer propaganda!

Deputado Francisco César (PS): Mas isto não tem nada a ver com agricultura, isto são espaços!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então qual é a área do Governo para isto?

Presidente: Srs. Deputados ...

Sras. e Srs. Deputados ...

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

São realmente longa e sobejamente conhecidas a polémica e a discussão em torno da utilização do herbicida glifosato. São diversos os estudos e as investigações realizadas, diferentes os meios de avaliação utilizados, contraditórias muitas vezes as conclusões anunciadas. A título de exemplo, como aliás já referiu na sua intervenção inicial o Sr. Deputado António Lima, em 2015 a Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro da Organização Mundial de Saúde declarou o glifosato como um carcinogénico provável para o ser humano. Apenas sete meses depois a Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar apresentava um relatório onde concluía ser

improvável que o glifosato fosse hoje um tóxico ou que pudesse representar uma ameaça para os seres humanos.

É verdade também que têm sido muitas as manifestações de associações e as iniciativas de cidadãos contra a utilização deste herbicida, apontando inclusivamente a existência de uma relação entre a exposição ao glifosato e o linfoma de não Hodgkin. Ainda esta manhã era noticiado um estudo que detetava glifosato na urina de portugueses ainda que 80% dos participantes desse estudo fossem consumidores reguladores de produtos biológicos. Tal qual como também já foi referenciado após um longo e moroso processo, a Comissão Europeia em 2017 autorizou por mais cinco anos a utilização do glifosato, portanto, até 2022, mas sem prejuízo de que durante este espaço temporal os Estados-Membros adotassem medidas quanto à sua utilização. A Áustria inclusivamente foi o primeiro país a eliminar por completo a utilização do glifosato.

Ora, neste contexto, aquilo que esta bancada entende, aquilo que esta bancada defende é que a ausência de provas científicas definitivas não deve impedir a implementação de medidas limitadoras e de precaução ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... por uma razão muito simples e óbvia: porque os valores que aqui são postos em causa são a saúde pública, o bem-estar das populações e a sustentabilidade ambiental. São esses os valores a que nós damos prioridade e nós já o demonstrámos. Demonstrámos pela primeira vez em novembro passado quando em sede de plano e orçamento a bancada do Partido Socialista apresentou uma iniciativa visando a proibição da utilização do glifosato em todos os serviços da Administração Pública Regional a partir do 01 de janeiro de 2021, demonstramo-lo hoje novamente amadurecendo a posição assumida em novembro, partilhando do princípio que subjaz à apresentação da iniciativa que o Bloco de Esquerda nos trouxe hoje aqui, concordando com o alargamento

das restrições à utilização do glifosato, definindo e assegurando os devidos meios de fiscalização, protegendo o nosso património natural e a nossa excelência ambiental em coerência com a afirmação dos Açores como destino turístico sustentável e acima de tudo protegendo a saúde de todos os açorianos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, acreditamos que hoje nesta Casa damos um passo importante e significativo nesta matéria, um passo coerente, um passo consciente, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Devia haver eleições todos os dias!

A Oradora: ... um passo responsável, um passo num caminho que indiscutivelmente deve ser feito para a frente.

Deputado Tiago Branco (PS): Muito bem, Marta!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Efetivamente a discussão do glifosato nesta Casa já é longa e eu vou fazer aqui um pequeno aparte, diga-se *Roundup*, porque ainda há bocadinho mandaram-me uma mensagem a dizer “o que é isso do glifosato?”. Para que as pessoas percebam, a marca comercial mais conhecida e os nossos agricultores chama-lhe o *Roundup*. Esta discussão já a tivemos variadíssimas vezes nesta Casa, mas devo dizer, Sr. Deputado António Lima, e até não gosto de chamar outras valências que nós temos além de deputados porque nesta Casa fazemos a discussão política enquanto deputados, mas a nossa formação também conta na forma como nós vimos à discussão. E tentar fazer passar uma mensagem de que os resultados dos estudos científicos demonstram ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Verdade!

A Oradora: ... que o glifosato não é potencialmente uma substância cancerígena porque a europa está refém dos lobbies das grandes empresas ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... produtoras de fitofármacos é no mínimo perigosa porque quando essas entidades isentas vierem fazer estudos sobre produtos farmacológicos que nos podem tratar e salvar a vida, qual é que é a credibilidade que essas instituições têm?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ora bem!

A Oradora: Vamos dizer que afinal aquele fármaco vai ser vendido só porque aquele lobby quer fazer uso daquele fármaco? Acho que essa discussão é perigosa.

E digo mais. Acho muito interessante a bancada do PS vir aqui dizer “apesar de não haver indicações científicas de que o glifosato é potencialmente cancerígeno”, sabendo todos nós que é importante ainda hoje no controlo na agricultura e mesmo assim, que é a parte mais difícil, não está provada a bioacumulação e ele está há tantos anos no mercado que nós já tínhamos dados mais que suficientes para poder avaliar essa bioacumulação na cadeia alimentar e ela não existe.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, sejamos sérios na discussão.

Mas se o PS está tão preocupado com isso, como é que continua a subsidiar a importação de fertilizantes à revelia da europa, escondidos naquilo que nós chamamos o “escudo e vinte”, e continuam a fazê-lo! Então querem ser sérios?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Querem tirar os fitofármacos? Querem tirar os herbicidas? Querem tirar os fertilizantes? Deixem de subsidiar os fertilizantes à agricultura!

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, começar por dizer ao Sr. Deputado António Lima que na verdade não existe (vou repetir: não existe) nenhuma evidência de que o glifosato, ou o *Roundup*, seja um agente cancerígeno. Quando houver evidência científica, nós rendemo-nos.

Em relação à intervenção do Grupo Parlamentar do PS, a intervenção da Sra. Deputada Marta Matos, há aqui qualquer coisa de estranho. O PCP trouxe a sua iniciativa a esta Casa no final da legislatura passada, no final de 2015. As evidências científicas onde se apoia ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Eram as mesmas!

O Orador: ... a Sra. Deputada Marta Matos, são de março de 2015. Portanto, há aqui um volte-face grande na posição do Grupo Parlamentar do PS. Pergunto-lhe o que é que terá acontecido para que o Grupo Parlamentar do PS tenha mudado radicalmente de posição.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): É verdade!

O Orador: Da última vez que esta matéria foi discutida votou contra. É que é preciso deixar claro que o Partido Socialista votou contra a iniciativa do PCP, e bem na minha opinião à luz da evidência que existia naquela altura, nós também votámos contra.

Portanto, qual é que é a diferença na atuação e na perspetiva do Grupo Parlamentar do PS em relação à mesma matéria?

Depois, para terminar e reforçar aquilo que disse na primeira intervenção, a questão que está aqui está na abrangência da interdição e da proibição, e agora o que estamos a falar é na aplicação em espaços públicos e, de facto, existem alternativas para a aplicação em espaços públicos. Pode ser um começo para

uma mudança e nós não negamos que possa de futuro vir a haver suficiente evidência científica de que o glifosato, ou os compostos com glifosato, podem ser um agente cancerígeno.

Não existe neste momento, mas também reconhecendo que o âmbito e a abrangência do objeto desta iniciativa são na aplicação em espaços públicos, poderá optar-se por aplicar o princípio da precaução, e aliás, muitos municípios e muitas juntas de freguesia na nossa Região e no nosso país já o fazem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Carlos Silva (PS): O ambientalista!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda não comecei a falar, já começo a ter protestos da bancada do Partido Socialista.

Eu devo dizer que nesta matéria acompanho aquela que foi a observação e a excelente intervenção do Sr. Deputado Alonso Miguel nesta matéria. Normalmente o Bloco tem propostas que são muito dogmáticas e que são propostas que às vezes roçam o populismo, mas não é o caso desta proposta, como V. Exa. bem referiu. Trata-se apenas de aplicar uma proibição nos espaços públicos, e aqui sim existem alternativas. E, portanto, nesse sentido é uma proposta que eu considero válida, bem estruturada, com uma boa argumentação e cuja aplicação é racional e é possível.

Agora, o que eu estranhei foi, e não se via nada aqui igual desde a história épica de Romeu e Julieta, o entusiasmo do Partido Socialista e da declaração da Sra. Deputada do Partido Socialista em relação a esta matéria. É que isto indicia alguma coisa. Quando digo que existe uma posição, que não era esta, do Partido em relação a esta matéria e a terminologia utilizada pela Sra. Deputada foi de

uma adesão entusiástica à proposta do Bloco de Esquerda e, nesse sentido, indicia aqui que algo se passa na bancada do Partido Socialista, alguma preocupação que possa existir e já alguma aproximação ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ao Bloco de Esquerda!

O Orador: ... que tem um cheiro a geringonça.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas vejam bem, eu peço-vos para ouvirem outra vez a intervenção da Sra. Deputada, como a Sra. Deputada fez intervenção que não é normal nesta Casa e não tem sido o registo do Partido Socialista com o Bloco de Esquerda. Portanto, há aqui ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a geringonça!

Deputada Graça Silveira (Independente): Aqui há gato!

O Orador: Aqui há gato. Aqui há geringonça! Aqui não há gato, aqui há geringonça. Ou pelo menos há da parte do Partido Socialista uma tentativa de aproximação em relação ao Bloco de Esquerda.

O que eu devo dizer em relação a esta matéria em concreto é que eu considero que a matéria e que esta proibição dos espaços públicos com a argumentação que foi desenvolvida por V. Exas., nomeadamente com referências, por exemplo em relação à posição da Ordem dos Médicos, que eu acho importante.

Deputada Graça Silveira (Independente): Ó Estêvão, espera, espera! Está a haver telefonemas! Afinal é para cancelar!

O Orador: Eu por exemplo valorizo os médicos! Valorizo a posição da Ordem dos Médicos. Para mim é importante a posição da Ordem dos Médicos, e quando os médicos dizem que consideram inaceitável a não-proibição do “glisofato” ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Glifosato!

O Orador: Glifosato, glifosato! Quando defendem essa posição, é uma posição que eu considero e é uma posição a que dou credibilidade. Há outros que não têm a mesma perceção em relação a esta matéria.

E também quando a Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro toma a posição que aqui o Bloco de Esquerda refere, também considero que a sua utilização pode ser provavelmente prejudicial para o ser humano, pois eu também considero que esta referência deve ser considerada.

Tendo em conta o conjunto de argumentos que têm sido apresentados por diversas instituições e organismos em relação à necessária proibição dessa substância num espaço público eu considero que devo acompanhar o Bloco de Esquerda e votar favoravelmente esta iniciativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o seu partido?

O Orador: Eu represento aqui a posição do meu partido. Agora, estou sozinho. Dentro de dois meses estaremos muito mais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dentro de dois meses o senhor tem representantes em três grupos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Antes de mais, permitam-me um ponto prévio tendo em conta aquilo que acaba de ser referido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O quê? Da geringonça?

O Orador: Eu julgo que ninguém acreditará que o facto de o Partido Socialista ter votado a favor da requalificação do polo do jardim botânico de Pedro Miguel signifique a antecâmara de um bloco central depois das próximas eleições regionais.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! São as palavras da Sra. Deputada!

O Orador: Da mesma forma que a votação favorável de uma proposta do Bloco de Esquerda possa significar qualquer espécie de ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!

O Orador: ... reenquadramento partidário e parlamentar depois das próximas eleições regionais.

Obviamente que uma abordagem séria permite-nos concluir que aqui as questões são abordadas em razão da matéria e em razão daquilo que representam para as açorianas e os açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O problema foi o apoio! O discurso entusiástico da Sra. Deputada!

O Orador: Portanto, acho que era importante depois do tom jocoso ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Jocosos?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Jocosos? Ó Paulo, protesta!

O Orador: ... do Sr. Deputado Paulo Estêvão nesta matéria não podia deixar de fazer este ponto prévio.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou quase a fazer um protesto!

O Orador: Estará à vontade, é um direito que lhe assiste, Sr. Deputado.

Também me parece importante dizer que é importante recentrar este debate. Eu acho que algumas afirmações que aqui aconteceram derivaram um pouco, falando-se da cadeia alimentar, falando-se da questão dos produtos alimentares, da agricultura. Nós estamos a falar da gestão e manutenção dos espaços públicos. É isso que está em causa e que versa neste Projeto de Decreto Legislativo Regional do Bloco de Esquerda aqui apresentado ao Parlamento. E obviamente que o Governo aquilo que fará é acatar a decisão do Parlamento, tal como ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tal como não faz nas outras ocasiões!

O Orador: ... já está a fazer depois daquilo que foi aprovado aqui, julgo que por todos ou por quase todos, relativamente a uma proposta que foi apresentada no âmbito do orçamento da Região para terminar com a aplicação de herbicidas que contenham glifosato.

De facto, tal como já foi aqui referido, a orientação nos serviços do Governo é uma redução gradual e significativa na utilização de herbicidas que contenham glifosato nas ilhas dos Açores, nas suas diversas vertentes, quer naquilo que é gerido pelos serviços de ambiente, quer naquilo que é gerido pelos serviços florestais, quer, sobretudo, porque essa é, permitam-me a expressão, a grande fatia por aquilo que é gerido na manutenção realizada pelos serviços da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, sobretudo naquilo que se refere à manutenção da bermas e valetas das nossas estradas regionais. E há, de facto, abordagens ligeiramente diferentes tendo em conta cada uma das ilhas dos Açores, a sua urografia, as suas características, a dimensão e a extensão das estradas.

Mas, de facto, o comportamento padrão e a orientação padrão é que exista uma redução significativa da utilização destes herbicidas. No caso, por exemplo, de São Miguel, são utilizados herbicidas a conter glifosato para ser utilizado em zonas muito restritas e, por exemplo, não é permitida a sua aplicação na via regional que se situa ao longo da Lagoa das Furnas.

No caso de Santa Maria, era utilizado herbicida com base em glifosato, nomeadamente o “Montana”, aplicado em zonas de calçada nas juntas das valetas junto aos muros de pedra, e foi solicitado também nesse âmbito autorização à DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária) para poderem ser aplicados, mas isso foi suspenso depois da decisão que este Parlamento tomou no âmbito da aprovação do orçamento da Região.

No Pico havia aplicação a recorrer a glifosato três vezes por ano nas juntas das plataformas de estrada com muros e nas juntas das plataformas com valetas e em zonas de calçada. Esse processo também parou depois da aprovação do orçamento.

No caso da Graciosa a informação que tenho é que duas vezes por ano para controlo e contenção de infestantes em passeios e calçadas era utilizado glifosato e neste momento estão a utilizar meios mecânicos para substituir a utilização de herbicidas nas zonas planas de calçada e bermas.

No caso de São Jorge era também aplicado duas a três vezes por ano nas zonas com maior descontrolo, permitam-me a expressão, de infestantes e neste momento não está autorizada a utilização de glifosato em São Jorge pois não está concluído também o processo de autorização na DGAV devido também à orientação que decorreu deste Parlamento depois da aprovação no orçamento.

O mesmo se aplica aqui à ilha do Faial.

O mesmo se aplica também à ilha Terceira.

E no caso das Flores e do Corvo, dadas as características da rede viária regional nessas duas ilhas, optou-se por não se iniciar um processo de certificação pelo que neste momento não é utilizado o glifosato, quer no Corvo, quer nas Flores, no âmbito da manutenção de bermas.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Não é bem assim!

O Orador: A verdade é que quando nós discutimos esta matéria temos de discutir sempre e é indissociável daquilo que é aqui proposto quais são as alternativas.

Em boa verdade, estando nós num esforço gradual de redução da utilização significativa deste tipo de compostos, obviamente que há zonas que não devem ser consideradas como zonas de usufruto público. Refiro-me às zonas que tenham situações de descontrolo ou de grande dimensão de infestantes que ainda justificam a utilização deste tipo de compostos.

Nos serviços em que deixámos de utilizar os produtos herbicidas com glifosato estão a utilizar meios mecânicos, nomeadamente com equipamentos específicos, com discos e com roçadoras com a utilização de fio de seda, mais comumente conhecidas como as roçadoras que são vistas por todos nas bermas das estradas por toda a Região, sendo que esse trabalho tem vindo a ser desenvolvido.

Havendo a proibição total, o trabalho que está a ser desenvolvido é na recolha de meios mecânicos para controlo de infestantes e continuar a testar novas soluções alternativas e complementares, nomeadamente a utilização de alternativas sem glifosato e morda térmica com chama.

É este o trabalho depois daquilo que foi aprovado aqui no orçamento que está a ser desenvolvido de forma a que seja possível aplicar e implementar alternativas que sejam, de facto, eficazes.

Agora, aquilo que é possível dizer depois daquilo que foi aprovado no orçamento é que neste momento na Região ao longo do ano de 2020, todos os serviços com responsabilidades de limpeza de espaços públicos com usufruto popular não estão a utilizar este tipo de compostos e estão a trabalhar em alternativas. Portanto, julgamos que sendo este Projeto de Decreto Legislativo Regional aprovado, continuaremos obviamente este caminho de esforço de redução da utilização deste tipo herbicidas, sendo certo porém que em algumas zonas que não sendo de usufruto público tendo em conta a quantidade excessiva daquilo que é denominado por infestantes, as maios conhecidas invasoras, essa utilização ainda se manterá, sendo certo porém o trabalho que vamos continuar a desenvolver para conseguir encontrar boas e eficazes alternativas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste caso, Sr. Membro do Governo. Sim, porque o Deputado Artur Lima tinha razão. O Sr. Secretário Regional da Agricultura foi-se embora, deixou o Sr. Secretário Berto Messias aqui sozinho. Sim, ele é que é da responsabilidade. Os cartões de produtos fitofarmacêuticos são passados pela Secretaria Regional da Agricultura e pela Direção Regional da Agricultura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado!

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado tinha toda a razão quando afirmou isto.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): São privados!

O Orador: Não são privados, não. É público, o cartão é de aplicador de produtos fitofarmacêuticos passado pela Secretaria Regional da Agricultura e dado pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário de cada ilha. Pelo menos nas ilhas mais pequenas é assim, nas ilhas menos populosas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E nas outras?

O Orador: Portanto, no caso concreto conheço perfeitamente, Sr. Secretário.

Em relação ao que disse o Sr. Secretário em relação ao Deputado Paulo Estêvão que ele tinha feito uma conexão de que estava o PS a dar a mão ao Bloco de Esquerda, neste caso em detrimento do PCP, e veio o Sr. Secretário aqui a esta Casa dizer “bom, ontem aprovámos uma iniciativa do jardim botânico do Faial”. Mas há uma coisa diferente. É que o PSD apresentou em relação ao jardim botânico neste Parlamento, o PS votou favoravelmente, mas anteriormente não tinha existido força política nenhuma a apresentar ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... o mesmo projeto e ter sido chumbado pelo Partido Socialista, coisa que neste projeto agora se está a passar, que foi o PCP, com

documentação que nós temos, a 27/07/2015 apresentou nesta Assembleia Regional um projeto em relação ao glifosato.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Foi chumbado pela maioria socialista. Com quantos votos? Está aqui. Foi chumbado com 28 votos contra do Partido Socialista.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): P'ra frente é que é caminho!

O Orador: No entanto, hoje, e bem, antes tarde do que nunca, mas na altura da campanha eleitoral vem dar a mão ao Bloco de Esquerda para que se aprove uma coisa que o PCP propôs em 2015 (em 2015!). Ainda bem que é aprovado, antes tarde do que nunca.

O que se pode dizer em relação a isto é que já em 2015 o PCP tinha razão naquilo que apresentava! O Partido Socialista precisou de uns quantos anos ... 2015/16/17/18/19/20! Precisou de cinco a seis anos para perceber que o PCP estava à frente, muito à frente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Avante!

O Orador: Ou seja, isto vem provar que o PCP está à frente seis ou sete anos em relação ao Partido Socialista.

Meus senhores, ainda bem! Daqui a cinco ou seis anos irão aprovar propostas apresentadas por nós nesta legislatura, consigo perceber.

De qualquer maneira, ainda bem que é aprovado para bem dos Açores, para bem do futuro, para bem das próximas gerações.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

De facto, importa corrigir. Não foi o Bloco de Esquerda que anteriormente trouxe este assunto ao Parlamento, foi o PCP. O seu a seu dono. Mas o meu

equivocado tem um fundamento. É que na altura em que eu discuti este assunto pela primeira vez discuti com a nossa querida e saudosa Zuraida Soares e até deu origem aqui a um pequeno incidente parlamentar que eu nunca mais esqueci, e, portanto, associei de imediato o Bloco de Esquerda à discussão desta matéria ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Nada que o senhor não consiga fazer!

O Orador: ... e, portanto, o seu a seu dono.

Eu vou citar António José Seguro para voltar a perguntar “qual é a pressa?”. Qual é a pressa, porque as boas decisões devem ser tomadas com base em factos e os factos científicos que existem ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é a sua opinião!

O Orador: Não, não é uma opinião. São os factos científicos que existem, Sr. Deputado. Porque eu não leio a cartilha do ouvir umas coisas pelo ar e a seguir repetir tipo papagaio. Factos científicos que a gente estuda e reporta das autoridades oficiais que contrariam esta pressa ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: Pode-se inscrever, Sr. Deputado Carlos Silva.

... em legislar e em proibir. E correndo o risco de ser polémico, mas sem medo nenhum das polémicas, a pressa nas decisões já se revelou catastrófica noutros assuntos, nomeadamente na proibição de abates em canis e centro de recolha que levou à situação dramática que está a existir agora um pouco por todo o país por incapacidade das entidades oficiais de lidarem com o problema, agravando-o.

Portanto, mais uma vez manda a prudência que os decisores políticos em todas as matérias decidam com coerência e com base em factos, em estudos credíveis e em entidades oficiais e certificadas. O que é que temos em mãos? Não, não é isso. São os estudos que existem, indicam o contrário, indicam a

improbabilidade da causalidade de cancro na utilização, até agora com os dados conhecidos, e esses estudos serão revistos em 2022. Portanto, prudência.

Mais ainda. O que aqui este diploma quer é a proibição do uso do glifosato em espaços públicos. E os estudos existentes e mais credíveis são estudos com base na indústria alimentar, na agricultura, na produção de alimentos, na ingestão de produtos com possível contaminação e não naqueles aos quais o diploma do Bloco de Esquerda se dirige.

E ainda mais. Não está estabelecida nem científica nem estatisticamente o nexo de causalidade entre o número de linfoma não Hodgkin em Portugal e o glifosato em lado nenhum. Portanto, toda esta proposta do Bloco de Esquerda e toda esta pressa do Partido Socialista em ir a correr atrás das modas vai contra o bom-senso e vai contra as evidências científicas.

Para concluir, eu gostaria que o Sr. Secretário Regional verificasse os dados que tem porque a informação que a bancada do PSD tem relativamente às autarquias, e dando o exemplo da autarquia de São Roque do Pico e à junta de freguesia à qual a Sra. Deputada Marta Matos pertence, é que a autarquia de São Roque do Pico recorre a um produto à base de glifosato que distribuiu por toda as suas juntas de freguesia fabricado curiosamente pela “Syngenta” que é uma das empresas multinacionais referida no diploma do Bloco.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Obviamente que eu me refiro aos serviços do Governo Regional!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu obviamente não estou aqui e não será o objetivo do legislador fazer um debate científico. Não é nem deve ser este o nosso papel, devemos tomar decisões ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas com base nas evidências científicas!

O Orador: ... com base em informação científica. O Sr. Deputado Luís Maurício tem toda a razão.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que se lixe a ciência, Sr. Deputado!

O Orador: Diz-se aqui que não há evidência científica. Bem, a evidência científica não é algo monolítico porque a ciência tem várias opiniões e até se chegar a um consenso científico muitas vezes precisamos de décadas e muitas vezes há assuntos sobre os quais não há consenso científico e a discussão é permanente e o debate é permanente, e ainda que assim é porque em ciência isso é fundamental.

Quem diz que não há evidência científica não está a dizer a verdade porque há estudos científicos que indicam ...

Sr. Deputado Alonso Miguel, há estudos ...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Entregue à Mesa!

O Orador: Posso-lhe entregar e posso entregar notícias, mas julgo eu que ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Pode entregar à Mesa!

O Orador: ... fará bem fazer uma pesquisa sobre a matéria porque julgo que é útil.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Deputado, claro que fizemos pesquisa!

O Orador: Há estudo científicos, aliás, nos quais em parte deles se baseia a OMS para declarar o glifosato como um carcinogénico provável. Ou seja, há evidência científica que é contestada por outros estudos científicos, alguns deles produzidos pelas próprias empresas que produzem esse composto.

Deputada Mónica Rocha (PS): Naturalmente!

O Orador: E há estudos científicos que indicam também que o glifosato é um pesticida que é solúvel na água, sujeito à lixiviação, ou seja, com riscos de contaminação também das águas, contaminação ambiental. Nós estamos a falar apenas da saúde no sentido estrito, mas também de potenciais problemas ambientais que depois mais tarde obviamente se refletem nos ecossistemas e na própria saúde.

Ou seja, há um conjunto de dúvidas, há um conjunto de preocupações, há um conjunto de evidências científicas. São absolutas? Não são, como é óbvio. Ninguém hoje em dia sobre ciência tem a mesma opinião absolutamente idêntica sobre nada. Há dúvidas? Há, sem dúvida que há. Agora, há um princípio que deve nortear a atuação daqueles que decidem, e aqueles que decidem neste caso somos nós, que é o princípio da precaução e dou aqui um exemplo. Em fevereiro e em março deste ano quando o mundo todo decidiu fechar-se em casa, em Portugal a maioria das pessoas decidiu fechar-se em casa voluntariamente perante uma ameaça desconhecida, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que comparação! Que comparação, Sr. Deputado!

O Orador: ... seguiu o quê? Seguiu uma coisa que é do mais elementar bom senso: o princípio da precaução. Perante a incerteza, perante a dúvida, e obviamente que são casos diferentes, com potenciais de dano absolutamente diferentes ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estavam a morrer pessoas aos milhares, Sr. Deputado!

O Orador: ..., mas o princípio é o mesmo. É o princípio da precaução, e aquilo que estamos a propor é que se aplique para este caso o princípio da precaução. Sinceramente não percebo o porquê de uma tão intensa oposição a este diploma quando os principais utilizadores do glifosato concordam! E será verdade que a

junta de freguesia a qual preside a Deputada Marta Matos utiliza o glifosato como utiliza 98% das juntas de freguesia dos Açores, ...

Deputado Mário Tomé (PS): É verdade!

O Orador: ... isso dito pela representante da ANAFRE nos Açores. São quase todas!

Agora, o que é preciso é mudar isto. E para mudar isto é preciso estabelecer um prazo porque o prazo é um incentivo bastante forte para que todas as entidades que têm essa responsabilidade e que têm essa atuação façam uma mudança nas suas práticas, uma mudança que é benéfica para saúde, uma mudança que é benéfica para o emprego e é uma mudança que possivelmente a médio-longo prazo será benéfica até em termos de custos.

Ainda indo atrás, relativamente àquela que é a evidência científica. Eu acho curioso que se diga que não há evidência científica, mas há uma evidência bastante monetária. É que a Bayer, que detém a Monsanto, a empresa que criou este composto, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Cá vamos! Monsanto, Sr. Deputado?

O Orador: ... pagou ainda este ano 10 mil milhões de euros em acordos judiciais, em acordos para que os processos judiciais não seguissem para a frente nos Estados Unidos com processos relativamente a casos de pessoas que desenvolveram cancro que processaram a Bayer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não estamos a discutir a indústria chinesa, Sr. Deputado!

O Orador: Porque será que a Bayer resolveu desembolsar 10 mil milhões de euros?

Deputado Carlos Silva (PS): Responsabilidade social!

O Orador: Não deve ter sido certamente porque pensava ganhar esses processos. Provavelmente achou que esses 10 mil milhões de euros até saíram baratos.

Ou seja, aquilo que nós temos aqui em questão, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que argumentação!

O Orador: ... aquilo que nós temos como decisão a tomar é aplicar ou não o princípio da precaução. Felizmente há uma maioria que concorda, desde o Partido Socialista ao PCP, passando pelo PPM, que se deve aplicar o princípio da precaução.

A proposta, esclarecendo sobre aquilo que disse o Deputado do PCP, João Paulo Corvelo, não é a mesma proposta que foi apresentada em 2015. A nossa proposta tem um âmbito mais limitado.

O debate sobre a utilização na agricultura também tem de ser feito porque a nossa agricultura também, já agora, para ter a sua imagem de marca de qualidade e de produtos ambientalmente sustentáveis, não pode ter a utilização de glifosato que tem, esse também é um debate que é preciso fazer. Mas decidimos dividir esse debate e tratar deste assunto em primeiro lugar porque ele, efetivamente, reúne um consenso. Não diria um consenso na sociedade, mas uma larga maioria na nossa sociedade que não aceita, que não concorda que se benzam as nossas ruas com glifosato dia sim, dia não. Isso não pode continuar a acontecer na Região e ainda bem que vai em breve deixar de acontecer.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Marta Matos.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu surpreendo-me e não percebo a estupefação de alguns Srs. Deputados da oposição em relação à minha intervenção e à posição hoje assumida pela bancada do Partido Socialista. Estariam provavelmente distraídos quando nós em novembro passado, em sede de plano e orçamento, apresentámos já uma

iniciativa visando a proibição da utilização do glifosato em todos os serviços da Administração Pública Regional.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputado Mário Tomé (PS): Bem lembrado!

A Oradora: Uma coisa é o debate político que nós fazemos nesta Casa e que infelizmente por quem assim o entende pode ser muitas vezes manipulado e utilizado como forma de propaganda e afirmação pessoal ou partidária. Outra coisa são as nossas ações e as ações desta bancada felizmente têm sido coerentes, conscientes, ponderadas e responsáveis.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Sabem que mais? Até os partidos políticos evoluem, ao contrário de aparentemente algumas mentalidades.

Termino, parafraseando nesta matéria o Presidente do PSD/Açores: mais vale ser excessivo na prudência do que negligente na ação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu não para intervir no debate, mas vou intervir mais uma vez porque fui chamado a debate pelo Deputado António Lima do Bloco de Esquerda.

Como é óbvio, o PCP fica contente com a aprovação deste diploma e claro que vai votar favoravelmente a este diploma, sem dúvida nenhuma. O que afirmámos e continuamos a afirmar é que o que acontece aqui é que em vésperas de eleições regionais o Partido Socialista dá a mão ao Bloco de

Esquerda e vota favoravelmente à sua iniciativa uma vez que o PCP a 27/07/2015 apresentou uma proposta do glifosato aqui nesta Casa e foi chumbada pela bancada do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Não há absolutamente confusão nenhuma. O que há é tentar enganar os açorianos em relação ao que se está a passar hoje aqui. A verdade é esta.

Não me admira e também não deve admirar os açorianos porque o Partido Socialista nestas matérias tem um malabarismo, uma coisa impressionante, assim como o Bloco de Esquerda também. As eleições estão para breve, as pessoas têm de fazer, e vão fazer com toda a certeza, a sua escolha. Esta é mais uma prova de que o PCP está à frente seis anos em relação às suas propostas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Carlos Silva (PS): Está sempre a crescer! De cinco para seis!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero obviamente meter-me neste despique entre o Bloco de Esquerda e o PCP de forma alguma, mas gostaria de deixar o nosso entendimento de que pelo menos o PCP teve a coragem de trazer aquilo que realmente acreditava. O Bloco de Esquerda trouxe agora uma versão mais pequena daquilo que acredita e é exatamente isso que acabou de dizer. Acabou de dizer que o que pretende é que se deixe de utilizar o glifosato por completo na Região, mas só propõe agora na componente de aplicação pública. Portanto, gaba-se pelo menos a coragem que teve o PCP na apresentação daquilo que verdadeiramente acredita. Em relação à segunda intervenção da Sra. Deputada Marta Matos, e apesar de ela nem se ter dirigido à bancada do Grupo Parlamentar do CDS-PP, se a Sra.

Deputada tivesse intervindo e tive dito que “os partidos, Srs. Deputados, mudam a sua consciência, mudam de opinião”, respeitava. Não foi essa a sua opção na sua primeira intervenção. Foi utilizar a mesma argumentação e os mesmo estudos científicos que já existiam antes ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade.

... da apresentação do projeto que foi apresentado pelo PCP e que na altura mereceu o voto contra do Partido Socialista. A única diferença é essa. Porque se tem vindo com esse discurso inicialmente de “não, os partidos mudam, os partidos evoluem, Srs. Deputados”, tudo bem, eu respeitava.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Tem toda a razão!

O Orador: Não foi essa a sua opção e não podia, obviamente, deixar passar isto em branco.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado! Muito bem!

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Tem toda a razão! Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Bom, utilizando a mesma expressão que a Sra. Deputada Marta Matos utilizou então devo-lhe dizer o seguinte. O PS é prudente com as ervas daninhas da valeta, mas com a alimentação dos açorianos é completamente negligente ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque continua a financiar e a subsidiar, e volto a dizer aqui, a importação de adubos, a compra de adubos e à revelia da Europa! E esconde esse subsídio ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: ... naquilo que se chama o “escudo e vinte”. Deixaram de ter ação, está escondido no “escudo e vinte”!

Como todos nós sabemos, temos um problema enorme de adubação excessiva na Região, as nossas lagoas estão eutrofizadas por causa de adubação excessiva ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: ... e isso tem acumulação bio tóxica, isso sim! Mas em relação a isso preferem ser negligentes e então são muito prudentes é com as ervas daninhas da valeta.

Sr. Secretário, seja sério e venha aqui dizer que efetivamente ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... o Governo Regional não faz esta subsídioção e que não é à revelia da Europa, e assim achamos todos que efetivamente o PS evoluiu.

Mas devo-lhe dizer, Sra. Deputada, quando se altera o sentido de voto e a argumentação, como já disse o Deputado Alonso Miguel, usando exatamente o mesmo argumento, isso não é evolução. É incoerência.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do Deputado Joaquim Machado)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, para fazer uma interpelação à Mesa, se me for permitido.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Eu aplaudi de forma consciente e livre a intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira, o que provocou uma reação muito estranha ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sim, e então? Não aplaudiu o Rendeiro, mas aplaudiu a Deputada Graça Silveira, a gente reagiu!

O Orador: ... da parte da bancada do Partido Socialista e a minha interpelação, Sra. Presidente, é se no âmbito do nosso Regimento existe alguma disposição que impeça de o fazer.

Eu sei que outros gostariam de aplaudir algumas coisas que ouvem, mas por conveniência ou por obediência partidária não o fazem.

Fico à espera da sua resposta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados ...

Sr. Deputado Joaquim Machado, claramente que as intervenções de cada deputado ficam com a intenção de cada deputado. O Regimento para já nada refere sobre essa matéria.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Aproveitando o tempo que me resta, apelando à latitude na condução dos debates por parte da Sra. Presidente e utilizando uma praxe parlamentar que é fazer a minha última intervenção enquanto deputado eleito nesta Casa, eu gostaria de me dirigir aos meus colegas, a toda esta câmara dizendo que foi uma

grande honra e foi um orgulho enorme poder ter podido servir os Açores e os açorianos durante oito anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Chego ao final do meu mandato acreditando que consegui cumprir sem trair a minha consciência e assumindo com convicção todas as consequências muitas vezes em condições muito difíceis, quer a nível político, quer a nível pessoal.

É bom sair de cabeça erguida e de costas direitas. Sei que não cumpri os mandatos como queria e que acho que podia ter feito, mas fiz o que pude, da melhor maneira que pude.

Volto com alegria para a minha profissão de médico veterinário ao serviço da produção leiteira da ilha Terceira e da Região, e para uma empresa (a UNICOL) estratégica para a economia regional, casa que sempre me acarinhou, mesmo nestes últimos oito anos em que estive ausente da clínica de espécies pecuárias e dos bovinos de leite de forma muito particular.

Antes e agora defendo que se está a deputado e não se é deputado. Só é livre na política quem dela não depende nem dela precisa para viver, seja no poder, seja na oposição.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: A obtenção de um lugar numa lista não pode nunca condicionar as escolhas ou consciências individuais, e nada como a política revela os caracteres. 20 anos no poder no passado terá sido demasiado tempo. 24 anos hoje também é demasiado tempo. A democracia tem mesmo de respirar senão morre. Do mesmo modo entendo que também há carreiras políticas individuais que se tornam demasiado longas e há demasiados políticos profissionais que nunca tiveram ou há muito que já não têm uma profissão.

É essencial que se traga alguma coisa para a política e que se tenha sempre uma carreira para onde voltar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Sempre pensei assim, começando por mim próprio.

Sair é importante. Por vezes é ainda mais importante do que chegar, e a renovação não pode ser só para os outros.

A Assembleia, os deputados e também os governantes têm de servir os açorianos e não de se servir deles. Aprendi cedo que os adversários não são inimigos, lembrando-me muitas vezes das palavras de Churchill que dizia que “os adversários estão do lado de lá e os inimigos podem estar em qualquer lado”.

Deputada Graça Silveira (Independente): Não, não! Não foi o Churchill que disse essa!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Por isso, para ser justo e por muito me ter marcado, quero agradecer de forma muito sentida ao Deputado, e meu antigo professor na Secundária de Angra, Francisco Coelho, bem como ao Deputado Paulo Estêvão por terem nesta Casa dado a cara e a voz por mim no momento mais difícil que vivi neste mandato como deputado nesta Assembleia.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem! É verdade!

O Orador: São amigos que guardo para a vida e que nunca deixarei de honrar. Quero também destacar o meu amigo maior, o António Pedroso, com quem partilhei ao longo destes oito anos os melhores momentos políticos e humanos em dois mandatos.

Perdemos a Zuraida Soares, o Paulo Parece, o André Bradford e o António Marinho. Sentimos todos que tudo passa depressa, que a vida está lá fora e que

não nos podemos deixar cegar por esta bolha, por vezes demasiado fechada, que é a política. Porque a política é mesmo uma droga dura, como já dizia Miguel Portas.

Agradeço a todos com quem aprendi o bom e o mau. Não peço desculpas a ninguém primeiro porque não estou arrependido de nada, a não ser por vezes não ter ido mais além; e também porque todos os que aqui estão sabem muito bem ao que vêm, ou deviam saber.

Vou ter saudades de muitas coisas e de muitas pessoas, de outras não. Agradeço muito ao PSD e aos seus militantes que me permitiram aqui estar, bem como aos açorianos da Terceira que me elegeram e me deram a possibilidade de servir.

Saio feliz.

A todos, o meu muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Muitas felicidades e tudo de bom para si. Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Chegando ao fim deste debate, e nesta intervenção não podia também de deixar saudar o Deputado Luís Rendeiro pela sua última intervenção e desejar, como é

obvio, todas as felicidades pessoais e profissionais e dizer que tenho pena que não tenha o seu voto favorável nesta iniciativa ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já teve noutras coisas, Sr. Deputado!

O Orador: ..., mas é assim a democracia e fico contente por ter sido também o seu último debate uma iniciativa do Bloco de Esquerda.

Termino também o debate dizendo que o Bloco de Esquerda debate e avalia cada proposta por aquilo que ela vale, independentemente de quem vem, seja de qualquer partido, e julgo que já demonstrámos isso por diversas vezes.

De facto, acho estranho e custa-me ver que perante uma proposta que não é consensual venham alguns dizer que há aqui mãos dadas, com insinuações de acordos de bastidores, de coisas, julgo eu, pouco sérias e pouco dignificantes.

Eu poderia dizer que perante determinadas leis que nós aprovamos aqui, Decretos Legislativos Regionais, como são os orçamentos, que são estruturantes da Região e que são efetivamente aquilo que dirige a política do Governo ao longo de um determinado ano, poderia ser muito mais duro do que nós fomos e poderia dizer que o PCP deu a mão ao Partido Socialista em 2018 quando aprovou o orçamento, mas julgo que não seria elegante da minha parte, e porque o Partido Socialista aprova uma proposta do Bloco de Esquerda dizer isso eu julgo que não fica bem e lamento que assim seja porque as propostas são para serem debatidas por aquilo que elas valem ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Governo já se foi embora!

O Orador: ... e julgo que o Bloco de Esquerda discorda mais do Partido Socialista do que concorda.

Se estamos de acordo com esta proposta, ainda bem. Há um caminho que se faz e a democracia é assim. Temos orgulho nela e esperamos que ela seja implementada, e temos orgulho de votar a favor juntamente com os partidos que irão acompanhar esse sentido de voto, seja o PCP, seja o PPM, seja o Partido Socialista.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero afirmar novamente aquilo que disse porque foi dito, como tenho aqui presente, no orçamento da Região pelo Deputado António Lima “o PCP deu a mão ao Partido Socialista neste orçamento”. Foi dito, foi afirmado. O que nós dissemos na altura e continuamos a dizer, que também está escrito, não está inventado e tenho aqui presente, que o PCP o que fez foi aprovar o orçamento em 2018 porque achava (e continua a achar) que foram dados passos positivos e medidas que foram aprovadas e trazidas pela mão do PCP para aquele orçamento.

Em relação a este documento em questão, o que foi dito e o que é certo é que o PCP apresentou em 2015, foi chumbado pela bancada do Partido Socialista e agora cinco anos depois apresenta o Bloco de Esquerda e é aprovado. São dados, não há que andar a extrapolar. Os dados são mais concretos e estão aqui presentes em cima da Mesa para a gente os votar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste diploma.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de DLR n.º 41/XI foi aprovado na generalidade com 29 votos a favor do Partido Socialista, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP e um do PPM, 17 votos contra do PSD e um da Deputada Independente, e três abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Vamos votar o art.º 1.º e 2.º do diploma. Julgo que não há oposição. E o 3.º também porque não teve propostas de alteração.

Está então à votação estes três artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

É o art.º 1.º, 2.º e 3.º. São os três primeiros artigos do diploma que não têm alteração e que provavelmente o sentido de voto é o mesmo de todas as bancadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do Partido Socialista, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP e um do PPM, 17 votos contra do PSD e um da Deputada Independente, e três abstenções do CDS-PP.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao art.º 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP e um do PPM, 18 votos contra do PSD, três abstenções do CDS-PP e uma da Deputada Independente.

Presidente: Votamos agora o art.º 4.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP e um do PPM, teve 18 votos contra do PSD, três abstenções do CDS-PP e uma da Deputada Independente.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao art.º 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP e um do PPM, teve 18 votos contra do PSD, três abstenções do CDS-PP e uma da Deputada Independente.

Presidente: Votamos agora o art.º 5.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP e um do PPM, teve 18 votos contra do PSD e um da Deputada Independente, e três abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora a votação o art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP e um do PPM, teve 18 votos contra do PSD, três abstenções do CDS-PP e uma da Deputada Independente.

Presidente: Está agora a votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP e um do PPM, teve 18 votos contra do PSD, três abstenções do CDS-PP e uma da Deputada Independente.

Presidente: Votamos agora o art.º 7.º com esta alteração que acabámos de votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP e um do PPM, teve 18 votos contra do PSD, três abstenções do CDS-PP e uma da Deputada Independente.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: Votação final global: o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XI foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP e um do PPM, teve 18 votos contra do PSD e um da Deputada Independente, e três abstenções do CDS-PP.

Presidente: Concluimos este nosso ponto da agenda.

Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente este Projeto de Decreto Legislativo Regional considerando que se dá hoje um passo importante. Um passo importante para que nas ruas dos Açores, nas nossas praças, nos nossos jardins se deixe de utilizar o glifosato para controlo de ervas espontâneas, para algo tão simples como o controlo das ervas espontâneas.

É possível, como já está demonstrado, utilizar métodos alternativos. Têm sido experienciados métodos alternativos na Região com eficácia e exigindo um esforço obviamente de todas as entidades, é um passo importante e é um caminho que está a ser feito. Com um prazo de adaptação, como não pode deixar de ser, mas é um caminho que consideramos ser no sentido certo.

Independentemente daquelas que serão decisões futuras da União Europeia incertas, sujeitas a variados interesses e fatores que não controlamos, que

desconhecemos, que não temos a capacidade de influência que gostaríamos de ter, não ficámos à espera que outros decidissem por nós.

Demos um passo no sentido certo e o Parlamento dos Açores não faltou à resposta que era preciso dar, a resposta a tanta gente que se preocupa com a utilização de herbicidas no espaço público. Tanta gente que queria que isto acontecesse e que finalmente têm esta decisão tomada e julgamos que o Parlamento hoje decidiu muito bem.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 12 da nossa agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2006/A, de 2 de junho”**, iniciativa esta apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes para apresentação da iniciativa.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Começamos este debate por citar diretamente o desejo expresso precisamente na última frase do capítulo referente ao trabalho e emprego, parte integrante do diagnóstico conducente à estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social para a Região encomendado pelo próprio Governo Regional, e passo a citar.

“No caso dos Açores, estes jovens-nené têm dificuldades acrescidas em aceder ao mercado de trabalho com as características que se pretende: estabilidade, segurança, conforto e ordenados condignos”.

As pessoas mais fragilizadas no mercado laboral são precisamente os jovens não empregados e que não estão em educação ou formação, comumente conhecidos como jovens-nené ou geração “neném”, assim como os

desempregados de longa duração, muitos destes desencorajados, ou população feminina para quem é ainda mais difícil não só arranjar emprego como emprego mais estável e condignamente remunerado. É devido a essa fragilidade que estas pessoas devem ser particularmente protegidas dos abusos laborais com vista à sua estabilização no emprego. O aumento do período experimental de três para seis meses para jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração previsto na revisão do Código do Trabalho operada há sensivelmente um ano é, por conseguinte, no mínimo contraproducente e claramente atentatória da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social que recebeu o apoio deste Governo Regional.

Este aumento para o dobro do período experimental para a população laboral mais fragilizada só se compreende à luz das famigeradas estratégias de flexibilização laboral em nome de uma suposta maior competitividade e emprego assente na chantagem de que a precariedade é preferível ao desemprego. A fragilidade laboral destas pessoas ficou bastante patente pelos efeitos laborais resultantes da crise pandémica que atravessamos.

A onda de despedimentos afetou em primeiro lugar quem se encontrava ainda a trabalhar no período experimental deixando estes trabalhadores e trabalhadoras completamente desprovidos e desprovidas de rendimentos e sem qualquer tipo de apoio social.

Aliás, nós, Bloco de Esquerda, apresentámos em maio uma iniciativa com vista à criação de um apoio social extraordinário dirigido a quem tivesse ficado excluído dos critérios de atribuição da panóplia de apoios sociais criados para fazer face ao impacto social da crise pandémica, entre os quais os trabalhadores despedidos durante o período experimental. O Partido Socialista chumbou isoladamente, mas absolutamente maioritariamente, tal iniciativa.

Nunca é demais recordar o regime fiscal para as empresas instituído na Região, por sinal um dos mais favoráveis da União Europeia, aliás, tese confirmada

insistentemente pelo Sr. Vice-Presidente. Pese embora o regime fiscal tão favorável, na verdade também se assiste a uma fulgurante economia paralela alimentada não pelos trabalhadores, ao contrário do que foi recentemente defendido por Carlos César, mas por algumas empresas, porventura aquelas até com maior volume de negócios.

Atente-se à evolução da coleta de IRC e o desempenho do PIB na Região. Entre 2011 e 2013 verificaram-se quebras muito significativas do PIB e a coleta média do IRC foi de 40,6 milhões de euros por ano, enquanto que entre 2017 e 2019, com crescimentos do PIB significativos, a coleta média foi de 43,3 milhões de euros por ano, um aumento de apenas 2,7 milhões de euros de coleta anual de IRC. Em conjunturas económicas tão diferentes, é um valor insignificante.

Aliás, a passividade do Governo Regional para fazer melhor pelos trabalhadores da Região sempre que na República se reformam as leis laborais contra os trabalhadores é condizente com a tese defendida por Carlos César. Afinal, o diagnóstico da pobreza e exclusão social na Região que levou à respetiva definição de uma estratégia de combate é para açoriano ver. Então não é que afinal a pobreza não é um problema de grande importância na Região? Foi isso mesmo que Carlos César veio muito recentemente explicar à Juventude Socialista.

Carlos César não recebe lições de ninguém. Nem de nós, Bloco de Esquerda, nem mesmo das estatísticas oficiais, até porque de acordo com as suas douradas palavras, os açorianos (e passo a citar, mais uma vez) “são menos pobres do que se diz e as famílias têm mais rendimentos do que as estatísticas aparentam”.

A somar a um regime fiscal muito favorável para as empresas que mesmo assim algumas destas fogem aos impostos, vivemos numa Região que instituiu incentivos às empresas para contratarem a prazo jovens e menos jovens e estágios que podem durar até dois anos.

Expliquem, não a nós, Bloco de Esquerda, mas aos jovens à procura do primeiro emprego porque terão de cumprir um período experimental de seis meses depois de cumprirem um estágio que pode durar até dois anos e um contrato a prazo que até pode ser acompanhado por um apoio monetário à empresa?

O alargamento do período experimental na Região para seis meses, aplicável a jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração é o pináculo do offshore laboral criado por este Governo Regional a coberto de uma suposta estratégia para o emprego e competitividade.

A iniciativa que aqui trazemos a debate e votação só é possível porque acreditamos na necessidade de utilizarmos as nossas prerrogativas autonómicas em toda a sua plenitude em defesa dos açorianos e açorianas. É, por conseguinte, um exercício ousado, mas necessário das nossas competências autonómicas.

Há quem defenda que as crises trazem sempre oportunidades. Se assim for, então que esta crise também sirva para retirarmos lições, que sirva de oportunidade para repensarmos o nosso modelo de desenvolvimento económico e que mercado laboral desejamos para os açorianos e açorianas.

O setor do turismo, mais concretamente do alojamento e restauração, está a passar por uma crise depois de um período de crescimento sem precedentes na nossa economia, mas também de um crescimento alicerçado em mão-de-obra barata e descartável.

Se desejamos relançar o turismo, esta seria uma oportunidade para lançarmos um sinal diferente daquilo que se pretende para o mercado laboral. A manutenção deste alargamento do período experimental na prática pode levar a que, por exemplo, um trabalhador do setor do turismo que é contratado em maio trabalhe de maio a outubro, na época alta, e seja despedido sem receber sequer um cêntimo de indemnização e pode ser contratado por outra empresa no ano

seguinte por mais seis meses. Esta seria mais uma peça na engrenagem do carrocel da precariedade, alimentado pelos vários programas de incentivos à contratação a prazo e estágios com todas as formas e feitios.

Em junho deste ano, enquanto o Sr. Secretário Berto Messias assumia que na Região a austeridade não faria caminho como solução para esta crise, o Sr. Deputado José San-Bento dizia-nos que teríamos de ter em conta condicionantes económicas que se refletiriam necessariamente numa necessária contenção orçamental naquela que foi uma mensagem perigosamente dúbia, sem que, mais uma vez, o PS assumia de uma vez por todas um compromisso com os açorianos e açorianas.

O sentido de voto do Partido Socialista relativamente à iniciativa que aqui trazemos é também uma resposta clarificadora sobre aquela que será a política de um futuro Governo Regional caso o Partido Socialista consiga perpetuar a sua maioria absoluta nas próximas eleições. Se continuará a reforçar os instrumentos do offshore laboral que criou e alimenta, ou se dará um sinal em sentido contrário, no sentido da estabilidade, segurança, conforto e ordenados condignos?

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas o período experimental mais longo dá mais segurança?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes do Bloco de Esquerda, mas há ali uma acusação que o Sr. Deputado faz que eu gostaria que partilhasse ...

Muito obrigado, Sra. Presidente. Sempre atenta aqui à minha imagem. Isto até já fica como uma peça comum, quase não estranhámos.

O Sr. Deputado Paulo Mendes afirmou que há empresas que fogem aos impostos. Eu gostaria de saber, porque me parece uma acusação grave aos nossos empresários e às nossas empresas e eu julgo que neste Parlamento nós obviamente podemos ter suspeitas disso, mas afirmou taxativamente, ou terei eu percebido mal, que há empresas que fogem aos impostos. Eu gostaria de saber se o Sr. Deputado tem dados que possa partilhar com esta Casa sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Agradecia que se inscrevessem para darmos continuidade ao debate.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Nós não vamos, desta vez, acompanhar o Bloco de Esquerda com esta iniciativa que propôs ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Desta vez?

O Orador: Exato. Há pouco aprovámos porque entendemos que aprovar. Agora não vamos aprovar e eu vou passar a explicar as razões que nos levam a ter esta posição.

Há inclusivamente nesta Casa um parecer pedido ao Prof. Monteiro Fernandes, que é professor de direito do trabalho na Universidade Clássica de Lisboa, que o Bloco de Esquerda tem obrigação de conhecer, que considera que é duvidosa, senão ilegal, a legitimidade para esta Assembleia Legislativa Regional legislar sobre matérias do Código de Trabalho em questões de substância.

Neste caso, não podemos, portanto, acompanhar a iniciativa do Bloco de Esquerda por entendermos que em questões de substância, como é o caso, não assiste legitimidade a esta Casa para alterar o Código de Trabalho e, portanto, matéria da qual nós não temos competência.

Não é uma questão de autonomia porque a autonomia existe. Nós preservamo-la e acarinhamo-la muito. A questão é que a autonomia não é libertinagem. Existem regras que temos de cumprir, inclusivamente temos de cumprir a nossa Constituição.

Nesse sentido, o Partido Socialista votará contra esta iniciativa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuamos sem inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A lei que alterou a norma do período experimental onde este período para além de ser determinado pela complexidade das funções desempenhadas, passou também a considerar a situação pessoal, discriminando nomeadamente quem tem emprego de longa duração e quem está a começar o seu primeiro emprego, pelo que a sua constitucionalidade está neste momento a ser apreciada em Tribunal Constitucional. Logo, parece-nos não fazer qualquer sentido estarmos neste preciso momento a fazer uma alteração do Decreto Legislativo Regional

que aplica este Decreto-Lei à Região quando este Decreto-Lei está a ser apreciado por fiscalização sucessiva da sua constitucionalidade.

Mas, maior violação do princípio de igualdade seria tratar os desempregados de longa duração e os que estão à procura do primeiro emprego na Região de forma completamente diferente de todos os outros no país.

E, finalmente, existem sérias dúvidas sobre se a Região tem, pelo menos no atual quadro constitucional, competência para legislar sobre direitos, liberdades e garantias, nomeadamente no que toca a segurança no trabalho.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esta matéria que o Bloco de Esquerda traz à nossa consideração com uma iniciativa legislativa é uma matéria pertinente considerando precisamente aquilo que ela visa, que é através de uma modulação do Código de Trabalho permitir que na Região um fator que condiciona muito o mercado laboral que é o da precariedade possa efetivamente, por essa via, que não sendo a única, ser reduzida essa precariedade. Nessa medida, o PSD dispõe-se a acompanhar o Bloco de Esquerda porque entendemos que a precariedade laboral na Região tem uma prevalência e uma intensidade que efetivamente justifica essa modulação do Código de Trabalho.

Queremos, aliás, exatamente por essa norma, se dirigir tanto a desempregados de longa duração, mas principalmente àqueles que procuram o primeiro emprego estarem sujeitos a um período de 180 dias que a duração dessa experiência, dessa avaliação a fazer por parte da entidade empregadora é demasiado longa. É um fator que, de algum modo, pode levar à tentação de

algumas empresas de usarem os subterfúgios que aqui também já foram referidos durante a apresentação do diploma e, com isso, agravar ainda mais a precariedade laboral e essa dificuldade que 40% dos desempregados inscritos nos centros de emprego dos Açores têm, isto é, de indivíduos com idade inferior a 34 anos.

O próprio Governo Regional, de algum modo, também nos espanta que contribua para essa condição de precariedade, designadamente por estes dias ao ter aberto um período extraordinário para o programa Estagiar L e T, permitindo que essa condição de estágio, que é uma condição em regra que acontece no início da atividade profissional de qualquer indivíduo, possa ser feita até aos 35 anos de idade.

E, portanto, cruzando todas estas variáveis, nós vamos votar favoravelmente esta norma.

O Sr. Deputado João Vasco Costa invocou aqui um parecer que em tempos este Parlamento recebeu, também a propósito de uma iniciativa do Bloco de Esquerda. Note, todavia, que a iniciativa do Bloco de Esquerda então tinha uma abrangência de tal modo grande que, no fundo, repristinava o Código de Trabalho de 2009. Nessa medida, e na presença do referido estudo, o PSD na altura também considerou que isso não era exatamente fazer a adaptação de uma lei nacional a uma possível especificidade regional. Mas, além do parecer em causa ter sido produzido para uma versão do Código de Trabalho que não é aquela que neste momento vigora, entendemos que há uma razão ainda mais forte do que esta que acabo de referir para não se levar à letra aquilo que esse parecer dizia, e que é o facto de só se estar com este Projeto de Decreto Legislativo a fazer a alteração de uma pequena disposição (é um número de um artigo) do Código de Trabalho que pode efetivamente corresponder a uma especificidade regional que é o verificarmos que os inscritos nos centros de emprego com menos de 35 anos correspondem a 40% dos inscrito. Isso é uma

situação que pode ocorrer noutras regiões do país, mas que, no caso dos Açores, tem essa dimensão, essa prevalência e, portanto, acaba por ser uma especificidade que não é de hoje, que não é do último trimestre, é assim há vários anos.

Gostava de dizer que vamos acompanhar o Bloco de Esquerda em termos substantivos, não tanto nalgumas das razões que foram invocadas pelo Sr. Deputado Paulo Mendes em coerência com a matriz ideológica que o Bloco de Esquerda naturalmente tem, não por um desígnio de luta contra as entidades empregadoras, contra as empresas porque achamos nós, o Partido Social Democrata, que as empresas devem prosseguir o lucro que só na presença de empresas bem sucedidas é que também se encontram as condições para a criação do emprego com dignidade, do emprego bem-remunerado onde o lucro seja efetivamente repartido na proporção justa e equitativa de cada uma das partes, contribuindo desse modo para um progresso e um bem-estar social.

Mas acompanhamos o Bloco de Esquerda na substância porque entendemos que os 90 dias são suficientes para fazer a experiência de um trabalhador em funções genéricas porque aquelas que implicam uma complexidade técnica ou de responsabilidade, essas têm um período de duração diferente e nisso o Bloco de Esquerda não propõe nenhuma alteração nem nós consideramos que seria necessário fazer qualquer alteração.

E, portanto, vamos acompanhar e estranhando, todavia, e não de me permitir a franqueza que me é habitual, que aqueles que de manhã festejavam os 50 anos da CGTP Intersindical, agora à tarde estejam de um lado que nós efetivamente não sabemos qual é.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Perante esta iniciativa, a posição do CDS é que realmente devemos atender ao que é a nossa realidade regional, no que são as nossas especificidades. Como já foi dito, 40% dos desempregados são jovens com idade inferior aos 35 anos e, como tal, e apesar de alguns dos argumentos e dos fundamentos utilizados pelo Bloco, quer na própria iniciativa, quer agora daquela bancada, na sua essência, naquilo que é apresentado achamos que, se na Região conseguirmos ir mais além, é de todo importante nos dias que correm.

Sabemos que principalmente em algumas ilhas, nas ilhas mais pequenas, é muito importante e urge a fixação de pessoas, que urge a fixação de jovens pois estas estão cada vez mais desertificadas e, como tal, parece-nos que tudo o que são medidas para o combate desta precariedade laboral, que é sem dúvida um fator fundamental para a fixação das pessoas e dos jovens, é de todo pertinente.

A verdade é que também com esta alteração parece-nos importante a manutenção de um período experimental, quer para os jovens que estão à procura do primeiro emprego, quer para os desempregados de longa duração porque acreditamos que o período experimental é algo que é importante para o ingresso na atividade profissional, mas a verdade é que esta continua salvaguardada passando para os 90 dias, à semelhança do que acontece à generalidade dos trabalhadores, e aqueles que têm funções mais específicas, que se mantêm os 180 dias.

Como tal, parece-nos que este combate à precariedade começa com algumas alterações na tentativa de a Região ir sempre mais além, e como reitero aquilo que disse anteriormente, na importância que é fixar pessoas, fixar jovens às ilhas onde cada vez mais estes abandonam a sua ilha e muitas vezes exatamente por não conseguirem encontrar um emprego, que não conseguem encontrar as

condições para fixarem e sustentarem a sua família e, como tal, parece-nos que é pertinente esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A questão aqui é simples. O nosso sentido de voto não tem nada a ver com acharmos que 90 dias é muito ou é pouco. Tem a ver como a forma como isto é pedido e a questão de legitimidade desta Casa para legislar nesta matéria.

Sr. Deputado Joaquim Machado, não é uma questãozinha pequena. De facto, é uma alteração pequena. No artigo é passar de 180 para 90 dias. Mas isso é uma questão de substância. Essa redução que é, de facto, pequena no artigo, é uma redução de substância da norma e que se aplica a todos os trabalhadores. Aliás, as palavras foram suas. 90 dias são suficientes para um trabalhador em funções genéricas. Qual é a especialidade? Não há trabalhadores em funções genéricas em todo o país? Claro que sim.

E considerando que se calhar em termos de mérito da proposta faria algum sentido fazer a redução desse período, mas o local próprio não é aqui. É esse o nosso entendimento sem qualquer problema nenhum em assumi-lo.

Também lhe digo mais, Sr. Deputado Joaquim Machado. Curioso não é aqueles que de manhã propuseram um voto de congratulação à CGTP Intersindical inteiramente justo, não é isso. O que é curioso é que os senhores contrariem nesta vossa posição aquilo que o vosso guru de trabalho da Câmara do Comércio diz no parecer que enviou a esta Comissão da CAPAT. Diz: “Encarrega-me a Direção da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores de manifestar a sua total oposição à proposta em apreço”.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pede a palavra para?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para solicitar um intervalo regimental, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, vamos também interromper os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10h para continuarmos a agenda.

Eram 19 horas e 32 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

José António Vieira da Silva Contente

Mário José Diniz Tomé

Marta Ávila Matos

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

(*) Texto não revisto pelo Orador.

A Redatora, Renata Costa